

DIVERSOS

DIRETOR PRESIDENTE

de 197

Ao

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO, S. A.

Prezados Senhores:

ENTREGA DE PROCURAÇÃO DE NOSSA OUTORGA

Procuração por nós outorgada a: **Enzo Ricci e Edu Xavier**

em data de: **08/01/75**

às fls. n.º **013**, do livro n.º **17**

, das notas do

7º Tabelião de Cuiabá-MT.

Com a presente, passamos às mãos de V. Sas. um traslado da procuração acima discriminada, sobre a qual cumpre-nos, nesta oportunidade, deixar bem esclarecido que:

- 1 — a mesma encontra-se em plena vigência, estando, portanto, o(e) aludide(s) outorgado(s) habilitado(s) a agir em nosso nome perante esse Banco;
- 2 — a nossa intervenção direta ou por meio de outros procuradores, nas operações de que trata a procuração em epígrafe, não implica em revogação dos poderes concedidos ao(s) outorgado(s) mencionado(s);
- 3 — assumimos o compromisso de efetuar a indispensável comunicação a esse Estabelecimento, por escrito e no devido tempo, se os poderes constantes da referida procuração forem alterados ou revogados, no todo ou em parte; e
- 4 — na falta de nosso aviso em contrário, por escrito, os poderes constantes da aludida procuração deverão ser considerados, para todos os efeitos legais, em pleno vigor.

Sem mais, apresentamo-lhes nossas

saudações,

Cia de Desenvolvimento do Est.MT.

191/Cuiabá-MT., 10 de abril de 1975.

Ilmo(s). Sr(s).

Cia. Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT

R. Pedro Celestino 24/26

Cuiabá-MT.

Prezado(s) Senhor(es).

Para regularização e atualização de nossos arquivos de firmas, solicitamos-lhe(s) o obséquio de nos devolver(em) o(s) jogo(s) de cartões anexo(s), preenchidos com todas as suas assinaturas autorizadas, devidamente abonadas. E a carta de entrega de Procuração, também devidamente assinada.

Gratos pela atenção que fôr dispensada ao presente pedido, apresentamos-lhe(s) nossas

Saudações

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SOCIEDADE ANÔNIMAR. Costa
823Ademar Benedito Vianai
1824

ANEXO: 01(um) cartão de assinatura

01(uma) carta de entrega de procuração

191/Cuiabá-MT., 10 de abril de 1975.

Ilmo(s). Sr(s).

Cia. Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT

R. Pedro Celestino 24/26

Cuiabá-MT.

Prezado(s) Senhor(es).

Para regularização e atualização de nossos arquivos de firmas, solicitamos-lhe(s) o obséquio de nos devolver(em) o(s) jogo(s) de cartões anexo(s), preenchidos com tôdas as suas assinaturas autorizadas, devidamente abonadas. **E a carta de entrega de Procuração, também devidamente assinada.**

Gratos pela atenção que fôr dispensada ao presente pedido, apresentamos-lhe(s) nossas

Saudações

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SOCIEDADE ANÔNIMA

Handwritten signature
Fido Cesar Gomes
1125*Handwritten signature*
Ademar Benedito Vazini
1824ANEXO: 01(um) cartão de assinatura

01(uma) carta de entrega de procuração



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Cuiabá - MT

COPIA	
PROT. N.º	1787/75
PRC. N.º	xxx
DATA	11/04/75
SIN.	ccolo

Of. Circular n. 01/75

Em, 9/4/75

Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que, nomeado por Ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado José Garcia Neto, assumi em 15 de março do corrente ano, o cargo de Secretário de Indústria e Comércio.

No exercício de minhas funções espero merecer a colaboração de Vossa Senhoria, para melhor orientação no desenvolvimento dos importantes problemas afetos a esta Secretaria.

Valho-me da oportunidade para apresentar-lhe os protestos de minha estima e consideração.

Atenciosamente.

Maçao Cadano

Secretário de Indústria e Comércio



BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO, S.A.

CGC 61411633

A
CIA. DESENVOLVIMENTO DO ESTADO MATO GROSSO - CODEMAT
R. Pedro Celestino, 24/26
N E S T A

REMETENTE:

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO, S. A.

R. Candido Mariano, 350

Cuiabá MT

CENTRO MORAES RÊGO

ASSOCIAÇÃO DOS ALUNOS, EX-ALUNOS E
PROFESSORES DOS CURSOS DE ENGENHEIROS
DE MINAS E METALURGISTAS DA ESCOLA
POLITÉCNICA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
C.O.C.(M.F.) 063.028.302 CIDADE UNIVERSITÁRIA
DEPTO. DE METALURGIA EPUSP
FONE: 211-2122 - RAMAL 246
CEP 05508 - SÃO PAULO - BRASIL

CODEMAT

PROTOCOLO N° 2622/75

PROCESSO N° 2-2-X

DATA 30/05/75

TOCOLO

Circular 08/75

São Paulo, 15 de maio de 1975.

Prezados Senhores:

Dando continuidade as nossas realizações, temos o prazer de convidar V.Sas. para assistir, no próximo dia 2 de junho do corrente ano, a conferência sobre "APLICAÇÃO DA COMPUTAÇÃO AO SISTEMA MINEIRO", que será pronunciada às 15:30 hs. no anfiteatro do Departamento de Engenharia Metalúrgica da E.P.U.S.P., pelo Dr. Carlos Diniz da Gama.

Aproveitamos para comunicar V.Sas. que o "V SIMPÓSIO DE MINERAÇÃO", patrocinado também por este Centro terá lugar nos dias 5, 6, 7 e 8 de agosto p.vindouro, na cidade de Ouro Preto tendo já as seguintes conferências contactadas:

1. Sistemas de Homogeneização
Silvester Ewing - E.U.A.
Indústria Villares (Mineração)
2. Estabilidade de Talude em Mineração
Prof. Dr. Wildor Theodoro Hennies
Escola Politécnica - U.S.P.
3. Mine Refuse Engineering Projects
W.A. Wahler - W.A. Wahler Assoc. - E.U.A.
Paulo Abib Andery e Associados - SP.
4. CPRM - SP (Vale do Ribeira)
5. Concentração de Minério de Ouro Aluvionar
Profa. Irene Carvalho Balbino
Escola de Engenharia - U.F.M.G. - CETEC
6. Lavra de Minério Fosfático Senegal
Engº Ari Macedo
~~Indústria Luchsinger Madorn~~
7. Estudos Preliminares para Concentração de Carvão de Urussanga - SC.

Contando com a presença de V.Sas. em mais estas realizações, subscrevemo-nos

Atenciosamente

OSNI DE MELLO
- PRESIDENTE -

THARCÍSIO DAMY DE SOUZA SANTOS
- PROF. CATEDRÁTICO- EPUSP -

NOTA: Maiores informações dirigem-se a:

- Coordenadoria Geral do V Simpósio de Mineração
Departamento de Engenharia de Minas - DEMI
Diretório Acadêmico - EMM/UFOP - Caixa Postal, 56
35.400 - Ouro Preto - MG.

choppinho - se

COMUNICAÇÃO

COMENAT	
PROTOCOLO Nº	6156/75
PROCESSO Nº	X-X-X
DATA:	09/04/75
SECA	PROTÓCOLO

Comunicamos ao Prezado Sócio que o Núcleo Centro-Oeste da SBG está pensando em promover, a título de confraternização, uma "choppada" após as eleições, pelo que solicitamos ao colega confirmar, junto aos sócios indicados na Circular de Convocação, a sua presença física à Assembléia.

Em caráter de sugestão, tomamos, ainda, a liberdade de indicar a chapa anexa para a nova Diretoria, lembrando, porém, que qualquer sócio efetivo do Núcleo, quites com a Tesouraria, poderá votar ou ser votado.

Outrossim, comunicamos que para a entrada na ASSEME torna-se necessário a apresentação do convite anexo, para os não associados da mesma.

Prestigie o que é seu. Venha à Assembléia e ao chopp. Contamos com você.

CONVOCAÇÃO

Convocamos o Prezado Sócio para a Assembléia Geral de Eleição da nova Diretoria do Núcleo Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Geologia para o biênio 1975-1977 a ser realizada no próximo dia 19 de abril (sábado) às 10 horas da manhã, na sede da Associação dos Servidores do Ministério das Minas e Energia-ASSEME, situada no setor Palmito, Goiânia, na estrada para Senador Canedo.

Para melhor orientação do Prezado Sócio anexamos uma cópia dos estatutos do Núcleo, e frizamos os seguintes itens:

1. Só poderão votar e ser votados os sócios quites com a Tesouraria até o ano de 1974 inclusive. Aconselhamos que os sócios que tenham pago aquela anuidade diretamente à Diretoria Central, através de Banco, tragam uma cópia do recibo correspondente à reunião.

2. Os sócios que quiserem votar por correspondência poderão enviá-lo, utilizando-se dos dois envelopes anexos, da seguinte maneira:

2.1. Colocar a cédula dentro do envelope em branco (menor) e lacrando-o.

2.2. Colocar o envelope do item 2.1 dentro do 2º envelope (maior) endereçado ao Núcleo, não se esquecendo de no verso, escrever o nome completo e endereço do votante para confirmação de sua situação junto à Tesouraria.

2.3. Os envelopes devem ser lacrados (ambos). Sugerimos, ao invés de enviar o voto pelo correio, que os sócios entreguem pessoalmente a um dos seguintes colo

gas, abaixo mencionados, evitando-se, com isso, extravio:

1. Brasília (DF)

1.1. Elmer Prata Salomão - Instituto de Geociências da UNB ou

1.2. Antônio Carlos Girodo - DNPM - DFPM - Brasília

2. Cuiabá (MT)

2.1. Serafim Carvalho de Melo - DNPM - Delegação de Cuiabá ou

2.2. Odair Olivatti - CPRM - Residência de Cuiabá.

3. Porto Velho (RO)

Luiz Moacyr de Carvalho - CPRM - Agência de Porto Velho

4. Campo Grande (MT)

José Antônio Corrêa - CPRM - Residência de Campo Grande

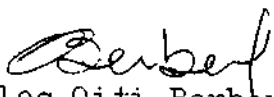
5. Goiânia (GO)

5.1. Carlos Oiti Berbert - CPRM - Goiânia

5.2. José Rosito - CPRM - Goiânia

- Os sócios citados encarregar-se-ão de trazer os envelopes à Assembléia.

- Os sócios estudantes não terão direito de votar ou serem votados, por força dos estatutos da SBG.


Carlos Oiti Berbert
Presidente do NCO

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA - NÚCLEO CENTRO-OESTE

ESTATUTOS DO NÚCLEO CENTRO-OESTE

Título I - Do Núcleo e seus fins

- Art. 1º - O Núcleo Centro-Oeste da SBG tem por finalidade incrementar e divulgar as pesquisas nos diversos ramos das ciências geológicas entre os membros da Sociedade Brasileira de Geologia, residentes nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Território de Rondônia e Distrito Federal;
- Art. 2º - O Núcleo terá autonomia administrativa, econômica e associativa, naquilo que não ferir os estatutos da SBG e será o elemento de ligação entre seus membros e a Sociedade Brasileira de Geologia;
- Art. 3º - A sede do Núcleo será localizada em Brasília, DF;
- Art. 4º - Para atingir os seus objetivos o Núcleo:
- a. promoverá periodicamente em qualquer localidade de sua jurisdição reuniões para intercâmbio de idéias, conagração entre seus associados, comemorações e palestras científicas;
 - b. organizará, orientará e auxiliará, dentro de suas possibilidades, as pesquisas geológicas;
 - c. nomeará, após eleitos, seus representantes para o Colegiado que elegerá os Conselheiros e Diretores da SBG;
 - d. auxiliará a Diretoria da SBG na convocação das Assembléias Gerais;
 - e. publicará, na medida do possível, um boletim noticioso, referente às atividades do Núcleo e seus sócios;
- Art. 5º - O Núcleo e seus membros estão subordinados aos Estatutos da Sociedade Brasileira de Geologia;

Título II - Da Administração

- Art. 6º - O Núcleo será administrado por uma Diretoria eleita

por dois anos e, em Assembléia Geral Ordinária, convocada, especialmente, para esse fim, a qual, após a eleição, dará automaticamente posse aos eleitos;

§ 1º - A eleição para a Diretoria do Núcleo será realizada em anos alternados com os da eleição da Diretoria da SBG;

§ 2º - Somente os sócios efetivos poderão ser eleitos para a Diretoria do Núcleo;

§ 3º - No processo eleitoral serão computados os votos das demais categorias de sócios desde que estes estejam quites com a tesouraria da SBG;

§ 4º - Será permitido o voto por correspondência mas não por procuração;

§ 5º - O Presidente do Núcleo, ao final de seu mandato, convocará a Assembléia Geral Ordinária para a eleição e posse da nova Diretoria, e, na ocasião, apresentará um Relatório de sua gestão, acompanhado do respectivo balanço;

Art. 7º - A Diretoria do Núcleo será composta dos seguintes membros:

Presidente
Vice-Presidente
1º Secretário
2º Secretário
1º Tesoureiro
2º Tesoureiro
Diretor de Publicações

Art. 8º - Compete ao Presidente:

- a. Tratar dos interesses do Núcleo, representando-o em juízo ou fora dele, autorizando despesas, coordenando as atividades dos demais membros da Diretoria, assinando procurações, contratos, ofícios, representações, nomeando Comissões, etc;
- b. Promover e presidir reuniões periódicas da Diretoria;
- c. Convocar e presidir as Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, bem como quaisquer reuniões do Núcleo;
- d. Prover, com os demais membros da Diretoria, o preenchimento de cargos da mesma, eventualmente vagos durante a gestão;
- e. Promover as eleições da SBG, de comum acordo com a Comissão Eleitoral e de Estatutos da SBG;

Art. 9º - Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente e substituí-lo durante suas faltas ou impedimentos;

- 8/9
- Art. 10º - Compete ao 1º Secretário dirigir as atividades da Secretaria, tratar da correspondência, das comunicações aos sócios, da manutenção de um livro de atas, bem como substituir o Vice-Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- Art. 11º - Cabe ao 2º Secretário auxiliar o 1º Secretário e substituí-lo nas faltas ou impedimentos;
- Art. 12º - Compete ao 1º Tesoureiro administrar os bens do Núcleo, de acordo com o Presidente, arrecadar anuidades, jóias e outras taxas da SBG, em acordo com o Tesoureiro da mesma. Também apresentar balancetes periódicos sempre que solicitados pelo Tesoureiro da SBG. Movimentar conta bancária do Núcleo;
- Art. 13º - Cabe ao 2º Tesoureiro auxiliar o 1º Tesoureiro e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos;
- Art. 14º - Compete ao Diretor de Publicações editar, sempre que possível e com recursos próprios, um boletim noticioso, bem como receber e encaminhar aos editores regionais, os trabalhos destinados à publicação na Revista Brasileira de Geologia e que porventura a ele sejam enviados;

Título III - Disposições Gerais

- Art. 15º - Estes Estatutos poderão ser modificados, total ou parcialmente, em Assembléia Geral Extraordinária convocada pelo Presidente do Núcleo, por sua iniciativa ou por proposta assinada por 10 sócios efetivos, vinculados ao Núcleo e residentes no País;
- § 1º - Qualquer modificação deverá ser aprovada pela maioria simples de votos dos sócios efetivos vinculados ao Núcleo residentes no País e presentes à Assembléia;
- § 2º - Qualquer projeto de reforma deverá ser submetido à Diretoria, que o comunicará aos associados com antecedência mínima de 60 dias, juntamente com a respectiva convocação da Assembléia;
- § 3º - O projeto de reforma, aprovado pela Assembléia Geral, só entrará em vigor se aprovado pela Comissão Eleitoral e de Estatutos da SBG;
- Art. 16º - O Núcleo reterá, para custeio de suas despesas, uma parcela da arrecadação das anuidades, conforme critério adotado pelo Conselho Diretor da SBG;
- § único - Quaisquer outras arrecadações, provenientes das atividades do Núcleo, serão retidas integralmente, reservando o que se refere à realização do Congresso anual da SBG, onde prevalecerá o critério do Con

selho Diretor;

Art. 17º - Os presentes Estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Geologia.

TÉRMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser responsável por todos os atos de prejuizos que meu convidado qualifica-
do no anverso possa causar às instalações da sede da ASSEME.

Sócio Responsável

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- LEVANTAMENTO DO PATRIMONIO DA CODEMAT -

DIRETOR PRESIDENTE

Nº DE ORDEM	D I S C R I M I N A Ç Ã O	QUANT.	VALOR Cr\$
01	MESA DE MADEIRA PARA REUNIR COM 08 CADEI- RAS TIPO POLTRONA COR BRANCA COM ARMAÇO DE MADEIRA.....	01	
02	MESA DE MADEIRA TAMANHO GRANDE COM 02 GA- VETAS	01	
03	POLTRONA COR BRANCA COM ARMAÇO DE MADEI- RA	04	
04	MESA P/ TELEFONE DE MADEIRA COM 03 GAVETA	01	
05	ARMÁRIO DE MADEIRA COM 02 PORTAS E 04 GA- VETAS	01	
06	ARMÁRIO DE MADEIRA COM ARMAÇO DE AÇO COM 04 PORTAS	01	
07	MESA DE MADEIRA TIPO ESCRIVANINHA COM 02 GAVETAS	01	
08	ARQUIVO DE MADEIRA COM ARMAÇO DE AÇO COM 02 GAVETAS MARCA SECURIT	01	
09	MÁQUINA DE ESCREVER OLIVETTI ELETRICA LE- TTERA-36 COM 98 ESPAÇOS	01	
10	FICHARIO PEQUENO DE MESA	01	
11	APARELHO TELEFÔNICO Nº 33-63	01	
12	APARELHO TELEFÔNICO INTERNO	01	
13	APONTADOR DE LÁPIS p/MESA AS-1300	01	
14	SOFA COM DUAS DIVISÕES	01	
15	MESA DE CENTRO DE MADEIRA	01	
16	CINZEIRO DE PÉ	01	
17	MESA PEQUENA DE AÇO COM 04 GAVETAS	01	

VISTO;

CUIABÁ, 27 de Maio de 1955.

Ass. Responsável

- LEVANTAMENTO DO PATRIMONIO DA CODEMAT -

*** DIRETOR PRESIDENTE ***

VISTO:

CUIABA, 27 de Maio de 1975.

Ass. Responsible



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — SECRETARIA DA AGRICULTURA DE MATO GROSSO
Acordo de Classificação no Estado de Mato Grosso

Of. nº 58/75

Cuiabá-Mt., 09/05/75

Do Executor do ACORDO DE CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO
Ao Senhor Diretor Presidente da CODEMAT
Assunto: Recebimento (ACUSA)

Prezado Senhor:

Pelo presente acusamos o recebimento do Vosso Ofício Circular nº 01/75, de 18 de Março de 1975, no qual V. Sa., nos comunica a eleição e posse da nova Diretoria da CODEMAT.

Agradecendo a gentileza do comunicado, apresentamos à nova Direção, votos de uma feliz gestão e colocamo-nos desde já do inteiro dispor dessa Diretoria.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhes nossos protestos de estima e consideração subcrevendo-nos

Atenciosamente


ENGRº. AGRº. EDMAR GOMES CURVO
Executor do Acordo

Ilmo. Sr.

Dr. ANTONIO MOYSÉS NADAF

NESTA CAPITAL

REMETENTE : Bio-Medical e Agricultural Technology
41, Market Place
Henley-on-Thames
Oxford shire, RG 92 AA
Telephone Henley 6118 (04912-6118)

DESTINATÁRIO : Dr. Gabriel Muller

Chiquinho - de

TRADUÇÃO

Em, 30 de julho de 1.974.

Caro senhor Muller,

Eu soube, através da "British Board of Trade" que seu governo está planejando o estabelecimento de uma fábrica de vacina "F e M" em Mato Grosso.

Esse projeto é extremamente urgente, segundo confirmou o nosso colega Dr. Pereira da Estação de Pesquisa Viroológica do nosso Ministério da Agricultura, o qual possivelmente seja vosso conhecido.

Embora a B.A.T. possa apresentar uma proposta para a elaboração do projeto, suprimento dos materiais, instalação e aprontamento para uso de tal fábrica, nos necessitamos de saber algo mais acerca dos requisitos reais do nosso governo.

Assim, tanto a B.A.T. como os nossos arquitetos consultores em Londres necessitariamos de saber:

1. Nível de produção proposta;
2. Tipo de sistema de produção visada ("tissue, culture, suspension");
3. Número e tipo de construções a serem projetados e construídos.

Precisariamos saber se o complexo da fábrica deverá ter laboratório analítico, dependências para animais, bloco de triagem protegida por grade e oportunidades para gerentes e empregados administrativos.

4. Gostaríamos de saber, outrossim, se há restrições ou condições especiais para a construção em "lay-out".

REMITENTE : Bio-Medical e Agricultural Technology
41, Market Place
Henley-on-Thames
Oxford shire, RG 92 AA
Telephone Henley 6118 (04912-6118)

DESTINATÁRIO : Dr. Gabriel Muller

TRADUÇÃO

Em, 30 de julho de 1.974.

Caro senhor Muller,

Eu soube, através da "British Board of Trade" que seu governo está planejando o estabelecimento de uma fábrica de vacina "F e M" em Mato Grosso.

Esse projeto é extremamente urgente, segundo confirmou o nosso colega Dr. Pereira da Estação de Pesquisa Viroológica do nosso Ministério da Agricultura, o qual possivelmente seja vosso conhecido.

Embora a B.A.T. possa apresentar uma proposta para a elaboração do projeto, suprimento dos materiais, instalação e aprontamento para uso de tal fábrica, nos necessitaríamos de saber algo mais acerca dos requisitos reais do nosso governo.

Assim, tanto a B.A.T. como os nossos arquitetos consultores em Londres necessitariamos de saber:

1. Nível de produção proposta;
2. Tipo de sistema de produção visada ("tissue, culture, suspension");
3. Número o tipo de construções a serem projetados e construídos.

Precisaríamos saber se o complexo da fábrica deverá ser laboratório analítico, dependências para animais, bloco de triagem protegida por grade e oportunidades para gerentes e empregados administrativos.

4. Gostaríamos de saber, outrossim, se há restrições ou condições especiais para a construção em "lay-out".

5. Extensão da disponibilidade de fatores lo
cais para a construção da fábrica: (materiais, mão de obra etc.)

6. Especificações sobre as condições e posi
ção do terreno (da obra).

7. Estimativa do capital disponível.

8. Se será necessário forma de pagamento a
prazo e se isso será acompanhado de garantias do governo brasi
leiro.

A B.A.T., nosso arquiteto e consultores são -
experientes no planejamento de estabelecimentos para produção e
pesquisa no campo da medicina e da agricultura, assim como naque
las onde estão envolvidas, mas de limitações de meio ambiente -
tais como, hospitais, estações de pesquisas virológicas, "SPF" e
"Gnotobiotic bloks" e unidades de fabricação de vacinas.

Se V. Sa. tem um estudo de viabilidade do pro
jeto nos ficaríamos felizes, em primeira instância, em discuti
-lo com V. Sa. ou seu representante aqui, antes de submetermos a
nossa proposta.

Com os melhores votos

Sinceramente

Bio Medical e Agricultural Technology

Ass. Professor A. Schoen

5. Extensão da disponibilidade de fatores locais para a construção da fábrica: (materiais, mão de obra etc.)

6. Especificações sobre as condições e posição do terreno. (da obra).

7. Estimativa do capital disponível.

8. Se será necessário forma de pagamento a prazo e se isso será acompanhado de garantias do governo brasileiro.

A B.A.T., nosso arquiteto e consultores são experientes no planejamento de estabelecimentos para produção e pesquisa no campo da medicina e da agricultura, assim como naquelas onde estão envolvidas, mas de limitações de meio ambiente tais como, hospitais, estações de pesquisas virológicas, "SPF" e "Gnotobiotic bloks" e unidades de fabricação de vacinas.

Se V. Sa. tem um estudo de viabilidade do projeto nos ficaríamos felizes, em primeira instância, em discutir-lo com V. Sa. ou seu representante aqui, antes de submetermos a nossa proposta.

Com os melhores votos

Sinceramente

Bio Medical e Agricultural Technology

Ass. Professor A. Schoen

①

Remetente: BIO-MEDICAL e AGRICULTURAL TECHNOLOGY
41, Market Place
Henley-on-Thames
Oxfordshire, RG 9 2AA
Telephone: Henley 6118 (04912-6118)

Destinatário: Dr. Gabriel Müller

TRADUÇÃO

Em 30 de Julho de 1974

* Caro Senhor Müller

Eu soube, através da
"British Board of Trade" seu governo
está planejando o estabelecimento de
uma fábrica de vacinas "F e M" em Ma-
to Grosso.

Esse projeto é extremamente urgente, se-
gundo confirmou o nosso colega
Dr. Pereira da Estação de Pesquisa
Viroológica do nosso Ministério da Agricultura

O qual possivelmente seja vosso conhecido. (9)

Embora a B.A.T. possa apresentar uma proposta para a elaboração do projeto, suprimento de materiais, instalação e aprontamento para uso de tal fábrica, nos necessitaríamos de saber algo mais acerca dos requisitos reais do vosso governo.

Assim, tanto a B.A.T. como os nossos Arquitetos consultores em Londres necessitaríamos de saber:

1. Nível de produção proposta
2. Tipo de sistema de produção visada ("tissue, culture, suspension")

3. Número e tipo de construções a serem projetadas e construídas

Preçaremos saber se o complexo de fábrica terá Laboratório O nível de tiro, e as dependências para animais, blocos

de de Triage históricas por grande e abertas para gerentes e empregados administrativos.

4. Verificar a existência de condições especiais para a construção e "lay-out".

5. Estimativa da distribuição de materiais locais para a construção da obra (materiais, mão-de-obra etc.)

6. Especificações sobre as condições e posição do terreno (da obra).

7. Estimativa do capital disponível

8. Se será necessário forma de pagamento a prazo e se isso será acompanhado de garantias do governo brasileiro.

A B.A.T., nosso arquiteto e consultores, são experientes no planejamento de estabelecimentos para produção e pesquisa no campo da medicina e da agricultura, assim como, máquinas onde estão envolvidos, sist.

(6-
* mas de limitações ao meio ambiente
tais como: hospitais, estações de
pesquisas virológicas, "SPF" e
"Gnotobiotic blocks" e unidades de
fabricação de vacinas.

Se U.S. tem um estudo
de viabilidade do projeto nos ficar
anos felizes, em primeira instância,
* em discutir-lo com U.S. ou seu
representante aqui, antes de sub-
metermos a nossa proposta.

* Com os melhores votos ~~de~~ ^{de} ~~fora~~ ^{de}

Sinceramente

Bio Medical e Agricultural Techn-
nology

Ass. PROFESSOR A. SCHÖEN



BIO-MEDICAL & AGRICULTURAL TECHNOLOGY

Favor tirar fotografias

41, Market Place
Henley-on-Thames
Oxfordshire, RG9 2AA
Telephone:
Henley 6118 (04912-6118)

July 30th. 1974

Dr. Gabriel Muller,
Codemat
Rua Pedro Celestino 24/26
Guiba,
Mato Grosso, Brazil.

Dear Dr. Muller,

I understand from the British Board of Trade that your Government are planning the establishment of a factory in the Mato Grosso for the production of F & M vaccine.

That this project is extremely urgent has been confirmed by our colleague Dr. Perreira of our Ministry of Agriculture Virus Research Station, who may be known to you.

Although BAT can offer a Package Proposal for the design, supply, erection and commissioning of such a factory, we would require to know something further about the actual requirements of your Government. Thus both BAT and our Consultant Architects Messrs Triad of London would need to know:

1. Production levels proposed
2. Type of production system envisaged (tissue culture suspension)
3. Number and type of buildings to be designed and constructed,

Whether the factory complex is to include Analytical Labs., Animal House facilities and Barrier-protected Trial Block, and Administrative and Management/Employee facilities

4. Whether there are restrictions or special conditions as to the building form and layout.
5. Extent of local Brazilian involvement in the building construction (Local materials, labour etc.).
6. Site specifications
7. Estimate of Capital available.
8. Whether extended Credit will be required and, if so, whether this will be backed by Brazilian Government guarantees.



BIO-MEDICAL & AGRICULTURAL TECHNOLOGY

41, Market Place
Henley-on-Thames
Oxfordshire, RG9 2AA
Telephone:
Henley 6118 (04912-6118)

July 30th. 1974

- 2 -

BAT and our Architect and Planning Consultants are well-experienced in the design of medical and agricultural production and research establishments, as well as of facilities where specialized or barrier environmental systems are involved, such as hospitals, virus research stations, SPF and gnotobiotic blocks and vaccine manufacturing plant.

If you have available a feasibility report for the project, we would be happy, in the first instance, to discuss this with you or you representative here before submitting a proposal.

With best wishes,

Yours sincerely,

Bio-Medical & Agricultural Technology

(Prof. A. Schoen)

Copy to:

British Embassy,
Brasilia, Brazil.

Cuiaba, 15 de abril de 1975

C.

Ilmos.Srs.

M.CAMPOS COMISSARIA DE DESPACHOS LTDA.

Rua Marconi, 71 - 10º andar, sala 101
SÃO PAULO -SP

Prezados Senhores

Construtora Biral e Industrial S/A.

Atendendo solicitação da firma CONCISA (completar), empreiteira de obras no Centro Político Administrativo -Cuiaba, fizemos indicação de V.Sas, para, na qualidade de despachantes credenciados, providenciarem o desembaraço alfandegario dos equipamentos que compõe o conjunto de ar condicionado a ser instalado no CPA.

Esclarecemos que os equipamentos ora importados em nome da CODEMAT, visam, tão somente, conseguir imunidade e/ou isenção de taxas e impostos que possam incidir na referida operação. A ~~presente~~ importação é de exclusiva responsabilidade, tanto técnica como financeira, da CONCISA.

Assim, pedimos a gentileza, de atende-los no que for necessario, devendo, posteriormente, a cobrança dos serviços prestados por V.Sas, e outras despesas eventuais, serem encaminhadas diretamente e em nome da CONCISA, para os pagamentos.

Atenciosamente,

Dr. Antonio M. Nadaf
Dir. Presidente

Dr. Enzo Ricci
Dir. Técnico

De Acordo:

Pela Concisa
Dr. Bento

Câmara Municipal de Presidente Prudente

ESTADO DE SÃO PAULO

281/75

PRESIDENTE PRUDENTE, PAÇO MUNICIPAL FLORIVALDO
LEAL, EM 29 DE ABRIL DE 1.975.-/

CODI	AT
PROTÓCOLO Nº	2182/75
PRO	200 4-2-2-2
DATA	26/05/75
<i>[Assinatura]</i>	
S	DOLO

SENHOR PRESIDENTE,

Cumpre-me o grato dever de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que esta Edilidade, em sua sessão ordinária realizada em 28 do corrente, aprovou o Requerimento nº 1.188/7, de autoria do nobre vereador IVAM NOGUEIRA - DE ALMEIDA e subscrito pelo nobre edil UBALDO GOMES CORRÊA, consignando na ata dos nossos trabalhos, votos de congratulações a Vossa Senhoria, pela eficiente e rigorosa fiscalização que vem exercendo em defesa da fauna do Pantanal Matogrossense.-

Apresentando as felicitações da Edilidade Prudentina a Vossa Senhoria, valho-me da oportunidade para subscrever-me com estima e consideração .-

Respeitosos Cumprimentos

[Assinatura]
THOME ATALLA

-Presidente-

Ao Senhor
Presidente da Companhia de Desenvolvimento
de Mato Grosso - CODEMAT -
78.000 - C U I A B Ã - MT -

/nac.-/

INSTRUÇÕES DA DIRETORIA DA CODEMAT

INDENIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Nº 27

1. GERAL

- 1.1 - Esta instrução tem por objetivo regulamentar a indenização dos serviços de transportes realizados por veículos de propriedade dos funcionários da CODEMAT.
- 1.2 - A CODEMAT indeniza todo transporte feito por funcionário da Companhia desde que autorizado pelo Diretor da área.
- 1.3 - O transporte é sempre efetuado para serviços de interesse da CODEMAT em zona urbana, entre municípios ou entre estados.
- 1.4 - Todas as despesas de manutenção, risco de acidentes, emplacamento, prêmios de seguro e indenização a terceiros correm por conta do proprietário do veículo.

2. AUTORIZAÇÃO E PROCESSAMENTO

- 2.1 - Os funcionários que necessitam realizar serviços com veículo próprio devem solicitar ao Diretor da área, mediante Comunicação Interna, autorização para tal procedimento.
 - 2.1.1 - A CI deverá conter as seguintes informações relativas ao veículo: marca, modelo, potência, nº do chassi e nº da placa.
- 2.2 - Após a realização do transporte o funcionário preenche em 2 (duas) vias a Ficha Demonstração de Quilômetros Rodados, anexa a Comunicação Interna autorizada pelo Diretor da área e envia o processo ao Diretor Administrativo para a autorização do pagamento da quilometragem e encaminhamento ao Setor de Pessoal.
 - 2.2.1 - A distribuição da Ficha Demonstração de Quilômetros Rodados é a seguinte:
 - 1ª via - Acompanha CI que autoriza o transporte
 - 2ª via - Arquivo setor interessado.

MA *Pin*

2.3 - Após autorização do Diretor Administrativo a Ficha Demonstração de Quilômetros Rodados e CI original são enviadas ao Setor de Pessoal para inclusão na folha de pagamento.

2.3.1 - Até o dia 15 (quinze) de cada mês os interessados devem encaminhar ao Diretor Administrativo a Ficha Demonstração de Quilômetros Rodados, para que o Setor de Pessoal possa incluir a indenização no mês de competência.

3. INDENIZAÇÃO

3.1 - A CODEMAT efetua o pagamento da quilometragem dentro da seguinte tabela:

QUILOMETRO PERCORRIDO	C A T E G O R I A		
	ATÉ 60 HP	DE 61 A 80HP	ACIMA 80 HP
DE 0 A 1.000 Km	R\$ 1,88/km	R\$ 2,19/km	R\$ 2,52/km
DE 1.001 A 1.500 km	R\$ 1,79/km	R\$ 2,09/km	R\$ 2,40/km
DE 1.501 A 2.000 km	R\$ 1,70/km	R\$ 1,98/km	R\$ 2,28/km
DE 2.001 A 2.500 km	R\$ 1,61/km	R\$ 1,88/km	R\$ 2,16/km
DE 2.501 A 3.000 km	R\$ 1,50/km	R\$ 1,77/km	R\$ 2,04/km
DE 3.001 A 3.500 km	R\$ 1,41/km	R\$ 1,67/km	R\$ 1,92/km
DE 3.501 A 4.000 km	R\$ 1,32/km	R\$ 1,56/km	R\$ 1,80/km
DE 4.001 A 4.500 km	R\$ 1,22/km	R\$ 1,46/km	R\$ 1,68/km
DE 4.501 A 5.000 km	R\$ 1,05/km	R\$ 1,35/km	R\$ 1,56/km
-X-	-X-	-X-	-X-

3.2 - A utilização da tabela para cálculo de indenização por transporte é feita da seguinte forma:

3.2.1 - O veículo Volkswagen Sedan 1500 efetuou no mês de fevereiro de 1975 - 850 km. em viagem

Indenização = Quant. km x taxa por veículo/por quilometragem

Indenização = 850 x R\$ 1,88

Indenização = R\$ 1.598,00

3.2.2 - O veículo Volkswagen Sedan 1500 efetuou no mês de abril de 1975 - 1.520 km. em viagem

Indenização | Quant. km x taxa por veículo/por quilometragem

Indenização = 1.520 x R\$ 1,70

Indenização = R\$ 2.584,00

M. Ruiz

3.2.3 - O veículo Chevrolet C-10 efetuou no mês de fevereiro de 1975 - 850 km. em viagem

Indenização = Quant. km x taxa por veículo/por quilometragem

Indenização = 850 x R\$ 2,52

Indenização = R\$ 2.142,00

3.2.4 - O veículo Chevrolet C-10 efetuou no mês de abril de 1975, 1.520 km. em viagem.

Indenização = Quant. km x taxa por veículo/ por quilometragem

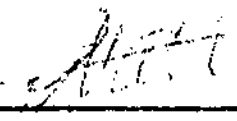
Indenização = 1520 x R\$ 2,28

Indenização = R\$ 3.465,60

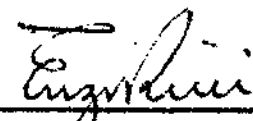
4. VIGÊNCIA

4.1 - Esta instrução entra em vigor a partir de 1º de fevereiro do corrente ano.

Cuiabá (MT), 27 de janeiro de 1975



Diretor Presidente



Diretor Técnico



Diretor Administrativo

Dr. Gabriel Neto

PROT.

PROC.

/ /

RESOLUÇÃO Nº 02/75

DIARIAS



C O D E M A T

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº 02/78 - REFERENTE A DIÁRIAS

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 01/74 E ESTABELECE NORMAS PARA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

- 1 - Diário é a indenização de gastos pessoais de alimentação e hospedagem por servidor quando se afasta para local distante de sua sede de trabalho, exclusivamente em objeto de serviço.
- 2 - Diárias são aquelas em que o deslocamento se fizer por mais de 12 (doze) horas por dia.
- 3 - O deslocamento por menos de 12 (doze) horas, dará direito ao servidor de ser reembolsado pelas despesas efetuadas com comprovantes, conforme o item 15.
- 4 - São competentes para autorizar diárias:
 - a) o Diretor Presidente
 - b) o Diretor Superintendente
 - c) o Diretor Técnico
 - d) o Diretor Administrativo

e, b, c, d - 1 - a administração central e Escritórios da Companhia

 - a) no âmbito de sua competência
 - a.1 - Chefe de Escritório
- 5 - O valor da diária é fixado da seguinte maneira:
 - 5.1 - Diretoria - R\$ 405,00 : para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Mato Grosso e demais Estados - R\$ 275,00
 - 5.2 - Pessoal do Nível Universitário - R\$ 312,00 : Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Mato Grosso e demais Estados - R\$ 229,00
 - 5.3 - Chefe de Setores, Chefe de Gabinete, Secreário e Chefes de Escritórios - R\$ 312,00 : para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Mato Grosso e demais Estados - R\$ 229,00
 - 5.4 - PESSOAL ADMINISTRATIVO
 - 5.4.1 - Assistente de Administração, Topógrafo, Químico, Desenhista-Projetista, Laboratorista, Assistente de Naturalista, Cinematogra

Pista, Restaurador, Muscólogo, Sertanista, Técnico Agrícola, Secretário, Chefe do Mecânico, Estagiário - R\$ 191,00 : para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Pará, Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Mato Grosso e demais Estados - R\$ 159,00

5.4.2 - Auxiliar Administrativo, Bibliotecário, Datilógrafo, Arquivista, Desenhista, Copista, Operador de Máquina de Contabilidade, Almoxeiro - R\$ 143,00 : para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Pará, Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Mato Grosso e demais Estados - R\$ 115,00

5.4.3 - Motorista, Mecânico, Operadores, Encarregado do Garagem e demais servidores - R\$ 121,00 : para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Pará, Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Mato Grosso e demais Estados - R\$ 97,00

6 - As diárias para o exterior: América, Europa, Ásia, Oriente e Oceânia serão proporcionais de 30%. Este acréscimo não se aplica nos países da América do Sul que limitam com o Brasil.

6.1 - Quando se tratar de Assessor da Diretoria, Chefe do Gabinete, Chefes do Gabinete, Chefes de Setores ou Seção, que viajarem em companhia do Diretor, serão-lhes pagos mais 30% da diária, a título de ajuda de custo, em todos os estados relacionados nos itens acima, exceção de Mato Grosso e demais estados, cujo percentual será de 20%.

7 - Somente a Diretoria poderá autorizar o pagamento de mais de 15 (quinze) diárias por mês.

8 - Não fará jus à diária o empregado que se afastar do exercício de suas funções, por motivo de férias ou impedimento de qualquer natureza, quando estiver em acompanhamento da Companhia nos lugares de construção civil ou quando não for autorizado pela Diretoria o por escrito.

9 - O Diretor que necessitar de deslocar servidor, lotado em seu Departamento ao local fora de sua sede, por serviço de rotina deverá entrar em entendimento com o Diretor Administrativo a fim de que a Tesouraria possa fazer provisão de caixa e providenciar pagamento dentro de 48 horas.

10 - A Diretoria e servidores da Companhia, quando se deslocarem para local de trabalho ou cantina de obras, onde a CODEMAT mantém refeitório, dormitório e condições não serão considerados como diários, podendo, no entanto, contraírem despesas e gastos reembolsados pela Companhia.

11 - G.O. - A DIRETORIA NÃO TEM NECESSIDADE DE APRESENTAR RELATÓRIO DE VIAGEM.

12 - O processamento das diárias far-se-á por duas modalidades:

- a) Diárias antecipadas
- b) reembolso

13 - As diárias antecipadas serão processadas da seguinte maneira:

13.1 - NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

13.1.1 - Será feita uma CI pelo Chefe do Setor

13.1.2 - A referida CI deverá ser endossada pelo Chefe do Setor, em citando as diárias.

13.1.3 - A referida CI deverá ser endossada ao Diretor Superintendente, no caso de estar no Diretor Administrativo ou Diretor Técnico.

13.1.4 - Toda e qualquer CI deverá constar o nome do servidor, local em que ocorrerá a missão, serviço a ser executado e o tempo previsto de afastamento.

13.1.5 - Após a autorização dos diretores na CI, a mesma deverá ser encaminhada ao Setor do Pessoal com 24 horas de antecedência.

13.1.6 - O Setor do Pessoal, deverá encaminhar uma CI com remuneração do SP à Tesouraria, para liberar durante 24 horas seguintes, em citando pagamento no valor correspondente ao afastamento, ficando, portanto, o interessado ainda sujeito ao horário de trabalho.

13.1.7 - Após o retorno do servidor, o mesmo deverá providenciar um relatório de viagem detalhadamente em 4 (quatro) vias, a encaminhar ao Setor do Pessoal a segunda e terceira via, a primeira irá para o Diretor Superintendente e a quarta via para arquivar no Setor onde estiver lotado, com visto do Chefe do Setor.

13.1.8 - Caso seja verificado o pagamento justificado que o servidor ultrapassou os dias previstos, caberá ao Setor do Pessoal creditar na próxima folha de pagamento as diárias excedentes e em caso de devolução, o Setor do Pessoal providenciará uma CI à Tesouraria a respeito do recolhimento.

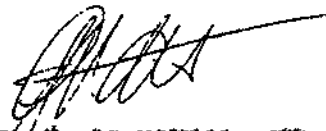
13.2 - NOA ESCRITÓRIOS

- 13.2.1 - O responsável pelo escritório terá que apresentar, antecipadamente, qualquer proposta com o de se deslocar do local de trabalho a serviço da Companhia.
- 13.2.2 - Os demais servidores do escritório só poderão locomover-se com autorização por escrito dos Chefes do Escritório ou dos Diretores da Companhia.
- 13.2.3 - Em qualquer das hipóteses o pagamento do diário ou o seu reembolso somente será efetuado ao Diarista ou credor na folha de pagamento.
- 13.2.4 - O pedido de pagamento que será por CI terá que vir acompanhado do relatório de viagem, conforme instrução de item anterior.
- 14 - Em hipótese alguma receberá o servidor os diários que deixou de apresentar em seu relatório anterior.
- 15 - No deslocamento com menos de 12 (doze) horas, o servidor deverá solicitar no hotel ou restaurante um nota fiscal em nome da CUDERAT, e após o seu retorno, solicitar o visto do Diretor Administrativo e se diretamente o Tesoureiro ou se por reembolso.
- 16 - A presente Tabela foi atualizada com base na alteração no salário mínimo e do aumento do custo de vida no período.
- 17 - O índice relativo para o reajuste foi de 35%.
- 18 - Vigora a presente Tabela a partir do CI de Janeiro/75, conforme decisão da Diretoria, tomada em reunião de dia 14/01/75.

19 - Os valores desta Resolução serão realizados na proporção do custo + de vida tendo para isso as indicações publicadas pela Fundação Getúlio Vargas - (FGV).

20 - Revogação da Resolução nº 01/74.

Cuiabá(MT) 14 de fevereiro de 1975


GABRIEL P. DE MATTOS NETO
Diretor Presidente


ENZO RICCI
Diretor Técnico


LUIZ CARLOS ABRAMI
Diretor Administrativo


VILÁZIO DE ALMEIDA NETO
Chefe do Setor de Pessoal

V98/0004

Do Setor de Perfuração
A : Firma SAMIR M. MALOUF & IRMÃOS LTDA.
Rua 13 de Junho nº 242
HESTA

Prezados Senhores:

Com referência ao Contrato nº 478/74 datado
de 13/08/74 assinado entre a CODEMAT e sua Firma para fornecimen-
to de Tubos de Revestimentos para Poços Tubulares Profundos, te-
mos a dizer o seguinte:

de 25/07
tífica
DIN 2440
2440 de
assinati
te igua
dos de
rosas
73,97
segunda
e com
e rose
Contra
cumpr
CODEMAT

ENVIADA POR: Engº CIVIL
Cristovam M. S. Figueiredo

DESTINADA A:
Diretoria da Cia.

RECEBIDA:
EM: 09/10/74

Atenciosamente
Engº Civil Cristovam Marcello Siqueira de Figueiredo
Chefe do Setor de Perfuração de Poços

Encaminhamos para conhecimento dos Senhores Direto-
res da Cia., fotocópias da missiva mandada à Firma Samir M. Malouf & Irmãos Ltda.
e recebimento da sua resposta; alertando-os com referência ao Contrato nº 478/74,
no que se refere ao prazo contratual de entrega dos materiais dentro do estabele-
cido pelo Contrato.

ASSUNTO: Encaminhamento (faz)

DE	PARA	REF	DATA	N. da CI
SETOR DE PERFURAÇÃO	DIRETORIA	AEC	09.10.74	020/314

COMUNICAÇÃO INTERNA

Rua Pedro Celestino, 24/26 Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT
Fones: 3363 - 3733
Cuiabá - MT.
I.C.G.C. 03-474-053/001



Samir M. Malouf & Irmãos Ltda.

MÓVEIS EM GERAL

Rua 13 de Junho, 242

Fone 2812

Cuiabá

Mt.

Inscrição Estadual 13.000.219-4

O.G.O. 03.464.785

Cuiabá, 09 de outubro de 1.974.

ILMO DR.
EMGO CIVIL
CRISTOVAM MARCELO SIQUEIRA DE FIGUEIREDO
NESTA

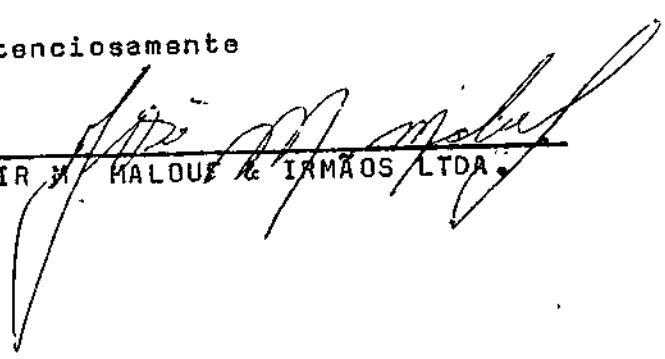
Prezado Senhor:

Damos em nossa poder a carta de Vv.Ss. datada de 8 do corrente mês, referindo-se sobre a nossa falta do cumprimento na entrega do material, referente ao contrato nº 478/74, firmado em 13.08.74, com essa conceituada Companhia, a qual agradecemos e passamos a responder.

Realmente, não foi possível entregar todo o material, visto a nossa fornecedora não possuir naquela época Matéria Prima suficiente para total do nosso pedido, mas, entretanto, nos prontificou que dentro de 15 a 20 dias a partir da presente, despacharia o restante do material, constante do contrato acima referido.

Contando certos em não levarem a mal essa nossa atitude, antecipamos os nossos melhores agradecimentos, subscrevendo-nos

mui atenciosamente



SAMIR M. MALOUF & IRMÃOS LTDA.

UM ESTUDO SOBRE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO

Palestra proferida pelo Economista
Profº Adejã de Aquino, do Setor de
Colonização da CODEMAT - no 1º Se-
minário sobre a "Colonização na
Amazônia Matogrossense", no auditó-
rio do Clube de Engenharia.

UM DESPRETENCIOSO ESTUDO HISTÓRICO DO PROBLEMA DA COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NO BRASIL, PARTICULARMENTE EM MATO GROSSO.

I - CONCESSÃO DE TERRAS NO BRASIL

A concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil data de 1808. As primeiras colônias surgidas em terras do sul, "com colonos irlandeses, suíços, alemães, italianos, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses, franceses e outros povos da Europa Ocidental, destinados à agricultura nacional, eram homens sadios, laboriosos e moralizados."

A relação cronológica da imigração no país demonstra que esta foi-se processando, através do século XIX, com datas marcantes em três períodos. De 1800 a 1850 com o surgimento de grandes produtores, com incidência maior no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. De 1850 a 1875, há uma autorização para as companhias introduzirem no país, no período de 10 anos, mais de 100 mil imigrantes europeus. É também desta data a introdução dos primeiros trabalhadores asiáticos. A partir de 1876 a 1890, várias Colônias de origem européia paulatinamente vão-se transformando em povoações que tem os mesmos regimes, comum a outras povoações do Império. Comentários feitos pela revista "Influência", sobre a iniciativa privada na colonização do Ministério da Agricultura - INCRA - mostra-nos uma análise do período de 1808 a 1876 tirando as seguintes conclusões:

"Os estrangeiros que vinham para o Brasil, e aqui se estabeleciam, trazendo suas famílias, formavam colônias que, desenvolvendo-se, procuravam, depois de alguns anos, o amparo das leis, tornando-se, assim, oficializadas;

Várias sociedades e empresas colonizadoras conseguiam também a chancela do Governo do Central, para transpor

No período de 1930 a 1945, houve modificações no regime político e administrativo das colônias com:

- maior incentivo à mão-de-obra nacional;
- maior incentivo à colonização e ao povoamento do solo, mediante parcelamento de lotes, criação de núcleos coloniais agro-industriais e de granjas - modelo;
- regulamentação da entrada de estrangeiros;
- autorização para celebração de "tratados de Imigração", com o fim de fixar no país, trabalhadores agrícolas e
- a adoção da idéia de que a colonização é considerada de utilidade pública, cabendo à União e aos Estados desenvolverem oficialmente e fomentarem-na, facilitando a iniciativa privada.

No período de 1945 a 1959, registra-se a nacionalização das colônias. O Governo continua a incentivar a imigração e a Colonização, dando especial ênfase às correntes migratórias, sejam estas internas ou externas. Observa-se também nessa época, a preocupação por parte das autoridades em valorizarem a mão-de-obra nacional e facilitarem a aquisição de terras, fomentando, consequentemente, o povoamento e o aproveitamento do solo. Cria-se o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), devendo os planos de colonização e registro de empresas serem aprovadas por esse Instituto, que supervisionava e controlava as atividades de colonização e imigração no país.

De 1959 até a atual data, vem se processando um sistema de assistência ao homem do campo, com inúmeras modificações no direito da propriedade agrícola. A Lei nº 4.504, de 1964, do Estatuto da Terra, modificada pelo Decreto nº.... 59.428, de 27/10/1966, traz, como objetivos primordiais, a melhoria da estrutura agrária no país, vinculando à propriedade quem trabalha na terra;

II - O SISTEMA DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO

"Em 1.910, já se registrava no Estado, a criação dos primeiros núcleos coloniais, com a fundação das colônias de Porto-Murtinho, em 1912, no município do mesmo nome e das colônias Mata-Grande e Ponte Alta, em 1916, ambas no município de Cuiabá". (Diagnóstico Econômico III-B - Colonização - Obra elabo-

rada em 1973, por Técnicos da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, do Governo do Estado).

O processo acelerou mais, a partir da década de 1940, com a preocupação dos Governos Federal e Estadual, em ocupar o solo. O órgão responsável em princípio pela colonização no Estado era a CPP - Comissão de Planejamento da Produção, de quem a CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, herdou a responsabilidade e os acervos.

O Setor de Colonização da CODEMAT em linhas gerais recebeu da antiga - CPP 45 Colônias, algumas com informações em seus acervos, outras, todavia, sem nenhuma informação.

O quadro abaixo mostra-nos as Colônias e os respectivos municípios a que pertencem.

COLÔNIAS	MUNICÍPIOS
Antonio João	Poconé
Bodoquena	Miranda
Barroso	Dom Aquino
Botelha	Amambai
Bocaina	Chapada dos Guimarães
Bracinho	Corumbá
Bauri	Rosário Oeste
Couto Magalhães	Ponte Branca
Coronel Ponce	Dom Aquino
Campo Limpo	Rondonópolis
Caramba	Rio Brilhante
Cambaretã	Ivinhema
Gipó	Aquidauana
Caarapã	Dourados
Capão do Negro	Guiabá
Dourados	Dourados
Fátima de São Lourenço	Jaciara
Figueira	Poconé
General Dutra	Ponta Porã
Itá	Bela Vista
Ilha Comprida	Três Lagoas
Jamacá	Chapada dos Guimarães
Jarudore	Poxoréo
Lambari	Poxoréo
Leonor	Guiabá
Macacos	Rondonópolis
Mata Grande	Guiabá

4 - Escritórios Regionais

Presentemente, há apenas um escritório regional que, através do Setor de Colonização, atua na Colônia Rio Branco, município de Cáceres, com total apoio em todas as frentes de trabalho. Há dois postos de serviços : um em Salto do Céu e outro em Reserva do Cabaçal, cada um com respectivo técnico, encarregado de dar assistência aos colonos. Possui também um posto avançado na Colônia de Pontes e Lacerda, com um técnico, encarregado dos trabalhos de assistência e regularização de posse de terras.

X - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

Em cada área de atuação, o Setor de Colonização, através de seu escritório elabora obras de infra-estrutura, com vistas ao apoio logístico da região em que atua, notifica-se, dentre outras:

- Estradas
- Escolas
- Posto de Saúde
- Unidade de Segurança
- Abertura de ruas
- Pista de Pouso
- Cemitérios
- Campos de Esportes
- Saneamento, etc.

Isto sem observar o apoio incontestado prestado, através de assistência social e até mesmo religiosa. Há liberdade de culto nas Colônias, com a construção de Templos e com apoio da Comunidade, através de "mutirões", com o atendimento social e a coordenação de trabalhos nos postos de saúde, por enfermeiros lotados neste Setor. A organização das comunidades sociais, através de programas voltados para o homem, nos esportes, nos jogos, nas festas religiosas, nos clubes de amizade, fortalecendo os laços dessa comunidade e dá à vida rural um sentido mais amplo. O Governo, através de seus órgãos de desenvolvimento, é o principal ponto de apoio, em todo empreendimento de colonização oficial, que se tem feito em Mato Grosso.

XI - MÓDULO ESTABELECIDO PELO SETOR DE COLONIZAÇÃO

O Setor de Colonização adota, nas regiões onde atua, módulos diferentes para a regularização de posse, possuindo estas três características:

1ª) - Lotes urbanos - também chamado de datas, com medida de 600 m², tendo um valor médio de C\$ 500,00.

2ª) - Chácaras com 5 ha. sendo seu valor médio de C\$ 600,00.

3ª) - Lotes rurais - com padrão entre 15 a 24 ha., sendo seu preço médio de C\$ 800,00. Observa-se, ainda, que estes lotes sofrem uma variação de preço de acordo com a fertilidade do solo.

XII - FORMA DE PAGAMENTO

Obedecendo ao critério abaixo, a forma adotada pelo Setor de Colonização é a seguinte:

- 50% no ato de requerimento e
- 50% na entrega do título.

Muitos colonos efetuam seu pagamento no ato de requerimento.

Este pagamento é para fazer face aos trabalhos de titulação, desde o serviço topográfico até a total entrega dos títulos ao colono, não sendo, portanto, um compromisso de venda..

XIII - NÚMERO DE PROPRIEDADES LOTEADAS

As propriedades loteadas são caracterizadas conforme o módulo, como lotes urbanos, chácaras e lotes rurais, sendo que até o momento já foram requeridos aproximadamente 3.000 títulos e deste total 70% já foram entregues e 30% estão em fase de titulação.

Possui a área do "Complexo Rio Branco" um total de 45.000 ha. a serem tituladas, estando estas áreas já quase totalmente ocupadas por colonos e o Setor de Colonização já elaborou levantamento sócio-econômico.

XIV - UMA DIRETRIZ PARA O SETOR DE COLONIZAÇÃO

Orientados pela Lei 4.504, de 30 de novembro de 1.964 e demais Decretos que regulamentam esta Lei, o Setor de Colonização da CODEMAT credenciado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, vem dando nova dimensão ao sistema de colonização em Mato Grosso, com elaboração de programas dentro do espírito da administração moderna.

Esquecendo-se o empirismo do passado, hoje as autoridades do Planejamento vem procurando dar uma dimensão mais técnica aos programas regionais de desenvolvimento, observando-se em seus planos a metodologia estabelecida pelo INCRA, para as áreas prioritárias.

É interessante citar um ensaio de auto-crítica feita pelo economista Roberto Campos quando Ministro do Planejamento:

"Sou o primeiro a admitir que o próprio mecanismo de planejamento e programação se ressentem de muitas falhas. Mencionarei três num esforço de auto-crítica:

- A primeira deficiência do nosso Planejamento tem sido a insuficiente participação de vários grupos econômicos - trabalhadores, empresários, órgãos de imprensa e difusão, entidades de planejamento estadual e regional no esforço de elaboração e execução de programas de Governo.

- A segunda falha é a inadequada coordenação entre o Planejamento Federal e as iniciativas estaduais e regionais.

- O terceiro percalço é a escassês de projetos concretos e maduros de investimentos para corporificar os objetivos globais de crescimento. Dispostos muito mais de um catálogo de aspirações do que um estoque de projetos. E não foi sem certa surpresa que se verificou que o obstáculo principal ao afluxo dos recursos internacionais não é mais a falta de respeitabilidade do país e a ausência de um programa de solvência financeira, e sim a carência de Projetos suficientemente amadurecidos e detalhados para entrarem no estágio executivo."

Precisamos convencer-nos de que não bastam planos, programas e projetos para a colonização. É necessário termos uma empresa ou sociedade de economia mista que visa a solucionar os problemas mais sentidos pela coletividade rural.

Se quisermos dar ao setor agrícola, na pessoa do homem do campo, a propriedade de que ele necessita, temos que pensar numa estrutura empresarialmente

organizada, capaz de lastrear programas e projetos de investimentos com uma assistência técnica e social combinadas.

Possuimos uma das maiores áreas de reserva agrícola do Brasil, com a mais baixa densidade populacional, enquanto outros Estados, já estão sem disponibilidade de terras.

E para concluir, estamos conscientes de que o povoamento do solo, o racional aproveitamento das terras não podem ser efetuados de uma forma demasiadamente paternalista, como se veio processando, pois se constatou um fato: as regiões onde mais se desenvolvem o sistema empresarial, foram aquelas que mais rapidamente se emanciparam e apresentaram maior desenvolvimento técnico, cultural e econômico.

FONTES CONSULTADAS:

- 1 - Influência da iniciativa privada na Colonização
 - Revista Técnica do Ministério da Agricultura / INCRA
 - Departamento de Projetos e Operações
- 2 - Discurso proferido pelo Profº Eudes de Souza Leão Pinto, na sessão de abertura do I Encontro Nacional de Projetos de Municípios-Modelo do Brasil - abril de 1966.
- 3 - Diagnóstico da Colonização no Estado de Mato Grosso - trabalho elaborado pela equipe de técnicos da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - 1973.

"="="="="="="="

- 120 mts. de aterro, fechando os vãos do antigo aterro. Tomamos esta decisão devido às águas na estrada lateral, prejudicando o tráfego.
- 90 mts. de aterro nas cabeceiras das pontes.

c) Serviço executado pela Prefeitura de Barão de Melgaço:

- Acabamento da ponte de 15 mts.
Caixão de aterro e pranchões

Nota:- Exigimos para reforçar as vigas centrais, porém não fomos atendidos. Alegaram a falta de verba e a urgência do término da obra. Desta forma, pedimos para que então, invertessem as posições do vigamento, ou seja: as vigas centrais passassem para as laterais o vico-versa.

5. Serviços de drenagens:

Não foi executada, devido a falta de materiais.

6. Observações:

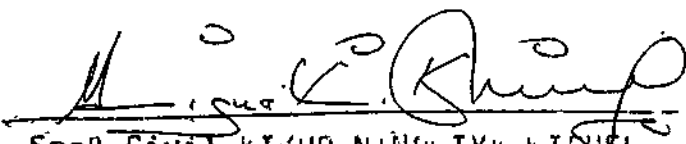
Os serviços foram de pouco rendimento de acordo com o cronograma daqui do Setor de Engenharia. Isso devido aos problemas mecânicos constantes nas máquinas.

Devido o fator clima (chuvas) fomos obrigados a retirar as máquinas da frente de serviços.

Daremos início na parte a que se refere a "conta" no dia 02/01/73.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhes os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente


Engo Civil KIKUD NINOMIYA MIGUEL
Chefe do Setor de Engenharia



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A T E S T A D O

Itaca 12

Atesto que o DR. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO, a nosso convite e com anuência do Secretário de Saúde, exerceu atividades de assessoria na parte de Saúde do Plano da Grande Cuiabá.

Durante quarenta e cinco dias, emitiu opiniões técnicas sobre os anteprojetos do Hospital Regional e das Unidades Sanitárias, participou de reuniões e debates aqui, no D.O.P. e no C.P.A., e viajou para centros maiores, trazendo subsídios para os projetos, no aspecto de equipamento, montagem, assistência técnica e financiamento.

SEBASTIÃO AROLDO KASTRUP

Secretário de Planejamento e Coordenação Geral



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CODEMAT
Protocolo 745174
Data 14-02-74
Processo

OF. 82/74

Cuiabá, 6 de fevereiro de 1974.

Senhor Superintendente

Solicitamos as providências de V.Sa., no sentido de autorizar o fornecimento de 1 (uma) passagem para o trecho Cuiabá-Rio de Janeiro - Belo Horizonte-Cuiabá, assim como o pagamento de 11 (onze) diárias, no valor de R\$ 193,00 (cento e noventa e três cruzeiros) cada uma, totalizando a importância de R\$ 2.123,00 (dois mil, cento e vinte e três cruzeiros), em favor do DR. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO, contratado por essa Companhia e exercendo suas funções na Secretaria de Saúde, responsável pelo setor Saúde do Plano da Grande Cuiabá, que deverá viajar à essas cidades, a fim de manter contatos com fabricantes de equipamentos hospitalares, para a montagem do Hospital Regional de Cuiabá.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos protestos de estima e consideração.

*Exto
Cuiabá 14/2/74
Assinatura*

Assinatura

SEBASTIÃO AROLDO KASTRUP

Secretário de Planejamento e Coordenação Geral

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Ilmo. Sr.

DR. GABRIEL FRANCISCO DE MATTOS NETO

MD. Diretor Superintendente da CODEMAT

N E S T A



Estado de Mato Grosso
Secretaria de Saúde

SEPLAN
Protocolo Nº 01219
Data 20/7/73

Of. nº599

Em 20 de julho de 1973.

FF

Do: Sr. Secretário de Saúde
Ao: Sr. Secretário de Planejamento
Assunto: SOLICITAÇÃO (faz)

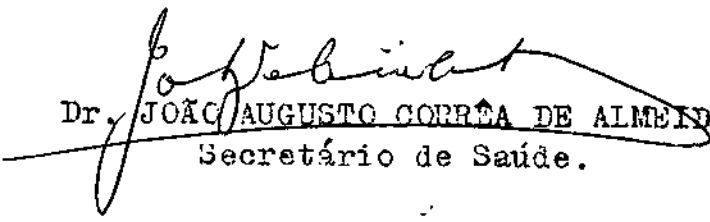
Antônio. À Coordmat
E-20/7/73

SEBASTIÃO A. RASTOP
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL

Sr. Secretário:

Valho-me do presente para solicitar de Vossa Senhoria, a fineza de efetuar o contrato por essa Secretariria, do Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO, médico, para prestar / serviço junto a esta Secretaria, tendo em vista a carência de médicos em nosso quadro.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e consideração.


Dr. JOÃO AUGUSTO CORREIA DE ALMEIDA,
Secretário de Saúde.

A
S. Paulo M
para a cl.
20/7/73
CWM



ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Saúde

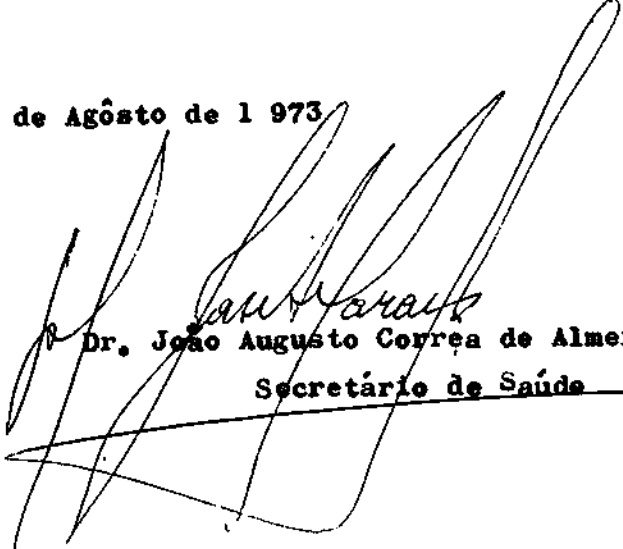
A T E S T A D O

Of. nº.

ATESTAMOS, que o Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO, Médico Contratado pela CODEMAT, à disposição da Secretaria de Saúde do Estado, exerceu com regularidade suas funções desde 20-06-73 até esta data, tendo neste período feito o levantamento de dados, Análise Estatística e emitido sugestões técnicas a respeito do atendimento médico em Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Aquidauana, Rondonópolis, Barra do Garças, Cáceres e Ponta Porã.

Nesse período representou o Secretário de Saúde em reunião com a Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e em Grupo Executivo visando a implantação de ações comunitárias, reunião esta realizada sob orientação da 9ª R.M. no 9º BEC.

Em, 29 de Agosto de 1973


Dr. João Augusto Correa de Almeida
Secretário de Saúde





ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SAUDE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
CUIABÁ - MT

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS QUE O DR. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO
TEVE FREQUÊNCIA INTEGRAL NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 20 DE AGÔS-
TO E 20 DE SETEMBRO.

NESTE LAPSO CONTINUOU O TRABALHO DE ANÁLISE
DAS UNIDADES SANITÁRIAS DO ESTADO.

DURANTE ESTE TEMPO REALIZOU AINDA:

1: PALESTRA DE ABERTURA DO 1º SEMINÁRIO DE AUXILIARES DE ENFERMA-
GEM, PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS DE
SAÚDE.

2: A CONVITE DO CORONEL MEIRELES COMANDANTE DO 9º BEC ENTREGOU A
9ª R M UM PLANO DE SAÚDE PÚBLICA PARA A AMAZÔNIA MATOGROSSENSE E
VISANDO PRINCIPALMENTE PRESERVÁ-LA DE CONTAMINAÇÃO DE ENDEMIAS AN-
TES INESISTENTES.

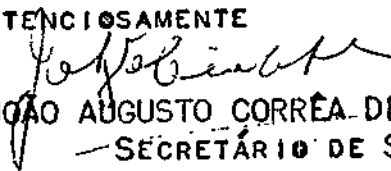
REALIZOU INUMERAS REUNIÕES E PALESTRAS COM
OFICIAIS DAS GUARNIÇÕES SEDIADAS EM CUIABÁ.

3: FEZ VISITA DE INSPEÇÃO SANITÁRIAS À REGIÃO DE TANGARÁ DA SERRA,
DE AVIÃO, SENDO TOMADO TÔDAS PROVIDÊNCIAS SANITÁRIAS PARA ABORDAR
SURTO DE MENINGITE MENINGOCÓCICA NA REGIÃO.

4: REPRESENTOU O SENHOR SECRETÁRIO DA SAÚDE EM REUNIÃO COM O PRESI-
DENTE DO SESP.

CUIABÁ, 20 DE SETEMBRO DE 1978

ATENCIOSAMENTE


DR. JOÃO AUGUSTO CORRÊA DE ALMEIDA
- SECRETÁRIO DE SAÚDE



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SAUDE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
CUIABÁ - MT

A T E S T A D O

Ilm^º Senhor

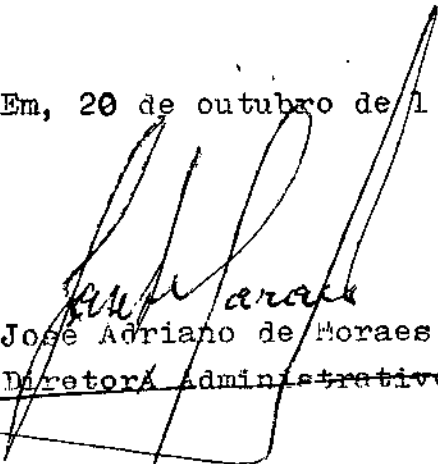
DR. GABRIEL DE MATOS MULLER

MD Diretor Presidente da CODEMAT

N E S T A

ATESTO, para os devidos fins, que
o Doutor ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO, Médico da CODEMAT,
à disposição da Fusmat, servindo nesta Superintendên
cia, teve frequência integral no período de 20 de se
tembro a 20 de outubro corrente.

Em, 20 de outubro de 1973.


José Adriano de Moraes

- Diretor Administrativo -

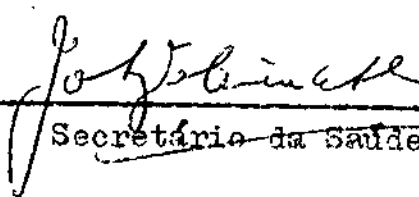


ESTADO DE MATO GROSSO
- SECRETARIA DE SAUDE -
FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
CUIABÁ - MT

Exmo. Sr.
Gabriel Muller
Presidente da Codemat

Atesto que o Dr. Arthur Octávio Monteiro, médico da Codemat, a ser-
viço desta Superintendencia, teve frequência integral no período de
20 de outubro a 20 de novembro deste.

Cuiabá, 20 de novembro de 1973.


Secretário da Saúde.





ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SAUDE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
CUIABÁ - MT

A T E S T A D O

ATESTADO para os devidos fins que o DR. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO, Médico à disposição desta Fundação, obteve frequência integral no período de 20 de dezembro à 20 de janeiro do ano de 1.974.

Fundação de Saúde de Mato Grosso, em Cuiabá 21
de janeiro de 1.974

Diretor Administrativo



ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Saúde

EXMO. SR.

DR. GABRIEL MULLER

PRESIDENTE DA CODEMAT

Of. n.º

DECLARAMOS QUE O DR. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO, MÉDICO À DISPOSIÇÃO
DA SUPERINTENDENCIA DE SAÚDE, TEVE FREQUÊNCIA INTEGRAL NO PERÍODO DE 20 DE
NOVEMBRO A 20 DE DEZEMBRO DE 1973.

ATENCIOSAMENTE,

DIRETOR ADMINISTRATIVO

CBÁ, 20 DE DEZEMBRO DE 1973.



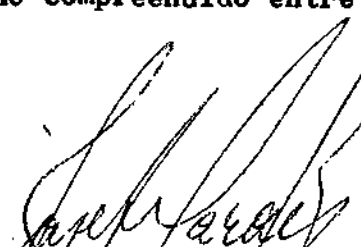
ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SAUDE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
CUIABÁ - MT

Exmo. Sr.

Dr. Gabriel Muller

Diretor Presidente da CODEMAT

Atestamos que o dr. Arthur Octávio Monteiro teve frequencia integral no período compreendido entre 20 de janeiro e 20 de fevereiro de 1974.



José Adriano de Moraes, Diretor Administrativo



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SAUDE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
CUIABÁ - MT

Exmo. Sr.

Dr. Gabriel Muller

* Presidente da CODEMAT

Atesto que o Dr. Arthur Octávio Monteiro teve frequência
integral de 20 de fevereiro a 20 de março de 1974.

Visa:
[Signature]

[Signature]

Diretor Administrativo



ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Saúde

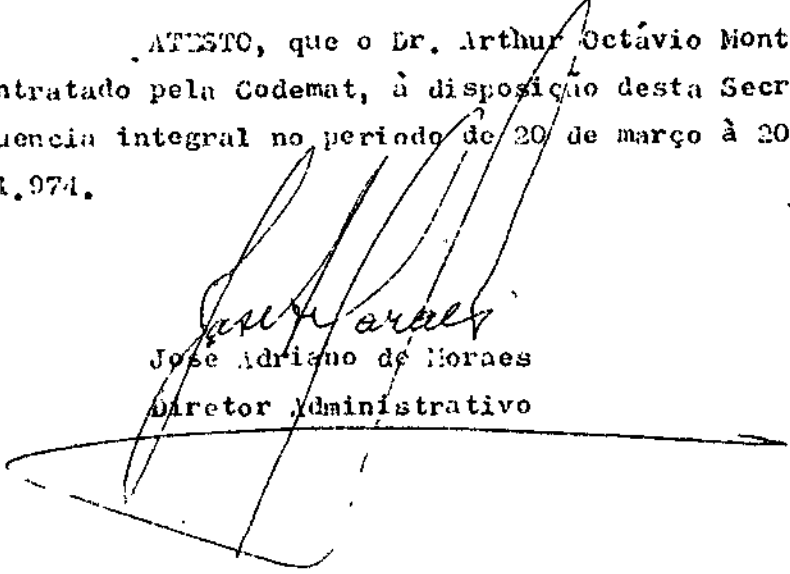
Exm^a. Sr.

Dr. Gabriel Muller

DD. Presidente da CODEMAT

A T E S T A D O

ATESTO, que o Dr. Arthur Octávio Monteiro,
Médico contratado pela Codemat, à disposição desta Secretaria
teve frequência integral no período de 20 de março à 20 de
abril de 1.974.


José Adriano de Moraes
Diretor Administrativo



PLANO DE PESQUISA

- 1 - Localizar pessoal da Zona Endêmica de E. Mansonii, no Pantanal (especialmente nordestinos e mineiros).
- 2 - Fazer exame de fezes, raspagem retal e biópsia, pela ordem (se não forem positivos).
- 3 - Positivados portadores, procurar entre os vizinhos, pessoas com E. Mansonii autóctone (mesmos exames).
- 4 - Fazer a colheita do hospedeiro intermediário e enviá-los, de diversas regiões para exame parasitológico (infectados (?))
- 5 - Fazer com que um portador evacue próximo ao hospedeiro no próprio habitat. Colher o hospedeiro para exame em tempo hábil.
- 6 - Fazer o mesmo em outros habitats: Cuiabá, Belo Horizonte, Mata Mineira, Nordeste, para verificar se houve mutações no hospedeiro ou se apenas condições ecológicas propiciam isto.
- 7 - Se houve mutação, transplantar o hospedeiro do Pantanal para área endêmica. Ver sua capacidade competitiva.
- 8 - Se o hospedeiro no Pantanal funcionar como tal, procurar observar as cercárias resultantes. Exame microscópico e genético.
- 9 - Conclusões finais.

Cuiabá,

Arthur Octávio Monteiro

Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO

- AQUIDAUANA -

- 1) Número de consultas aumentado, não confrontando com as especificações.
- 2) Bom número médio de consultas médicas (24,64/dia, normal o de consultas dentárias)
- 3) Pequena vacinação tríplice
- 4) Abril e Maio não fizeram exame de fezes, outros exames não são feitos a não ser BAAR no Escarro.

Parece-nos caber mais um médico - Campanha de Vacinação - Melhorar o número e qualidade dos exames. Explicar aumento do número de consultas.

- DOURADOS -

- 1) Aumento de até 400% entre o número de consultas e especificações
- 2) Normal atendimento médico e pequeno dentário
- 3) Cento e cinquenta e um (151) notificações de TP em maio e junho
- 4) Explicar aumento do número de consultas - Notificações insuficientes . Melhorar número de exames.

- CORUMBÁ -

- 1) Trabalham pelos relatórios aos sábados. Verdade?
- 2) Atendimento médico regular - bom o de dentista
- 3) Fraca vacinação
- 4) Alarmante o número de consultas à gestantes (1.846)
- 5) Oscilações enormes nos números de consulta não resistem análise estatística (484) em março - (1.896) em janeiro - etc
- 6) Dados dos exames de fezes levam a duvidar dos mesmos.

- RONDONÓPOLIS -

- 1) Insistentes pedidos Sub-Posto e reclamações excesso de serviço - Péssimas instalações do Posto.
- 2) Média médica boa. Baixíssima a do Dentista
- 3) Notificações quase inexistentes
- 4) Laboratório ausente
- 5) Péssima Campanha de vacinação
- 6) Número de atendimento não coincide com especificação. Grandes aumentos
- 7) Trabalham aos sábados?

- CUIABÁ -

- 1) Média de atendimento regular
- 2) Fracas notificações - Não há gastroenterite (P. ex.)
- 3) Horários reduzidos de atendimento. No Baú fomos várias vezes no horário e nunca se encontrou um Médico.
- 4) Relatórios incompletos e atrasados.

- BARRA DO GARÇAS -

- 1) Não há nenhuma notificação
- 2) Não há exames
- 3) Não houve atendimento odontológico de fevereiro a junho
- 4) Não há relação do número de dias de trabalho - certas - é sempre 20 dias
- 5) Não fizeram vacinas nenhuma em alguns meses
- 6) Não atenderam adultos em abril
- 7) Número de atendimentos ridículo, tanto médico como odontológico
- 8) A julgar pelos relatórios à Unidade quase não presta serviço.

- PONTA PORÁ -

- 1) Não houve assistência dentário em janeiro
- 2) Baixíssimo atendimento, não coincidindo nunca com especificações (aumentos enormes)
- 3) Não há notificações
- 4) Não há exames
- 5) Requisitaram outro dentista quando a média do anterior era baixíssima
- 6) Não fizeram vacina tríplice
- 7) Não fizeram vacinação e nem notificações em Monte Carlo.

- CÁCERES -

- 1) Número de consultas diferentes especificações
- 2) Número de vacinação baixíssima
- 3) Trabalham sempre - 25 dias - Sábado também?
- 4) Não há serviço tuberculose
- 5) Relato cento e dezesseis (116) casos - E. Manson
- 6) Notificações péssimas - e nem olha caso de gastroenterite.



SITUAÇÃO DA EUSMAT ATÉ 15/10/73

1 - Houve um enorme aumento de Unidades Sanitárias, triplicando na atual gestão o número das anteriormente existentes.

2 - O critério de criação foi o de viabilidade global : densidade demográfica, possibilidade de fixação de profissionais, distância de centro maior.

3 - Em consequência, foram criadas Unidades em Distritos e Núcleos de Colonização desde que satisfizessem às exigências básicas.

4 - Para as Unidades que congregam maior número de beneficiados, e obedecendo critério de situação geográfica foram adquiridos mais três aparelhos de abraugrafia. Assim Cuiabá (Norte), Cáceres (Oeste), Barra do Garças (Leste), e Campo Grande (Sul) serão Centros Regionais de atendimento de cadastro torácico.

5 - A atual administração recebeu uma herança difícil de ser resolvida: inúmeros servidores atendentes, Auxiliares de Saneamento e Laboratoristas despreparados e sem condições mínimas de produzirem um rendimento razoável.

6 - As Unidades recém-criadas, em locais às vezes nunca antes assistidos e sem pessoal qualificado a se contratar lutarão com a mesma dificuldade.

7 - Parece-nos necessário a criação de concursos públicos para preenchimento de cargos, visto que elas eliminariam influências políticas e colocariam no trabalho os mais capazes.

8 - Ao mesmo tempo é fundamental uma revisão no nível salarial, sem a qual torna-se impossível interessar a alguém submeter-se a estes concursos e continuaremos com péssimo pessoal porque apenas o de pior categoria cultural se submeteria a trabalhar por tão baixa remuneração.

9 - Na nossa opinião, desde que haja real compensação financeira, torna-se necessária a criação de Coordenações Regionais de Saúde, tal como se faz em todos outros Estados do País, contratando Sanitaristas para dirigí-las em São Paulo ou Minas Gerais. Isto daria muito maior flexibilidade ao sistema, um conhecimento real e permanente da problemática de cada Região, com possibilidade de melhor fiscalização e execução de uma Política de Saúde realmente voltada à Medicina Preventiva.

10 - Creio já perfeitamente viáveis, pela alta incidência verificada, a existência de um Ambulatório de Doenças Venéreas em Cuiabá e Campo Grande e uma necessidade premente do Estado subvencionar um Hospital de

Isolamento em Cuiabá, já que a Região é possuidora de alta concentração de doenças transmissíveis, colocando os Hospitais Gerais como focos de difusão das mesmas.

11 - Necessidade urgente de multivacinação em plano estadual, principalmente nas áreas pioneiras. É plano do Sr. Secretário realizá-la em breve.

12 - As Unidades deveriam dar ênfase especial a medicina preventiva. A função curativa em saúde pública é acessória. As Secretarias de Saúde de vários Estados têm evoluído para centralizar suas atenções em prevenir.

13 - Funciona bem o Convênio com a CEME. Os medicamentos são distribuídos e usados.

14 - Funciona, agora, bem os convênios com o FUNRURAL com plasticidade.

15 - Não nos parecem funcionar bem as Unidades menores. Por coincidência ou não visitamos três delas em horário de serviço e as encontramos fechadas. O mesmo ocorreu com Unidades de Bairros de Cuiabá. Isto talvez se deva aos baixos níveis de remuneração.

16 - É bom o entrosamento entre a FUSMAT e as áreas de atendimento do Exército e ACISOS. O fornecimento é regular de medicamentos e vacinas.

17 - O esforço e mobilidade do Secretário tem evitado que o sistema, com vícios estruturais e improvisações fracasse totalmente.

18 - É fundamental a elaboração científica de um Plano Estadual de Saúde, trienal ou quatrienal, em total sintonia com a Secretaria de Viação, visto que saúde é investimento e dos mais lucrativos.

Torna-se necessário terminar com as improvisações, seguir o seu roteiro realmente adaptado às necessidades regionais, cientificamente elaborado!

A Organização Mundial de Saúde prova que cada dólar aplicado no homem produz um aumento do PIB maior que o aplicado em estradas ou energia, daí a importância de fazer-se da Saúde uma meta prioritária, imune à política partidária, controlada por técnicos e voltada para o bem comum.

Cuiabá,



Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO

10

SAÚDE EM MATO GROSSO

OBSTÁCULOS: - Extensão
Inacessibilidade
Concentração Demográfica
Diversidades Ecológicas
Fluxo Migratório
Dispersão de Recursos
Falta de Planejamento
Deficit Pessoal - Enfermeiras(os)
Médicos
Ausência de Infra-Estrutura Sanitária

SITUAÇÃO GLOBAL

1 - Mortalidade Infantil - 1960 = 75,02%
- 1965 = 74,49%
- 1970 = 96,11%
- 1973 = 96,20%
(aumenta)

2 - Causas Fundamentais - Gastroenterite
- Doença Infecto-Contagiosa
- Parasitoses
- Desnutrição

- FALTA SANEAMENTO - NUTRIÇÃO E MEDICINA PREVENTIVA -

3 - Incidência Altíssima:

Em 5 anos: - a) MALÁRIA - 92,6% reg. Araguaia (presente em todo Estado:
22.446 casos) - Jacara.

b) TUBERCULOSE - 5.132 casos
c) TRACOMA - 20.103 casos
d) SÍFILIS - 4.184 casos
e) LEPROSA - 509 casos
f) PARASITASES - 425.442 casos
g) TIPO - 800 casos em 2 meses (maio/junho/73)

Note-se que se notificam apenas a minoria de casos. Há inúmeros médicos omis-
sos e imenso território sem os mesmos.

4 - Aparecimento de Doenças Inexistentes:

a) SHISTOMOSE - 36 casos (Jacara)
b) DOENÇA DE CHAGAS - 122 casos (Estado)

- Ainda há tempo para evitar propagação -

PLANO DE SAÚDE (Linhas Gerais)

OBJETIVO - Dar melhores condições de vida ao homem e melhores condições eco-
nômicas ao Estado. "O GASTO EM SAÚDE É INVESTIMENTO".

CONCEITO SAÚDE - (O.M.S.) - Estado de Bem-Estar físico, mental e social

-segue-

METAS PRIORITÁRIAS

- 1 - Preservar regiões virgens de contaminação
- 2 - Dar sempre realce à prevenção
- 3 - Assistência intensiva à maternidade e infância.

O QUE FAZER

- 1 - Estabelecer barreiras sanitárias visando impedir o homem doente de ir às regiões virgens
 - a) Fazer: Abreugrafia
Raspagem Retal
Mitsuda
Exame Fezes
Vacinas
 - b) Localizações preferenciais: CUIABÁ-SANTARÉM
CUIABÁ-PORTO VELHO
- 2 - Tratar os portadores por acaso existentes na região, enquanto são POUCOS.
- 3 - Imunização de Massa
- 4 - Lactário e postos de Puericultura com sub-postos abrangendo toda área. O leite em pó permite que se leve nutrição por longos períodos de cada vez.
- 5 - Atendimento à Gestante
- 6 - Suplementação alimentar à Gestantes e Crianças
- 7 - Criação de fossas higiênicas obrigatórias.
- 8 - Destruição das casas de Pau-a-pique (adobe) substituindo-as por barracos de madeira (impedir CHAGAS).

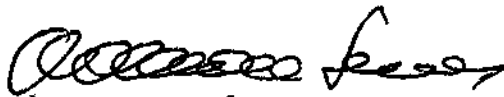
MAIS A LONGO ALCANCE

- 1 - Captação e tratamento de água
- 2 - Iodificação e Fluoretização da água
- 3 - Esgotos
- 4 - Medidas de Vigilância a Balneários
- 5 - Melhoria da alimentação global por melhoria na educação e nível de vida.
- 6 - Conscientização

COMO E COM QUE FAZER

- 1 - Reunião de recursos até então dispersos
- 2 - Usar totalmente a capacidade funcional (material ocioso em saúde é crime)
- 3 - Superar vaidades, egoísmo, vedetismo.
- 4 - Usar planos de financiamento Interno acional (A. para PAZ, BID, OMS) A.I.D. Organizações Religiosas ou Filantrópicas de Auxílio a regiões subdesenvolvidas, Órgãos Nacionais (FUSMAT, FUNRURAL, SUDAM, SUDPEPE, ACAR, LBA, MINISTÉRIO, SESI, SESC, SENAC, SENAI etc).

- 5 - Descentralizar a Política de Saúde do Estado, dividindo-se em macro-regiões, dotadas de coordenação e recursos próprios.
 - 6 - Dar solução a problemas locais. É preciso elasticidade de pensamento, sem burocracia para achá-las.
P.E.: - Para atender imunização, urgências ou assistência Médico-Dentária - no Pantanal são necessárias unidades móveis (aviões).
2 - Em muitas regiões o médico ou dentista pode atender, dobrando o tempo de trabalho, recebendo mais, por localidades, fazendo 15 dias em cada uma, etc. Não pode haver rigidez.
Outro Exemplo: equipar Kombis com material de vacinação, educativo e de urgência.
 - 7 - Fazer o que existe funcionar, seja melhorando condição de funcionamento, seja complementando honorários, com várias fontes.
 - 8 - Construir ou aproveitar hospitais existentes, transformando-os em Regionais sem a escandalosa comercialização existente. Basta que se somem verbas de todas entidades de saúde.
 - 9 - Entrar em planejamento conjunto com Secretaria de Viação para determinar metas e setores preferenciais de saneamento.
 - 10 - Preparar pessoal capaz de executar uma tarefa de Saúde Pública. Não basta - ser médico para isto. Dar autonomia a este grupo, sem injunções políticas.
 - 11 - Criar hospitais de isolamento onde o doente contagioso possa se curar sem risco da população geral.
- SUCAM
- 12 - Enfatizar e complementar ao ~~SNER~~ a necessidade premente de ação no sentido de eliminar o hospedeiro intermediário da malária, chagas, esquistossomose, leishmaniose, etc.
 - 13 - Estabelecer a longo prazo uma Política de Saúde do Estado (PRINCIPAL)


Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO

JUSTIFICATIVAS PARA A CRIAÇÃO PELO ESTADO DE UM HOSPITAL DE ISOLAMENTO EM CUIABÁ.

1. Cuiabá vem se transformando no mais importante centro de civilização do Oeste brasileiro, constituindo-se no suporte para a descoberta econômica e colonização da Amazônia. Daqui partem as estradas colonizadoras essenciais para tal evento, tais como a Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Santarém, que cortará a Transamazônica ao nível de sua região mais importante economicamente.

2. A explosão demográfica que aflige Cuiabá é fruto da migração desordenada, porém importante porque é colonizadora, visto ser esta migração o suporte para a invasão posterior da Amazônia. Esta migração é no entanto, feita às custas de pessoal altamente desqualificado, que não conseguiu em outras regiões nacionais meios de sobrevivência e que aqui aporta febril de esperanças, ao encontro de um propagado "Eldorado" novo.

3. Esta população traz consigo todas as marcas de seu pauperismo: fome, crônica, desnutrição, maior susceptibilidade a infecções, poliparasitismo, doenças de que a região era, até a sua chegada, virgem. Basta os exemplos da doença de Chagas e da Esquistossomose como ilustrativos do evento.

4. Esta corrida ao Oeste traz consigo um acentuado aumento da população enferma no contexto da população sã, sobrecarregando por si os organismos assistenciais e exigindo providências excepcionais para garantir-se ao homem o seu direito fundamental de saúde.

5. Acrescente-se que este afluxo populacional veio incidir numa cidade secularmente isolada, sem recursos de infraestrutura, especialmente de saneamento básico. Apesar dos inúmeros esforços do atual Governo o Estado ainda não conseguiu entrar para o Planasa e não existem recursos financeiros nem para o município e nem para o Estado atacar tão premente problemas. Em rápidas pinceladas podemos dizer que não existe rede de esgotos, nem condizente canalização de águas pluviais e que a rede de água tratada e canalizada não atinge a 30% da cidade.

As fossas, nem sempre higiênicas, transbordam-se com facilidade porque o terreno em Cuiabá é impermeável e estamos frequentemente sujeitos aos chamados "esgotos de superfície", com os mais diversos dejectos circulando pelas ruas, especialmente nas chuvas.

No centro da cidade, espinha dorsal de seu desenvolvimento, encontra-se o córrego da Prainha, canalizado só em parte, com diminuta vazão de água, aberto e funcionando como a principal rede de esgotos da Capital, visto que nele se escoam inúmeras ligações clandestinas, infectando-o em todo o seu curso. Também a precária rede pluvial apresenta incontáveis ligações clandestinas. Para aumentar as dificuldades, as nossas maiores hortas, tanto em Cuiabá quanto em Várzea Grande, cidade bigeminada, são regadas com água altamente contaminadas.

6. Acrescente-se ainda que a região é equatorial, com clima tórrido, altamente susceptível a doenças ditas tropicais e que sabemos existir em toda nossa macro-região alto nível de infestação malárica e de outras endemias igualmente significativas. Em Cuiabá existe o vetor malárico não raramente a própria doença.

7. As condições de precaríssimas suportes de infraestrutura, associadas a uma migração desqualificada levaram a que Cuiabá apresentasse altíssima incidência de doenças infecto-contagiosas, com verdadeiras epidemias. Casos inúmeros de poliomielite, de tifo, de toxoplasmose, de meningite meningocócica, até de varíola e de febre amarela silvestre, locais e de toda região norte do Estado, da qual Cuiabá é responsável pela assistência, provavam a necessidade urgente de se criar um Hospital de Isolamento.

8. Os hospitais gerais aqui existentes, em número de apenas três, relativamente pequenos, já insuficientes para atender a demanda dos doentes comuns, não estando preparados para suportar o imenso afluxo de doentes infecto-contagiosos e nem de atender o crescimento ascensional da cidade.

9. Como não há outro recurso os doentes infectantes ocupam leitos destes hospitais, chegando, às vezes a manter preenchidos 25% da capacidade global dos mesmos. Além do problema de espaço, ocupando leitos de grande necessidade no atendimento das enfermidades comuns, representam importante foco de difusão de doenças. Funcionam assim os nossos estabelecimentos de atendimento hospitalar como importantes mecanismos de transmissão de doenças, com infecções cruzadas diversas e representando um pesado ônus social.

10. A razão de se solicitar a criação de um hospital específico para doenças contagiosas em Cuiabá, por parte do Governo, se deve ao fato de ser investimento social, de total responsabilidade dos poderes públicos, não sendo possível esperar-se da iniciativa particular tal evento.

11. A existência de hospitais de Isolamento é norma consagrada da Saúde Pública em qualquer parte do mundo onde existam tais enfermidades e nos países em desenvolvimento como o nosso, que pagam altas dividendos a um crescimento e colonização explosivos, não podendo os serviços de infraestrutura acompanhar no mesmo ritmo a expansão tentacular e depois de certo tempo, impossível de se controlar. Mato Grosso encontra-se justamente nesta fase de crescimento, de ocupação do seu norte até há pouca desértico, recebendo Cuiabá, polo irradiador e suporte de serviços de toda esta incomparável marcha colonizadora o impacto da rapidez do evento, e estando premente de apoio e de suporte.

Cuiabá, novembro de 1973

Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO
Assessor do Secretário de Saúde -

Cuiabá, 26 de outubro de 1.973.

C O D E M A T
Protocolo 4.405/73-A
Data 20-11-73
Processo

Ilm^o. Sr.

DR. GABRIEL JULIO DE MATOS MÖLLER

D. Presidente da Cia. de Desenvolvimento de Mato Grosso

(CODEMAT)

N e s t a

Prezado Senhor,

Acuso em meu poder a carta nº 244/73, de 09 do corrente, na qual a diretoria dessa entidade, presidida por V.S., me comunica haver sido o meu nome indicado à Assembléia Geral de 24 de agosto, e por esse órgão homologado para integrar o Conselho Fiscal da grande empresa pública tão bem dirigida por V.S.

Conquanto muito me honra a eleição que constituiria, por certo, mais um valioso título a acrescentar ao meu extenso currículo de homem público, vejo-me forçado, como da minha primeira eleição, no ano passado, a declinar da dignificante função por entender que minha atividade de empresário, com interesses da Companhia de que sou dirigente penderia de decisão do Governo, em processos que tramitam pelas Secretarias do Governo e Coordenação Econômica e da Fazenda, me impediriam, moral ou mesmo legalmente, de opinar, com insuspeição, nos assuntos submetidos ao Conselho Fiscal dessa entidade, de vez que é o Governo detentor da quase totalidade das ações dessa Sociedade de Economia Mista.

Certo de sua compreensão, peço submeter, formalmente, ao órgão competente, as razões pelas quais vejo-me impedido de aceitar a nobilitante designação, assegurando-lhe, contudo, meu propósito de, independente de qualquer participação oficial, colaborar, pessoalmente, no que estiver ao meu alcance, pelo êxito de sua dinâmica administração à frente desse importante órgão da administração pública que, sob sua operosa gestão, se projetou dentro e fora do Estado como a talvez mais importante empresa estatal de Mato Grosso.

Reiterando-lhe a manifestação do meu velho apreço pessoal, subscrevo-me

Atenciosamente

Archimedes Pereira Lima

Do Dir. Adm.
Tomar conhecimento
preparar o expediente
Após substituir
devolver-me
exercc-lo
apudando a
relação correspondente
que já foi enviada idem
do 20-11-73
Poliana

Of.º 1.189/73

Cuiabá(MT), 23 de novembro de 1973

Da : Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
- C O D E M A T -

AO : Exmº Sr.

Prof. SEBASTIÃO AROLDI KASTRUP

DD. Secretário de Planejamento e Coordenação Geral

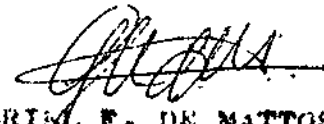
N E S T A

Senhor Secretário,

Através do presente, comunicamos a V.Exa que o Sr. Archimedes Pereira Lima, através de fotocópia da carta em anexo, declina das funções de Conselheiro Fiscal, eleito em Assembleia Geral do dia 24 de agosto do corrente ano, pelos motivos expostos na mesma.

Sem mais para o momento, reiteramos nos
seus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


GABRIEL F. DE MATTOS NETO
Diretor Superintendente


LUIZ CARLOS ARMANI
Diretor Administrativo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
VIÇOSA, MINAS GERAIS, BRASIL

Ref. 75/Declaração/HRC/cfc

DECLARO que a Srta. Adelaide Cristina dos Santos cursou nesta
Escola Superior de Ciências Domésticas da UFV, as seguintes disciplinas:

1º ANO SUPERIOR - 1966

Vestuário I
Vestuário II
Química
Anatomia e Fisiologia
Matemática
Biologia
Sociologia
Composição Decorativa

2º ANO SUPERIOR - 1967

Matemática
Textéis
Física
Decoração de Interiores
Corte e Modelos
Preparo de Alimentos
Física
Bioquímica
Vestuário Especial
Filosofia da Educação
Estatística

3º ANO SUPERIOR - 1968

Microbiologia dos Alimentos
Microbiologia Geral
Org. e Administração do Lar
Didática
Nutrição
Habitação
Planejamento de Refeições
Puericultura

4º ANO SUPERIOR - 1969

Literatura Brasileira
Higiene
Psicologia
Psicologia da Educação
Economia
Administração Escolar
Didática Especial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
VIÇOSA, MINAS GERAIS, BRASIL

Extensão
Enfermagem do Lar
Prática de Ensino
Administração do Lar (estágio supervisionado)

Viçosa, 10 de agosto de 1972

Helena do Rocio Cardoso
Secretaria

CERTIFICADO DE GARANTIA

TA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA., Fabricante do "Produto Terapeutico", com sede na Praça de São Paulo, Est. de São Paulo à R. Barão de Iguaçu, 600, compromete perante o portador deste, a GARANTIA DE UM ANO pelo perfeito funcionamento do VIBRADOR TA, executando neste período toda reparação GRATUITAMENTE, dos defeitos de fabricação mediante apresentação deste certificado devidamente preenchido.

Os Fabricantes não se responsabilizam pela quebra de qualquer peça e defeitos em geral oriundos de quedas ou acidentes provocados propositadamente, ligações em voltagens diferentes, negligencia na observação de nossas instruções, desgastes natural das peças e assim como dos desgastes dos acessórios A, B e C. Todas as despesas e fretes de remessa correrão por conta do usuário.

Produto:

1 Ap. Massagem T.A. 4

São Paulo,

de

de 19

Vendedor:

Dupesak

TA Indústria e Comércio de Aparelhos Elétricos Ltda.

Data da aquisição:

13/02/73

Assinatura do responsável

SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE DE CUIABÁ

1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL

- 1.1 -** Cuiabá é uma cidade secular, que sofreu explosão demográfica intensa no último quinquênio, com uma migração crescente. Transformou-se, pela sua situação geográfica na porta de entrada da Amazônia, daqui saindo as rodovias de integração Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho verdadeiros caminhos para exploração e colonização do Continente Verde.
- 1.2 -** Este fluxo migratório trouxe até nós um crescente número de indivíduos das mais diversas regiões do país, geralmente desnutridos e poliparasitados, transportando à nossa capital e regiões vizinhas doenças de que eram virgens e sobrecarregando por si a rede assistencial existente. Além de foco de disseminação de doenças representa ainda o fluxo migratório, de pessoal na maioria desnutrido e pobre, portanto susceptível a toda gama de enfermidades, um acentuado aumento da porcentagem de indivíduos doentes no contexto da população geral.
- 1.3 -** A rapidez de evento e a morosidade de adaptação às novas situações fez com que Cuiabá, que sempre apresentou índices relativamente altos de certas enfermidades passasse a representar importante problema de Saúde Pública, com as mais variadas endemias e com epidemias frequentes e graves como a bem presente epidemia de febre tifóide.
- 1.4 -** A ausência de uma infra-estrutura sanitária básica leva a que Cuiabá não tenha uma rede de esgotos em funcionamento, visto que nem a SANEMAT e nem a PREFEITURA se dizem responsáveis pelo atual e precaríssimo sistema, implantado há anos pelo DNOS e que as entidades responsáveis afirmam nem saber onde se localiza.
- 1.5 -** Em consequência a cidade é servida por fossas higiênicas, nem sempre convenientemente estabelecidas. O terreno em Cuiabá sendo impermeável não permite a absorção do material depositado e, quando não limpas, deixam com o tempo de exercer a sua função. Cuiabá fica pois a mercê do "esgoto de superfície", ficando nossas ruas, especialmente com chuvas como veículos dos dejetos das mais diversos. Acrescente-se que grande parte das habitações não possui fossa higiênica e que o preço da limpeza

pensa de uma fossa é proibitivo à maioria da população.

- 1.6 - Cortando o centro da cidade foi feita a canalização parcial do Córrego da Prainha. Naquela diminuta vazão de água despejam-se, por ligações clandestinas, boa parte dos dejectos, funcionando mesmo como principal rede coletora, aberto, com diminuta quantidade d'água, central e canalizado só em parte.
- 1.7 - O sistema de captação de águas pluviais, insuficiente, antiquado e precário recebe também inúmeras ligações clandestinas de esgotos, funcionando como outro veículo importante de contaminação. A mínima chuva leva Cuiabá a um estado de verdadeira calamidade pública e total intransitabilidade.
- 1.8 - Segundo declarações do Sr. Prefeito Municipal e do Sr. Governador nem a cidade e nem o Estado têm condições financeiras para se responsabilizar pela solução do problema e Mato Grosso, por motivos muito comentados mas impossíveis de se provar, não conseguiu até hoje entrar no PLANASA.
- 1.9 - Enquanto isto a rede hospitalar da Capital torna-se insuficiente para receber o afluxo de doentes que aumenta a cada dia. Além disto a falta de um Hospital de Isolamento vem contribuindo de modo decisivo para que os Hospitais Gerais enfrentem problemas quase insolúveis, correndo o risco de se tornarem novos focos de propagação de doenças infecciosas.
- 1.10 - A assistência oficial é insuficiente porque quase todos os órgãos se designam normativos, não havendo entretanto planejamento conjunto e nem somação de verbas e esforços em busca do bem comum. Há cérebros e material ociosos, vaidades vergonhosamente alimentadas, dificultando-se sobremaneira a equacionamento dos problemas.
- 1.11 - A assistência médico-odontológica é prestada principalmente pela FUSMAT, INPS, IPEMAT e PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, excluindo-se a rede hospitalar particular.
- 1.11.1 - A FUSMAT funciona com o seu Centro de Saúde central e mais três Unidades Sanitárias nos bairros populosos e pobres do Baú, Várzea Ana Poupina e Cidade Alta, além de Várzea Grande. Presta serviços médicos, odontológicos, laboratoriais e de medicina preventiva principalmente à classe mais desfavorecida, em dois horários diários, não
- 1.12 - Com os recursos existentes e pelos fatores de infra-estrutura precária e explosão demográfica, principalmente

a custa de migração desqualificada, aumentam os índices de mortalidade infantil de 1960 para cá (mais de 100/ - 1000 em 1972), de hepatite infecciosa, de meningite meningocócica, de toxoplasmose (inúmeros casos em 1973) de malária (20,8% das lâminas pesquisadas na FUSMAT), de febre tifoide (cerca de 1.400 reações de Widal positivas em 1973 até setembro).

- Índices alarmantes de gastro-enterite (cerca de 20% da mortalidade geral) comprovam as precárias condições sócio-econômicas e sanitárias locais. Significativa incidência de sífilis (238 casos em 6 meses verificados por VDRL de janeiro a junho/73 no laboratório da FUSMAT) e de tuberculose pulmonar (11,8% de positividade nos exames de escarro feitos em igual período na FUSMAT) são dados altamente significativos.

- Exames parasitológicos realizados no Centro de Saúde da FUSMAT constataam nos 6 meses iniciais de 1973, - 1.071 casos de ascaridíase, 418 de amebíase histolítica, 418 de ancilostomíase, 299 de giardíase, 291 de tricocefaliase em 3.327 exames realizados.

1.13 - A rede de distribuição de água de Cuiabá é bastante reduzida, localizando-se na área central, embora trabalhos venham sendo realizados pela SANEMAT no sentido da sua ampliação.

- Segundo dados da SANEMAT a mesma trata integral e diariamente 29 milhões de litros d'água na Nova Estação e parcialmente 5 milhões na Velha Estação. A dosagem de cloro e de sulfato de alumínio é de uma grama por metro cúbico.

- No que concerne à ligações domiciliares a SANEMAT aumentou-a no atual governo em 35%. Inclusive, com registros e hidrômetros.

- A firma Guandu Engenheiros Associados Ltda. em 1968 executou planejamento de redes e ligações hidráulicas que segundo relatório da SANEMAT foi muito pouco executado por ser dispendioso, pois previa circuitos abastecedores para a população de 1990, exigindo tubulações de grande diâmetro. O projeto foi alterado e alguns ramos dos anéis e dos circuitos principais foram iniciados com diâmetros bem inferiores, sem no entanto haver concluído nenhum. Essas alterações foram feitas sem o estudo das suas consequências sobre o todo restante do sistema (alterações de vazões, depressões, velocidades) - (dados de relatório interno da SANEMAT).

Vê-se pois que não houve estudos prévios para modificação do plano e agora a SANEMAT vem fazendo ingentes esforços no sentido de aproveitar as obras já realizadas.

- De qualquer forma é deficiente e sem projeção para o futuro a rede de abastecimento de água em instalação em Cuiabá pela SANEMAT, totalmente tolhida em recursos e impedida de entrar até o momento no PLANASA.

1.14 - A não ser o interesse continuamente demonstrado pelo Exército Brasileiro, através das Unidades aqui sediadas, tentando inclusive encontrar soluções superiores, não tem havido sensibilidade dos órgãos federais, pelo menos conhecida pela nossa população, para o cruciante drama que vive Cuiabá, cidade destinada a ser a metrópole do Oeste, seu principal eixo rodoviário, porta da integração da Amazônia, de incontestável importância estratégica e econômica. A SUDECO, ao invés da sua irmã SUDAM, que se empenhou a fundo na solução dos problemas sanitários das capitais da Região Amazônica, nada fez ou faz por Cuiabá, que excluída do PLANASA, se encontra inteiramente desprotegida e despreparada para o seu importante papel social e histórico.

Elenco de providencias urgentes: Saúde e Saneamento

1. Saúde

- 1.1- Construção de um Hospital de Isolamento em Cuiabá, com mínimo de 150 lotes, visando ao atendimento especializado das doenças infecto-contagiosas e evitando que os hospitais gerais sejam obrigados a receber doentes que colocuem em risco a segurança dos outros enfermos. A respeito, como assessor do Secretário de Saúde mantive mos contato com o mesmo no sentido da elaboração urgente de justificativas que determinem ao Governo do Estado destinar verbas específicas para tal. Estamos fazendo o ar-razoado e o levaremos ao Sr. Secretário nos próximos dias.
- 1.2- Ampliação da rede assistencial da FUSMAT com a criação da Unidade Sanitária do Coxipó da Ponte, distrito já englobado pelo crescimento da cidade, um dos pólos de crescimento populacional e atualmente sem nenhuma assistên-cia, inclusive sem médicos residindo na área.
- 1.3- Postos de Hidratação nos bairros mais pobres e populosos, que poderiam inclusive ser anexos às Unidades Sanitárias, subvencionadas pela LBA e outros órgãos. Cuiabá sendo propícia aos distúrbios nutro-digestivos pelo seu clima, suas condições nutricionais e de infra-estrutura, perde a nosso ver número preciso de vidas pela falta destes postos de internação rápida e urgente e, de funcionamen-to barato. Tais unidades dispensariam grandes inversões de capital já que se necessita bem pouco para o bom anda-mento de um serviço de tal porte.
- 1.4- Realizar anualmente multi-vacinação segundo os métodos a tuais bastante rápidos e eficientes. Entrar em entendi-mento com o DFS no sentido de se ter sempre em mãos a va-cina contra poliomielite, sanando um problema crucial que é a ausencia desta vacina na maior parte dos dias do ano. Cuidar para que sejam frequentes e contínuos os forneci-mentos das outras vacinas para que nunca a cidade fique despreparada no atendimento de Medicina Preventiva.
- 1.5- Já se justifica pela grande difusão das doenças venéreas em nosso meio a criação de um ambulatório para tratamen-to das mesmas.
- 1.6- Criação do novo Pronto Socorro Municipal, visto que o mesmo sendo atualmente eficiente é pequeno e inapropria-do à atender a população presente e futura da região. Já está elaborado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá um no-vo e moderno hospital, dotado de todos os recursos moder-nos, inclusive CTI, devendo estar em funcionamento até o

final da gestão Villanova Torres.

- 1.7 - Envidar esforços no sentido de obter junto ao INPS uma melhoria acentuada do seu serviço, tanto pela criação de Postos de Atendimentos nos bairros populares e distantes, como permitindo-se novos credenciamentos (principalmente no setor da maternidade e infância) e aumentando-se o número de consultas, política essa bem mais condizente com as necessidades urgentes de crescimento e segurança de Cuiabá. Não se compreende, sabendo-se que dinheiro investido em Saúde é altamente lucrativo, como se deseje fazer economia e restrições de gastos exatamente num setor tão vital.
- 1.8 - Dar-se total ênfase à Medicina Preventiva, seja esgotando-se todos os seus recursos seja pela realização de palestras, conferências, faixas, uso integral dos meios de divulgação (jornal, rádio, televisão). Torna-se incompreensível que numa área de tão pouca cultura desprezem-se os meios de propaganda exatamente onde a sua sugestibilidade seria capaz de atingir o maior nível.
- 1.9 - Estimular a fixação de pessoal para-médico, de nível médio e superior no complexo Cuiabá-Várzea Grande, seja valorizando-a financeiramente, seja subvencionando-se ou criando-se Escolas para tal. Uma vez existindo pessoal qualificado, impedir legalmente que pessoas não habilitadas tenham funções de responsabilidade em organismos estatais ou particulares. Torna-se necessário eliminar o estranho vício de se transformar a copeira ou atendente em enfermeira simplesmente porque tem tempo de casa ou porque é "boazinha e jeitosa". Muitas vidas já se escoram por esse mecanismo.
- 1.10 - Uma eficiente fiscalização sanitária, principalmente no setor horti-granjeiro, evitando-se que a população se infecte por produtos regados por águas poluídas, fato corriqueiro e por nós verificado nas hortas de Cuiabá e Várzea Grande. Rigorosa fiscalização na distribuição, no tratamento e na comercialização do leite. Especial preocupação com o abate e a comercialização da carne, até hoje realizado por métodos primitivos, livremente, sem nenhuma norma de higiene. Procurar criar matadouro central, carros frigoríficos de distribuição e fiscalizar rigorosamente as condições higiênicas da rede de comercialização.
- 1.11 - Criar-se, talvez pela UFMT um laboratório de pesquisas epidemiológicas que funcionaria também como suporte pa-

ra todas as campanhas de Saúde Pública regional.

1.12- Estudar meios no sentido da criação de um Hospital Geral em Várzea Grande, cidade industrial, com arrecadação prevista para cinco ou mais vezes a de Cuiabá, que vem no presente e virá ainda mais no futuro sobrecarregando a rede Hospitalar da Capital.

1.13- Readaptar e colocar em funcionamento o Hospital do Câncer de Cuiabá.

1.14- Principalmente somar esforços, superar susceptibilidades no sentido de usar-se integralmente todo material humano e físico existente, estruturando-se um Plano de Saúde Integrado, em íntima vinculação com os setores da Viação e da Educação, de preferência pluri-anual, no qual teriam participação todos os órgãos responsáveis sediados em Cuiabá e Várzea Grande. Este plano deve ser cientificamente elaborado, tendo como responsáveis técnicos de Saúde Pública e não políticos. Uma vez elaborado deveria ser plástico para que pudesse suportar novas variantes ocasional e provavelmente nascentes. Para isso deveria ter um executor permanente, também técnico, bem remunerado, independente de injunções político-partidárias.

2. Saneamento.

2.1 - O principal problema de Cuiabá é a falta de uma infraestrutura básica condizem com a sua condição de Capital e de importante pólo de desenvolvimento. Esta afirmativa é reconhecida por todas autoridades municipais e estaduais todas ciosas das suas responsabilidades mas que não têm, entretanto, condições de solucioná-lo por absoluta e total falta de recursos materiais.

2.2 - Foi criada a SANEMAT, Cia. de Saneamento de Mato Grosso que não conseguiu entrar até hoje no PLANASA, Plano Nacional de Saneamento porque no que parece tem sido considerado como empresa mal dirigida, não tendo saldado compromissos no governo anterior e estando ainda em recuperação no atual governo. Além disto o PLANASA exige que lhe sejam entregues 30% da Área Urbana, e Campo Grande e Três Lagoas se negam a transferir seus serviços à Sanemat.

2.3 - Por estes motivos não tem conseguido, apesar de constantes esforços, obter financiamentos razoáveis. Acresce-se que a rarefação demográfica de Cuiabá encarece sobretudo seus serviços, tornando-o muitas vezes impossíveis de serem realizados com recursos próprios.

2.4 - No estágio atual tem a SANEMAT procurado remediar a ca-

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

ESCALA DE SALÁRIOS

CONFORME AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO EM 10/10/73

CLASSE	AMPLITUDE SALARIAL					
	A	B	C	D	E	F
I	2.474,00	2.721,00	2.968,00	3.216,00	3.464,00	3.711,00
II	2.845,00	3.129,00	3.414,00	3.698,00	3.982,00	4.268,00
III	3.271,00	3.597,00	3.925,00	4.251,00	4.579,00	4.905,00
IV	3.762,00	4.137,00	4.513,00	4.888,00	5.264,00	5.642,00
V	4.326,00	4.756,00	5.188,00	5.620,00	6.051,00	6.079,00
VI	4.975,00	5.472,00	5.967,00	6.056,00	5.717,00	6.130,00

Porcentagem : 20%

: 10% - Classe VI - Nível E. e F

Observação : Salários dos Diretores - Superintendente, Administrativo e Técnico (Classe VI - Nível E) inferiores aos dos servidores enquadrados em Classe V - Nível E; Classe V Nível F; Classe VI - Nível C e Classe VI - Nível D.

JUSTIFICATIVAS PARA A CRIAÇÃO PELO ESTADO DE UM HOSPITAL DE ISOLAMENTO EM CUIABÁ.

1. Cuiabá vem se transformando no mais importante centro de civilização do Oeste brasileiro, constituindo-se no suporte para a descoberta econômica e colonização da Amazônia. Daqui partem as estradas colonizadoras essenciais para tal evento, tais como a Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Santarém, que cortará a Transamazônica ao nível de sua região mais importante economicamente.

2. A explosão demográfica que aflige Cuiabá é fruto da migração desordenada, porém importante porque é colonizadora, visto ser esta migração o suporte para a invasão posterior da Amazônia. Esta migração é no entanto, feita às custas de pessoal altamente desqualificado, que não conseguiu em outras regiões nacionais meios de sobrevivência e que aqui aporta febril de esperanças, ao encontro de um prôpagado "Eldorado" novo.

3. Esta população traz consigo todas as marcas de seu pauperismo: fome, crônica, desnutrição, maior susceptibilidade a infecções, poliparasitismo, doenças de que a região era, até a sua chegada, virgem. Basta os exemplos da doença de Chagas e da Esquistossomose como ilustrativos do evento.

4. Esta corrida ao Oeste traz consigo um acentuado aumento da população enferma no contexto da população sã, sobre carregando por si os organismos assistenciais e exigindo providências excepcionais para garantir-se ao homem o seu direito fundamental de saúde.

5. Acrescente-se que este afluxo populacional veio incidir numa cidade secularmente isolada, sem recursos de infraestrutura, especialmente de saneamento básico. Apesar dos infindos esforços do atual Governo o Estado ainda não conseguiu entrar para o Planasa e não existem recursos financeiros nem para o município e nem para o Estado atacar tão premente problemas. Em rápidas pinceladas podemos dizer que não existe rede de esgotos, nem condizente canalização de águas pluviais e que a rede de água tratada e canalizada não atinge a 30% da cidade.

As fossas, nem sempre higiênicas, transbordam-se com facilidade porque o terreno em Cuiabá é impermeável e estamos frequentemente sujeitos aos chamados "esgotos de superfície", com os mais diversos dejectos circulando pelas ruas, especialmente nas chuvas.

No centro da cidade, espinha dorsal de seu desenvolvimento, encontra-se o córrego da Prainha, canalizado só em parte, com diminuta vazão de água, aberto e funcionando como a principal rede de esgotos da Capital, visto que nele se escoam inúmeras ligações clandestinas, infectando-o em todo o seu curso. Também a precária rede pluvial apresenta incontáveis ligações clandestinas. Para aumentar as dificuldades, as nossas maiores hortas, tanto em Cuiabá quanto em Várzea Grande, cidade bigeminada, são regadas com água altamente contaminadas.

6. Acrescenta-se ainda que a região é equatorial, com clima tórrido, altamente susceptível a doenças ditas tropicais e que sabemos existir em toda nossa macro-região alto nível de infestação malárica e de outras endemias igualmente significativas. Em Cuiabá existe o vetor malárico não raramente a própria doença.

7. As condições de precaríssimos suportes de infraestrutura, associadas a uma migração desqualificada levaram a que Cuiabá apresentasse altíssima incidência de doenças infecto-contagiosas, com verdadeiras epidemias. Casos inúmeros de poliomielite, de tifo, de toxoplasmose, de meningite meningocócica, até de varíola e de febre amarela silvestre, locais e de toda região norte do Estado, da qual Cuiabá é responsável pela assistência, provocam a necessidade urgente de se criar um Hospital de Isolamento.

8. Os hospitais gerais aqui existentes, em número de apenas três, relativamente pequenos, já insuficientes para atender a demanda dos doentes comuns, não estando preparados para suportar o imenso afluxo de doentes infecto-contagiosos e nem de atender o crescimento ascensional da cidade.

9. Como não há outro recurso os doentes infectantes ocupam leitos destes hospitais, chegando, às vezes a manter preenchidos 25% da capacidade global dos mesmos. Além do problema de espaço, ocupando leitos de grande necessidade no atendimento das enfermidades comuns, representam importante foco de difusão de doenças. Funcionam assim os nossos estabelecimentos de atendimento hospitalar como importantes mecanismos de transmissão de doenças, com infecções cruzadas diversas e representando um pesado ônus social.

10.º A razão de se solicitar a criação de um hospital específico para doenças contagiosas em Cuiabá, por parte do Governo, se deve ao fato de ser investimento social, de total responsabilidade dos poderes públicos, não sendo possível esperar-se da iniciativa particular tal evento.

11.º A existência de hospitais de Isolamento é norma consagrada de Saúde Pública em qualquer parte do mundo onde existam tais enfermidades e nos países em desenvolvimento como o nosso, que pagam altos dividendos a um crescimento e colonização explosivos, não podendo os serviços de infraestrutura acompanhar no mesmo ritmo a expansão tentacular e depois de certo tempo, impossível de se controlar. Mato Grosso encontra-se justamente nesta fase de crescimento, de ocupação do seu norte até há pouco desértica, recebendo Cuiabá, polo irradiador e suporte de serviços de toda esta incomparável marcha colonizadora o impacto da rapidez do desenvolvimento, e estando premente de apoio e de suporte.

Cuiabá, novembro de 1973



Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO
Assessor do Secretário de Saúde -

JUSTIFICATIVAS VISANDO IMPLANTAR UM SISTEMA DE POSTOS DE REHIDRATAÇÃO EM CUIABÁ.

Considerando que

Cuiabá é uma cidade de clima tropical, com altas médias termométricas especialmente no verão.

Considerando que

Cuiabá apresenta um sistema de infraestrutura bastante precário, com ausência de rede de esgotos, água tratada a apenas um terço da população, insuficiente escoamento pluvial, péssimo sistema de abate e comercialização da carne, produtos hortigranjeiros regados com água contaminada.

Considerando que

A presença de intensa migração de pessoal desqualificado, pobre, faminto, poliparasitado, trazendo consigo grande número de crianças.

Considerando que

A impossibilidade física da rede hospitalar atender e hidratar todas as crianças necessitadas de hidratação venosa, principalmente aos menos favorecidos, desprovidos de assistência previdenciária.

Considerando que

A razão fundamental de que distúrbios nutro-digestivos correspondem a 20% da mortalidade geral em Cuiabá, índice alarmante mesmo em regiões muito pobres, associada à presença de coeficientes de mortalidade infantil altos e crescentes.

Considerando que

As resistências ainda encontradas na população de uma cidade que permaneceu secularmente isolada, levando a um estado psicológico de conformismo e resignação.

Considerando que

As experiências de cidades brasileiras dotadas dos mesmos problemas e que reduziram acentuadamente o seu índice de mortalidade infantil com a introdução de tal providência.

Considerando que

O custo relativamente insignificante de uma unidade de hidratação, podendo ser instalado em pequeno espaço e utilizando medicação e material altamente acessível e barato.

Considerando que

A preocupação permanente da revolução brasileira visando sobretudo o bem estar do homem, sendo que a saúde é um seu direito inerente à condição humana.

Considerando ainda que um dos índices mais significativos de desenvolvimento é a queda da mortalidade infantil,

Considerando que

Ainda que investimento em saúde além de atender as nossas tradições humanitárias e cristãs é altamente lucrativo, pois a própria ONU reconhece que cada dólar aplicado em saúde rende mais que o seu o mesmo fosse aplicado em rede viária.

Considerando que

Por último, a responsabilidade do Governo perante o povo brasileiro e da possibilidade e viabilidade de Convênios - que barateariam ainda mais este investimento já de preço baixo.

SUGERIMOS:

1. Criação urgente de postos de hidratação em Cuiabá, preferencialmente nas áreas populosas e pobres, em que a incidência destes tipos de doenças que levam às desidratações é alta.

2. Localização inicial nos bairros do Coxipó da Ponte, Cidade Alta, Várzea Ana Roupina e no Baú, os mesmos locais de assistência atual ou sugerida para a FUSMAT. Tal medida deve-se à necessidade de descentralização, visando facilitar o acesso da população mais desprovida e assim evitar perdas de dias de serviço aos pais, causa principal do atraso às buscas de assistência médica.

03)

Buscar realizar convênios com a LBA, visto ser esta ser uma das finalidades daquela instituição. Também pode-se tentar o mesmo com o INPS, visando atender a seus associados.

Os medicamentos, sôros e mais drogas anti-diarreicos não constituem nenhum problema pois nos chegariam pelo CE ME.

Destinação de numerário, pouco vultoso para tal empreendimento, de profundas vinculações sociais.

Cuiabá, novembro de 1973



Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO
Assessor da Secretaria de -
Saúde



Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Em 21 de novembro de 1973.

Parecer nº 007/73-BEVT.

OFÍCIO Nº

Proc. nº 240/396/73.

Int. Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. - CODEMAT.

Ass. Consulta sobre a possibilidade de aplicação de recursos oriundos da venda das terras do Aripuanã, na Construção da Rodovia Pantaneira.

=====

1. Indaga a CODEMAT se pode aplicar parte do produto da venda das Terras do Aripuanã na Construção da Rodovia Pantaneira, Invocando o art. 4º item II da Lei Estadual nº 3.307, de 18 de dezembro de 1972 que determina a sua aplicação na implantação de obras de infraestrutura no Município de Aripuanã, na implantação do CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, na Capital do Estado, e o restante "em outros projetos específicos do Governo Estadual".

2. Por outro lado, nos informa que os recursos de Aripuanã, constaram do Orçamento Estadual para o exercício de 1974, para Obras Públicas.

3. A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, diz :

Art. 34 - O exercício financeiro, coincidirá com o ano civil.

Art. 35 - Pertencem ao exercício financeiro :

- I - as receitas nele arrecadadas.
- II - as despesas nele legalmente empenhadas.

4. Desta forma, só poderão estar incluídas no Orçamento para o exercício de 1 974, as importâncias que forem recebidas em 1 974.

5. As importâncias já recebidas ou que vierem a ser recebidas no corrente ano, pertencem ao presente exercício, e como tal podem ser utilizadas até o final deste 1 973.

6. O que importa à CODEMAT é saber qual a forma legal de obter a importância de que precisa para a Rodovia Pantaneira.

7. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1 964, estatuiu no seu art. 71 :

"Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação".

A adoção dessas normas peculiares de aplicação veem expressas no art. 4º da Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1 972, regulamentada pelo Decreto nº 1.490, de 30 de maio de 1 973 .

"Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1 972 :

Art. 4º - O produto da alienação das terras será aplicado :

- I - de 10 (dez) a 20 (vinte) por cento na im-
plantação de obras de infraestrutura no
Município de Aripuanã, podendo a aplica -

JANEIRO - SEC. EDUCAÇÃO				
Nº DE ORDEM	NOME	QUALIFICAÇÃO	CLASSE	NÍVEL

36	EDUARDO LANDGRAF	Ass. Adm.	-	XI
----	------------------	-----------	---	----

JANEIRO - CODEMAT				
-------------------	--	--	--	--

37	VALDEMAR RODRIGUES CARVALHO	Engº Agrº	LII	C
38	MANOEL CIRILO DA COSTA	Almoxarife	-	V
39	ALADINO PEREIRA BISPO	Aux. Adm.	-	VIII
40	ALFREDO PEREIRA DA SILVA	Aux. Sond.	-	VII
41	FRANCISCO A. V. GONÇALVES	Chefe Campo	-	XV
42	GIANCARLO LASTÓRIA	Geólogo	I	E
43	JOSÉ SOARES DA SILVA	Motorista	-	VI
44	ALEXANDRE J. DA SILVA	Datilógrafo	-	V
45	FRANCISCO ANTUNES FERRAS	Ass. Adm.	-	XII
46	LEONOR MARIA DA SILVA	Contínua	-	I
47	VALDIR J. DE MAGALHÃES	Office Boy	-	I
48	JOANZIL B. DA COSTA	" "	-	I

JANEIRO - SEC. ADMINISTRAÇÃO				
------------------------------	--	--	--	--

49	ANTONIO MIGUEL AHY	Escriturário	-	IV
----	--------------------	--------------	---	----

JANEIRO - DOP				
---------------	--	--	--	--

50	JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA	Engº Civil	A	III
51	MIGUEL STHESARENGO	" "	A	III
52	ALDERY ANTONIO ALVES	" "	A	III
53	BENEDITO ELIZEU SCHURING	" "	A	III

FEVEREIRO - CODEMAT				
---------------------	--	--	--	--

54	CLODOALDO D. NANTES	Office Boy	-	I
55	CID NEPOMUCENO	Aux. Sond.	-	VII
56	EVA MARIA DA SILVA	Secretaria	-	VII
57	EDSON HUGO CONSTANTINO	Motorista	-	VI
58	TEREZA MARIA EMMEL	Aux. Adm.	-	X
59	JULIMAR B. MILITÃO	Engº Agrº	III	D
60	ADEJÁ DE AQUINO	Economista	I	A
61	FERNANDA H. J. C. A. COSTA	Arqueóloga	III	A
62	EVANILDES M. DIAS FERREIRA	Naturalista	III	A
63	NADIA FERNANDES DA SILVA	Datilógrafa	-	VII
64	JOSEFINA F. DO C. B. PINTO	Administrador	III	A

FEVEREIRO - SEC. AGRICULTURA				
------------------------------	--	--	--	--

65	EVERALDO CORDEIRO MIRANDA	Motorista	-	VII
66	CARLOS ALBERTO MARTINS	Aux. Adm.	-	VIII
67	MARIANA MARQUES ARRUDA	Aux. Adm.	-	IX
68	NILTON DA S. MAGALHÃES	Motorista	-	VII
69	NAPOLEÃO S. DE SOUZA	Engº Agrº	I	C
70	IVO GERALDO DALMEZ	Des. Proj.	-	XII

ABRIL - CODEMAT				
Nº DE ORDEM	NOME	QUALIFICAÇÃO	CLASSE	NÍVEL
93	BILLY RANGEL MOSHAGE	Datilógrafo	-	VI
94	ISMAEL MARTINHO S. RAMOS	Office Boy	-	-
95	ANTONIO A. S. CANDIDO	Contínua	-	II
96	JOANIN DE S. SÁ TELES	Office Boy	-	-
97	ENZO RICCI FILHO	Aux. Engº	-	XI
98	MARLENE O. NASCIMENTO	Escrituraria	-	II

MAIO - CODEMAT				
99	NILSON ARRUDA PINTO	Aux. Adm.	-	VIII
100	IRACY QUEIROZ E SOUZA	Datilógrafa	-	V
101	EUDÉS ALEXANDRE BORGES	Motorista	-	VI
102	PATRICK MANOUKION	Cinematograß.	-	XIV
103	MOACIR DA SILVA	Aux. Contab.	-	VII
104	LUBBER MOLINA BARBA	Aux. Des.	-	IV

MAIO - SEPLAN				
105	RUBENS FERREIRA DE JESUS	Economista	I	A

MAIO - DEE				
106	JOILCE OLAVARIANO PINHO	Estagiario	-	IX

MAIO - SEPLAN				
107	HELIO DO ESPIRITO SANTO	Ass. Adm.	-	X
108	DEA LÚCIA DA COSTA E SILVA	Ass. Adm.	-	XII
109	GLORIALICE SIGARINE DA SILVA	Secretaria	-	VII
110	GERALDO NUNES DE MORAES	Aux. Adm.	-	VIII

MAIO - SEC. AGRICULTURA				
111	JOSÉ CARLOS DE ABREU	Med. Vetº	I	C
112	ADÉRITO PINHEIRO DUARTE	Ass. Adm.	-	XIV
113	JOSÉ SANTARINO DE MATTOS	Ass. Adm.	-	XIV
114	ALAOR ZEFERINO DE PAULA	Ass. Adm.	-	XI
115	DENIVAL RODRIGUES DE ALMEIDA	Ass. Adm.	-	XI
116	AMALIA FERREIRA BITTENCOURT	Ass. Adm.	-	XI
117	ALICE AMALIA MAIA VINAGRE	Aux. Adm.	-	VII
118	ELIETE SANTANA MAGALHÃES	Datilógrafa	-	V
119	JOACIRA SANTANA A. R. ARAUJO	Datilógrafa	-	V
120	FILOSOFINA L. CAMPOS PINHEIRO	Datilógrafa	-	V
121	ADÉLIA FERNANDES DE QUEIROZ	Contínua	-	III
122	LODOVICO ESCARMANHANI DA SILVA	Engº Florestal	I	C

JUNHO - CPA				
123	PEDRO DE SÁ COUTINHO	Des. Proj.	-	XII
124	DELVAN ROSA PARREIRA	Aux. Engº	-	X
125	LUIZ FERNANDO ELY	Aux. Engº	-	X
126	PAULO CESAR DE ALMEIDA	Aux. Engº	-	X

JUNHO - CODEMAT				
Nº DE ORDEM	N O M E	QUALIFICAÇÃO	CLASSE	NÍVEL
127	ROBUSTIANO DOMINGOS DE OLIVEIRA	Engº Agrº	III	A
JUNHO - SEPLAN				
128	SEBASTIÃO CALDAS	Ass. Adm.	-	X
JUNHO - DEE				
129	ELEONORA DE CARVALHO REINERS	Ass. Adm.	-	XI

C. 12/08/74
[Signature]

Rua Pedro Celestino, 24/26
Fones: 3363 - 3733
Cuiabá - MT.

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT
I.C.G.C. 03-474-053/001

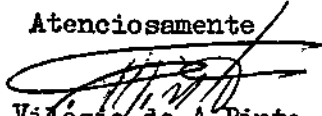
COMUNICAÇÃO INTERNA

DE Setor de Pessoal	PARA Sr. Diretor Superintendente	REF	DATA 19/06/74
------------------------	-------------------------------------	-----	------------------

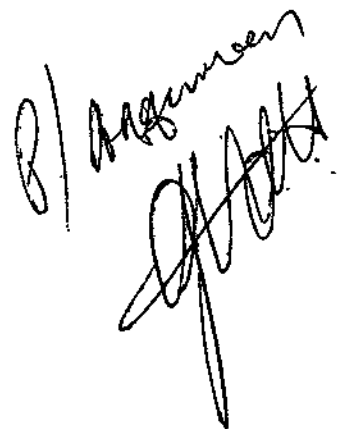
ASSUNTO: Solicitação Faz,

Com a presente, encaminho a V.Sa. para que possa tomar
a relação do pessoal contratado no exercício de 1.973 .

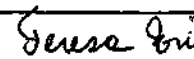
Atenciosamente


Vilázio de A. Pinto

Ch. Setor de Pessoal


ENVIADA POR:
Vilázio de A. Pinto

DESTINADA A:
Dr. Gabriel de M. Neto

RECEBIDA: 
EM: 20.06.74

RELAÇÃO NOMINAL DOS CONTRATADOS POR ESTA CIA NO
EXERCÍCIO DE 1.973

JANEIROERMAT -GB

01 - Graci Monteiro Pedreira

Secretária

CONDEP

02 - Regina Brito Loureiro

Estagiária

SECRETARIA VIAÇÃO E O PÚBLICAS

03 - Edegar França Filho

Engº Civil

04 - José Rodrigues Freitas

" "

05 - José Carlos Muis

" "

06 - Sebastião Joel Moreira

" "

07 - Zanildo José Macedo

" "

08 - Vanderlei Hortensi

" "

09 - Waldir Vital Arruda

" "

SEPLAN

10 - Joalina Anita da Silva

Aux. de contador

11 - Paulo Eliseu Yule-

Advogado

12 - Maria da Glória R. Garcia

Estagiária

13 - Laudelita S. Vitorio

"

14 - Regina Lúcia M. Figueiredo

"

15 - Dulce Oliveira Alves

"

SECRETARIA DA AGRICULTURA

16 - Alberto Manoel de Assis

Engº Agrº

17 - Nelson da Silva Freitas

Medº Veto

18 - Diomário A. Salustiano Silva

" "

19 - Salvador A. Maciel Ribeiro

Engº Agrº

20 - João Pedro Auttri Dias

" "

21 - Livio José Andriguetti

" "

22 - Abelardo S. Oliveira

Motorista

23 - Ordival de Pinhedo

Aux. Adm.

24 - Pedro Algeci Schaekel

Tec. Agrícola

CODEMAT

25 - Luís Soares Andrade

Aux. Administrativo

26 - Benedito Francisco Leite

Apontador

27 - Akos Szonyi

Rest. Muscologo

28 - Josmar Teixeira Neves

Engº Agronomo

29 - Abdias Alexandre Silva

Trab. braçal

30 - José Ribeiro de Marins

" "

31 - Enoc Teixeira Lima

" "

32 - Getulio Cavalheiro Leite

" "

-continua-



(Cont. Fol. 02...)

FEVEREIROSECRETARIA DA FAZENDA

33 -Meire Pinheiro Machado	Secretaria
CASA MILITAR	
34 -Diocles de Figueiredo	Assist. Adm. '
PREFEITURA DA VARZEA GRANDE	
35 -Gonçalo Botelho de Campos	Assist. Adm .
SEC. DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
36 -Benedito Santiago	Engº Civil
37 -Sérgio Xavier de Matos Fº	" "
38 -Ernildo José Lanzarini	Economista
39 -Roberto Florencio	Engº Civil
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA ESTATISTICA	
40 -Augusto F. Muller Junior	Economista
41 -Oracy Novis Neves	Estagiária
42 -Julieta Benedita Borges	" "
43 -Odélio Pedro Glerian	Aux. Adm.
44 -Marina Muller Abreu	Estagiária
45 -Antonio Humberto Oliveira	" "
46 -Maquilio Malheiros	" "
47 -Oneyr Araujo Oliveira	" "
48 -Thomas S. Grunwald	" "
49 - José Antunes Almeida	" "
50 -Irineu Ramenzzoti	" "
51 -Denise Malheiros Pouso	Ass. Adm .
52 -Antonio de Barros Filho	Estagiário
SEPLAN	
53 -José Rubens Alves	Motorista'
54 -Francisco Audizio Bezerra	Medº Veto'
55 -Anália Massilon Bezerra	" "
56 -José Gregório Borges	" "
57 -Hamilton Leitão	Estagiário
58 -Leide Garcia Novaes	" "
59 -Ilza Almeida Carvalho	" "
60 -Clair Barbosa	Tec. Agric
61 -João Batista Oliveira	" "
62 -Noel Andrade Campos	" "
63 -Elio Dantas Melo	" "
CODEMAT	
64 -Eduardo da Costa Viana	Op. Maquinas
65 -Aquilino Costa Viana	Aux. Op. Maq .
66 -Elias Vieira Almeida	Office Boy
67 -Nilton Galvao Dourado	Aux. de Sond.'
68 -Onkodinas Medumkas	" " "
69 -Juary da Silva Souza	Office Boy
70 -Orley Aguiar Aço	Datilografo
71 -Juraci Vieira Gutierres	Ass. Social
72 -José Hidasí	Naturalista
73 -Leolina de S. Siliman	Ass. Naturalista
74 -Frederico D. da Gama Abreu	Taxidermista
75 -Pedro Carlos Bastos Leite	Office Boy'
76 -Étevaldo Figdo Leite	" "
77 -Ernestina de Souza Guerra	Copeita
78 -Carolina Joana da Silva	Estagiária
79 -Nestor Alves Barbosa	Fiscal Colom
nia	
80 -Vicente Ferreira Filho	Aux. de Sondagem '
81 -Benedito Corrêa Filho	Aux. Tratorista '

(Cont. Fl. 03...)

MARÇOSECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

82 - Vildo José Cruz

Engº Civil

SEPLAN

83 - Alvaro Lucas do Amaral

Engº Agrº

84 - Benedito Crescencio de Barros

Ass. Adm.

85 - Anquiminio de A. Moraes

" "

SECRETARIA DE AGRICULTURA

86 - Benedito H. de Carvalho Neto

Estagiário

87 - Acimar M. Costa

Engº Agrº

88 - Cipriano Francisco Caran

Engº Agrº

89 - José Maurõ Kruker

Tec. Agrícola

90 - Mariana Botelho D. Silva

Engº Agrônomo

91 - Gilma Gonzales Chagas

Economista

92 - Luis Falcão Moraes

"

93 - Fernando Leite Figueiredo

Medº Veto

94 - Manoel Sebastião C. Lima

Engº Agrônomo

CODEMAT

95 - Cristovam Marcelo Fº Siqueira

Engº Civil

96 - Ilson Fernandes Sanches

Economista

97 - Sandra do Carmo R. Castro
fa

Datilogra-

98 - Odete Pinheiro da Mata

Escriturária

99 - Josemar Ciriaco Silva

Office Boy

100 - Walter José Almeida

" "

101 - Edno Claro Barreto

Estagiário

102 - Luis Carlos Oliveira

Op. Maquinas

103 - Calixto Amorim

Lubrificador Maq.

104 - Carlos Marquês Campos

Office Boy

105 - Iporan Fontes

Aux. de Sondagem

106 - Benedito Francisco Leite

Apontador

107 - Jaime Yassuo Okamura

Estagiário

108 - Moacir Francisco Souza

Téc. Agrícola

109 - Karil Noseck

Mecânico

(Cont. Fl. 04)

ABRILASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

- 110 - João Augusto Capilé Junior
 111 - Laudir Machado

Ass. Administrativo

" "

EVENTUAL

- 112 - Renzo Mic helloto

Agrimensor

PREFEITURA DE CUIABÁ

- 113 - Lourival Nunes da Silva

Economista

SEPLAN

- 114 - Maria Elisa de O. Abrão
 115 - Néia de Araujo Marques

Estagiária

Secretária

SECRETARIA DE AGRICULTURA

- 116 - Jezanias R. Silva
 117 - João da Silva Vaillant
 118 - Ayrton Gomes de Assis
 119 - Gilberto G. Guimarães
 120 - Ivan de Lamônica Frère
 121 - Clary Beneditte de Freitas
 122 - Pedro Carlos Finoti

Tec. Agric.

" "

" "

Engº Agrº

" "

" "

Tec. Agrícola

CODEMAT

- 123 - Guilherme de A. Teixeira
 124 - Rubens Virgilo de Marins
 125 - Hilton de Campos
 126 - Francisco de Sant'Ana Siqueira
 127 - Gabriel Assis Oliveira
 128 - Oscarino Augusto do Prado
 129 - Cleber Pereira Benatti

Apontador

Estagiário

Engº Civil

Topografo

Serv. Braçal

Apontador

Desenhista

MAIOSECRETARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO

- 130 - Marília Cavaleiro Bodstein

Pedagoga

C P A

- 131 - Paulo Moraes
 132 - Mucio José Calvoso Teixeira

Op. de Maquinas

Desenhista

JUNTA DE CONCILIAÇÃO

- 133 - Creuci da Costa Maruques
 fa

Datilogra-

SECRETARIA DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

- 134 - Martha Beatriz F. de Almeida

Ass. Administ

(Cont. Fl. 05)

D.G. ESTATISTICA

135 - Sandra Moura

Estagiária

S E P L A N

136 - Rosiris Bennemason de Castilho

Ass. Adm.

137 - Maria do Carmo Arruda

Advogada

138 - Zulma Eugenia dos Reis

Ass. Adm.

139 - Antonia G. Gonçalves Neta

Geógrafa

140 - Alfredo de Campos Damasceno

Bibliotecário

SECRETARIA AGRICULTURA

141 - Delasniève Miranda Daspet

Aux. Adm.

142 - Francisco Alves de Souza Fº

" "

143 - Henrique Andrada e Silva

Motorista

144 - José Severino Durey Fº

Medº Vetº

145 - Honorato Siqueira Campos

" "

146 - João Ferreira Uchoa

" "

147 - Sidnei Ferrz Afonso

Aux. Laboratório

148 - Hisato Motomia

Engº Agrº

C O D E M A T

149 - Enélio José da Costa

Office Boy

150 - Simone Moura Araujo

Estagiária

151 - Anizia de Almeida

Continua

J U N H OSECRETARIA DA FAZENDA

152 - Antonio Ribeiro Teixeira Fº

Contador

C . P . A .

153 - Joadir Policarpo Arruda

Trab. Braçal

S.A.D.

154 - José Ferreira Leite

Advogado

155 - João Rosalvo Corrêa

Aux. Adm.

CASA CIVIL

156 - José Gonçalo dos Santos

Ass. Adm.

PREFEITURA DE C. GRANDE

157 - Ariosto dos Santos Lima

Economista

SEPLAN

158 - Benedito Francisco Costa

Motorista

SEC. DE AGRICULTURA

159 - Joaquim Lopes de C. Barros

Medº Vetº

CODEMAT

160 - Manoel José dos Santos

Carpinteiro

161 - Mauricio Nunes dos Santos

Serv. Braçal

J U L H OSECRETARIA SAÚDE

162 - Aruthur Oestávio Monteiro

Medº Pediatra

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

163 - Emilio Ismael Neto

Economista

C.P.A.

164 - Edvaldo José Arruda

Trab. Braçal

165 - José Ferreira Brito

Op. Máquinas

CONDEP

166 - Nila Almeida e Silva

Aux. Adm.

SEC. DE VIAÇÃO E O. PÚBLICAS

167 - Benedito Tolentino da Silva

Office Boy

168 - Vera Lúcia Neves da Costa

Datilografa

169 - Reinaldo de Lima Freire

Ass. Adm.

SEC. DE AGRICULTURA

170 - Maria Aparecida Ferreira

Ass. Adm.

171 - Maria Fava Serra

" "

172 - Ione Storch

" "

173 - Tarcisio Queiroz de Souza

Medº Vetº

174 - Elson Machado de Mello

Tec. Agri-

cola

175 - Milton G. Hasimoto dos Santos

Aux. Adm.

176 - Abilio de S. Moraes

" "

177 - Marcos Antônio Martins

Tec. Agrico-

la

CODEMAT

178 - Carlos Corrêa Ribeiro

Bombeiro

179 - Silvio Benedito Gonçalves

Estagiário

180 - Benedito Laurindo da Silva

Lubrif. de Maq.

181 - Moacir Silvestre de Campos

Motorista

182 - Edison de Alveida Carvalho

Engº Agrº

183 - William Ramage

Sertanista

184 - Benedito Décio Realino

Biólogo

185 - Alexandre Dermido

Engº Civil

A G O S T OSEC. VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

186 - Fernando Rodrigues Palma

Engº Civil

S E P T E M B R O

187 - Satoshi Kuroyanagi

Economista

188 - José Augusto M. Silva

Admº Hospitalar

189 - José Silva Santos

Motorista

-segue-

(CONT. FL. 07)

SEC. DE AGRICULTURA

190 - Waldomiro Rodrigues	Aux. Adm.
191 - Alexandre Borelli	Tec. Agr.
192 - Ozaniria F. Gomes	Datilografa
193 - Ednir S. Nascimento	"
194 - Wanderley R. de Lima	"
195 - Mirlza M. Arruda	Aux. Adm.
196 - Otacilio Manoel da Silva	Medo Vet.
197 - Damásio da Conceição Silva	Datilografo

C O D E M A T

198 - Valdir Julião	Guarda mirim
199 - José Benedito Rodrigues Souza	Datilografo
200 - Silma Cenira Sartari	"
201 - Maria Conceição Calçada	"
202 - Martha Joana Hang	Ass. Adm.
203 - Benedita Moreira de Almeida	Continua
204 - Clarice Leite Garcia	Datilografa
205 - Adelaide A. Santos	Aux. Adm.
206 - Roberto Rodrigues Jesus	Datilografo
207 - Tereza Normando Oliveira	"
208 - Ademir Silva Moraes	Offica Boy
209 - José Ferreira Brito	Op. Máquinas
210 - Joaquim C. Oliveira	Aux. Sondagem
211 - Oreliano S. de Oliveira	" "

SETEMBROM O B R A L

212 - Antônio Jacob Filho	Escriturário
---------------------------	--------------

E R M A T - G.B.

213 - Luiza Meirelles Cerzózima	Secretária
---------------------------------	------------

CASA CIVIL

214 - Antônio Felipe Camarão	Aux. Adm.
------------------------------	-----------

SECRETARIA DA AGRICULTURA

215 - Janete Coimbra	Datilografa
216 - Maurilio de Moura Mota	Tec. Agrícola
217 - Benedita Elza Serra	Datilografa
218 - Elisa F. Maida	Aux. Adm.
219 - Maria Elisa S. Jesus	Escriturária
220 - Valdir Josué	Estagiário
221 - Wilson Oliveira	Engo Agr
222 - Antônio Gomes Lorentz	Motorista

CODEMAT

223 - José de Assis Ferreira	Aux. Sondagem
------------------------------	---------------

(Cont. Fl. 08)

224 - Isaac Gonçalves Silva

Aux. Mecânico

OUTUBROPREF. MUNICIPAL CUIABÁ

225 - Eugênia Marcondes Castro

Assistente Social

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

226 - Lúcia Maria Prado Machado

Estagiária

S E P L A N

227 - Odil Freitas de Souza

Contador

SEC. DE AGRICULTURA

228 - Joacir de Figueiredo

Medº Vetº

229 - José Roberto Moraes Marques

Engº Agrº

230 - Marcell C. Ribeiro

Medº Vetº

231 - Daltro Shaedler

Engº Agrº

CODEMAT

232 - José Givaldo dos Santos

Aux. Sondagem

233 - Claudie Gomes de Miranda

Tec. Agrícola

234 - Ademar Passos Veiga

Aux. Adminis-
trativo.

235 - José Augusto Moraes

Desenhista

236 - Emirio de A. Carvalho

Engº Agrº

237 - Agildo de S. Queiroz

Engº Agrº

238 - Albertão Antunes Souza

Aux. Sondagem

239 - Ataíde José de Campos

Motorista

240 - Elesbão C. Oliveira

Trab. braçal

241 - Celeste de O Martins

Datilografia

NOVEMBROSECRETARIA DE AGRICULTURA

242 - José Paixão Figueiredo

Aux. Medº Vetº

243 - Maria Tereza Fernandes Silva

Escriturária

C O D E M A T

244 - Mauricio Carlos P. Albuquerque

Ass. Adm.

245 - Ana Rita C. Santos

Secretária

246 - Catarina G. de Santana

Fiscal de Colônia

247 - Aimé A. Faurines

Coord. Proj. E.C.

248 - Antônio Ferreira Brito

Op. Máquinas

249 - Agab Tavares Souza

Aux. Sondagem

-segue-

(Cont. Fl. 09)

250 - Maria Nildes C. Campos	Recepcionista
251 - Antônio de Padua dos S. Faria	Escriturário
252 - Luis (Mário) Corrêa Mendes	Datilógrafo
253 - Osvaldo Luis da Mata	Aux. Adm.
254 - Eneas Paes Arruda	Aux. Adm.
255 - Margarida Maria S. Castro	Aux. Adm.
256 - Stela Maria Mota Mello	Escriturária
257 - Maria Alexandrina Sta Rita Andrade	Escriturária

DEZEMBROSEPLAN

258 - Edmundo Pires Modesto	Desenhista
259 - Lourival Benedito Comga	Aux. Adm.

SEC. DE AGRICULTURA

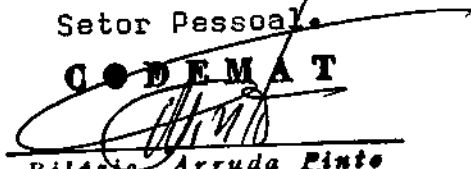
260 - Leonaldo Antônio Pedroso	Tec. Agrícola
261 - Pío Paes Souza	Aux. Adm.

CODEMAT

262 - Julieta Gisselda Dellazzana	Paleontóloga
263 - Maria Luiza Martins Antunes	Aux. Adm.
264 - João José da Costa Marques	Escriturário

TOTAL - 264 - ADMITIDOS EM 1.973.

Setor Pessoal.

C O D E M A T


Vilásio Arruda Pinto
Ch. do Setor de Pessoal

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO - DE - OBRA
PROGRAMA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR
PROJETO EUCLYDES DA CUNHA
CONVÊNIO: DNMO/CNA - CODEMAT/FAMATO/DRTMT
TERMO ADITIVO Nº 7
TERMO ADITAMENTO Nº 1.

SITUAÇÃO DO PROJETO EUCLYDES DA CUNHA EM 31 de julho de 1974.

- Foram treinados 1.966 adultos dos 2380 previstos
- Foram realizados 117 cursos dos 119 previstos
- Não foi realizado 1 curso de Vacinador e 1 curso de Capataz de fazenda, em consequência da hospitalização do instrutor, e pelo Convênio ter chegado ao seu Término.

A enchente calamitosa do Pantanal tornou difícil a colocação dos cursos de Pecuária de 80,00 horas; motivo pelo qual alguns deles foram substituídos por cursos de Horticultura como se segue:

Manejo de gado de corte eram previstos 6,	foram realizados 4
Manejo de gado de Leite eram previstos 6,	foram realizados 4
Defesa Sanitária animal eram previstos 6,	foram realizados 2
Horticultura eram previstos 6,	foram realizados 14

Total dos Cursos Previstos24 Total realizados 24

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
 PROGRAMA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR
 PROJETO EUCLYDES DA CUNHA.
 Convênio: DNMO/CNA-CODEMAT/FAMATO/DRTMT
 Termo Aditivo nº 7 - Termo Aditamento nº 1

DEMONSTRATIVO DOS CURSOS REALIZADOS.

Nº ORD	C OCUPAÇÕES	TURMAS	TOTAL DE ALUNOS		HORAS CURSO	TOTAL HORAS
			PREVISTO	TREINADOS		
01	Tratorista	5	100	106	160	800
02	Cultura do Milho	6	120	110	80	480
03	Fruticultura	6	120	81	80	480
04	Cultura do arroz	6	120	193	80	480
05	Cultura do Feijão e soja	8	160	141	80	640
06	Reflorestamento	4	80	57	80	320
07	Cultura do Algodão	6	120	91	80	480
08	Cultura do café	6	120	100	80	480
09	Construção de cercas	6	120	98	40	240
10	Conservação do Solo	18	360	325	40	720
11	Combate a Pragas e doenças	6	120	104	40	240
12	Horticultura	14	280	247	80	1120
13	Viveirista	6	120	106	40	240
14	Manejo do Gado de Corte	4	80	54	80	320
15	Manejo do Gado de Leite	4	80	66	80	320
16	Defesa Sanitária Animal	2	40	22	80	160
17	Vacinador	5	100	91	40	200
18	Capataz de Fazenda	5	100	74	40	200
TOTAL GERAL:.....		117	2340	1966	1280	7 920

DEMONSTRATIVO DOS CURSOS QUE NÃO FORAM REALIZADOS

17	Vacinador	1	20	0	40	40
18	Capataz de Fazenda	1	20	0	40	40
TOTAL:.....		2	40	0	80	80

Total Geral dos Cursos realizados e não realizados 119 2380 1966 1360 8.000

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
 PROGRAMA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR
 PROJETO EUCLYDES DA CUNHA.
 Convênio: DNMO/CNA-CODEMAT/FAMATO/DRTMT
 Termo Aditivo nº 7 - Termo Aditamento nº 1

DEMONSTRATIVO DOS CURSOS REALIZADOS.

Nº ORD	OCUPAÇÕES	TURMAS	TOTAL DE ALUNOS		HORAS CURSO:	TOTAL HORAS
			PREVISTO	TREINADOS		
01	Tratorista	5	100	106	160	800
02	Cultura do Milho	6	120	110	80	480
03	Fruticultura	6	120	81	80	480
04	Cultura do arroz	6	120	193	80	480
05	Cultura do Feijão e soja	8	160	141	80	640
06	Reflorestamento	4	80	57	80	320
07	Cultura do Algodão	6	120	91	80	480
08	Cultura do café	6	120	100	80	480
09	Construção de cercas	6	120	98	40	240
10	Conservação do Solo	18	360	325	40	720
11	Combate a Pragas e doenças	6	120	104	40	240
12	Horticultura	14	280	247	80	1120
13	Viveirista	6	120	106	40	240
14	Manejo do Gado de Corte	4	80	54	80	320
15	Manejo do Gado de Leite	4	80	66	80	320
16	Defesa Sanitária Animal	2	40	22	80	160
17	Vacinador	5	100	91	40	200
18	Capataz de Fazenda	5	100	74	40	200
	TOTAL GERAL:.....	117	2340	1966	1280	7 920

DEMONSTRATIVO DOS CURSOS QUE NÃO FORAM REALIZADOS

17	Vacinador	1	20	0	40	40
18	Capataz de Fazenda	1	20	0	40	40
	TOTAL:.....	2	40	0	80	80

Total Geral dos Cursos reali-
zados e não realizados

119 2380 1966 1360 8.000

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO - DE - OBRA
PROGRAMA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR
PROJETO EUCLYDES DA CUNHA
CONVÊNIO: DNMO/CNA - CODEMAT/FAMATO/DRTMT
TERMO ADITIVO Nº 7
TERMO ADITAMENTO Nº 1.

SITUAÇÃO DO PROJETO EUCLYDES DA CUNHA EM 31 de julho de 1974.

- Foram treinados 1.966 adultos dos 2380 previstos
- Foram realizados 117 cursos dos 119 previstos
- Não foi realizado 1 curso de Vacinador e 1 curso de Capataz de fazenda, em consequencia da hospitalização do instrutor, e pelo Convênio ter chegado ao seu Término.

A enchente calamitosa do Pantanal tornou difícil a colocação dos cursos de Pecuária de 80,00 horas, motivo pelo qual alguns deles foram substituídos por cursos de Horticultura como se segue:

Manejo de gado de corte eram previstos 6,	foram realizados 4
Manejo de gado de Leite eram previstos 6,	foram realizados 4
Defesa Sanitária animal eram previstos 6,	foram realizados 2
Horticultura eram previstos 6,	foram realizados 14

Total dos Cursos Previstos24 Total realizados 24

PROJ.

PROC.

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO/OESTE (SUDECO), ELABORADAS PELA SUA ASSESORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (ASPLEC) E PELOS SEUS DEPARTAMENTOS, COM VISTAS AO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.



C O D E M A T

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Prof. Jos Vieira

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS DA SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OES-
TE (SUDECO), ELABORADAS PEIA SUA ASSESSO
RIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (ASPLEC)
E PELOS SEUS DEPARTAMENTOS, COM VISTAS AO
PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

As "Publicações Técnicas" da SUDECO, com vistas ao planejamento do desenvolvimento regional, se processam segundo três fases de estudos:

A - Fase A: PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL REGIONALIZADO

B - Fase B: ELABORAÇÃO DE CATEGORIAS DE ENTENDIMENTO, COLETA DE INFORMAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

C - Fase C: IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO, CONTROLE E REPROGRAMAÇÃO

Fase A: PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
NACIONAL REGIONALIZADO

Esta fase sistematiza o precipi-
tado de três linhas de estudos :

Linha A1: Sistematização de Informações (SINFOR)

Linha A2: Planejamento Setorial (PLASE)

Linha A3: Documentos Planos (DOPLAN)

Linha A1: Sistematização de Informações (SINFOR)

Esta linha de estudos tem como função tão somente agrupar e expressar objetivamente, em publicações Técnicas, as informações existentes sobre o Centro-Oeste, segundo os domínios e títulos considerados de conhecimento indispensável ao planejamento do desenvolvimento regional:

- 10 VOLIÇÕES DO GOVÊRO SÔBRE O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, SEU PLANEJAMENTO, E A PARTICIPAÇÃO E PAPEL ATRIBUÍDOS À REGIÃO BRASIL CENTRO-OESTE
- 11 CONCEITOS, CATEGORIAS E CLASSIFICAÇÕES NECESSÁRIAS AO ENTENDIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE E AO PLANEJAMENTO DE SEU DESENVOLVIMENTO
- 12 INDICADORES
- 13 ASPECTOS FÍSICOS
- 14 RECURSOS NATURAIS
- 15 DEMOGRAFIA (Estatísticas)
- 16 EMPREGO (Estatísticas)
- 17 SETOR PRIMÁRIO (Estatísticas)
- 18 SETOR SECUNDÁRIO (Estatísticas)
- 19 SETOR DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA (Estatísticas)
- 20 SETOR DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL (Estatísticas)
- 21 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 22 CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- 23 FORMAÇÃO E FUNÇÕES DA REDE URBANA DA REGIÃO CENTRO-OESTE
- 24 INFORMAÇÕES BÁSICAS DO CENTRO-OESTE
- 25 INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECÍFICOS

Fase A: PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL REGIONALIZADO

Linha A1: Sistematização de Informações (SINFOR)

P u b l i c a ç õ e s T é c n i c a s

Código	T í t u l o	Nº de Série
10	VOLIÇÕES DO GOVERNO SOBRE O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, SEU PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO E PAPEL ATRIBUÍDOS À REGIÃO BRASIL CENTRO-OESTE	
X	10.01 Legislação e Documentação Legal dos Órgãos e Instituições de Planejamento do Desenvolvimento, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	01
	10.02 Metas e Bases para a Ação de Governo. Região Centro-Oeste	02
X	10.03 Planos de Desenvolvimento (Sinópsse) ..	03
11	CONCEITOS, CATEGÓRIAS E CLASSIFICAÇÕES NECESSÁRIAS AO ENTENDIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE E AO PLANEJAMENTO DO SEU DESENVOLVIMENTO	
	11.01 Conceitos e Termos (Explicitação da significação dos termos em uso no planejamento do desenvolvimento)	04
	11.02 Classificações	05
	11.03 Categorias de Entendimento da Região Centro-Oeste	06
12	INDICADORES	
	12.01 Indicadores Nacionais	
	Volume 1, Estado de Goiás. Tomo I	07
	Tomo II ...	08
	Tomo III ..	09

(segue)

Publicações Técnicas (continuação)

Código	Título	Nº de Série
	Volume 2, Estado do Mato Grosso	(10)
	Volume 3, Distrito Federal e Ter- ritório Federal de Ron- dônia	11
12.02	Indicadores Macro-Econômicos	
	Volume 1, Formação e Distribui- ção da Renda	(12)
	Volume 2, Produto Interno Bruto	(13)
	Volume 3, Renda Per Capita	(14)
12.03	Indicadores Histórico-Culturais	15
13	ASPECTOS FÍSICOS	
13.01	Aspectos Físicos da Região Cen- tro-Oeste	16
14	RECURSOS NATURAIS	
14.01	Cadastro Geral de Ocorrências	
	Volume 1, No Estado de Goiás	17
	Volume 2, No Estado de Mato Grosso	18
	Volume 3, No Território Federal de Rondônia	19
	Volume 4, No Distrito Federal	20
14.02	Notícias Sobre Ocorrências Especí- ficas	21
15	DEMOGRAFIA (Estatísticas)	
15.01	População da Região Centro-Oeste	(22)
16	EMPREGO (Estatísticas)	
16.01	Estrutura e Nível de Emprego	23

(segue)

Publicações Técnicas (continuação)

Código	Título	Nº de Série
16.02	Estrutura Ocupacional da Mão-de-Obra	24
16.03	Estrutura Salarial da Mão-de-Obra ...	25
17	SETOR PRIMÁRIO (Estatísticas)	
17.01	Pesca e Caça (Estatísticas)	26
17.02	Pecuária (Estatísticas)	27
17.03	Agricultura (Estatísticas)	28
17.04	Extrativismo Vegetal (Estatísticas) .	29
18	SETOR SECUNDÁRIO (Estatísticas)	
18.01	Indústria Extrativa Mineral (Estatísticas)	30
18.02	Indústria de Transformação (Estatísticas)	31
18.03	Indústria de Construção Civil (Estatísticas)	32
19	SETOR DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA (Estatísticas)	
19.01	Energia (Estatísticas)	33
19.02	Transporte (Estatísticas)	34
19.03	Comunicação (Estatísticas)	35
19.04	Armazenamento e Abastecimento (Estatísticas)	36
19.05	Comércio (Estatísticas)	37
19.06	Crédito (Estatísticas)	38
19.07	Cooperativismo (Estatísticas)	39
19.08	Intermediários Financeiros (Estatísticas)	40
19.09	Saneamento Básico (Estatísticas)	41

(segue)

Publicações Técnicas (continuação)

Código	Título	Nº de Série
20	SETOR DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL (Estatísticas)	
20.01	Educação (Estatísticas)	42
20.02	Saúde (Estatísticas)	43
20.03	Agências e Equipamentos	44
20.04	Assistência aos Problemas Sociais e Subdesenvolvimento (Estatísticas)	45
20.05	Preservação e Desenvolvimento da Cultura (Estatísticas)	46
20.06	Recursos Humanos (Estatísticas)	47
20.07	Correntes Migratórias e Emigração (Estatísticas)	48
20.08	Colonização (Estatísticas)	49
20.09	Urbanização (Estatísticas)	50
20.10	Hospedagem e Acomodação (Estatísticas)	51
20.11	Turismo (Estatísticas)	52
21	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
21.01	Nível Municipal	53
21.02	Nível Estadual	54
21.03	Nível Federal	55
22	FORMAÇÃO E FUNÇÕES DA REDE URBANA NA REGIÃO CENTRO-OESTE	
22.01	Arquitetura na Região Centro-Oeste ...	56
22.02	Formação da Rede Urbana na Região Centro-Oeste e suas Fases de Expansão	57
22.03	Efeitos da Tecnologia sobre as Cidades da Região Centro-Oeste	58
22.04	Perspectivas e pré-condições para a ocupação da Região Centro-Oeste através da extensão programada da rede urbana na Região	59

(segue)

Publicações Técnicas (continuação)

Código	Título	Nº de Série
23	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
23.01	Estágios da Tecnologia utilizada na economia nas diferentes áreas da Região Centro-Oeste e descrição e caracterização cultural das "técnicas" e "saber" pré-científicos de ação ecológica peculiares às comunidades tradicionais da Região	60
23.02	Domínios e campos objeto de pesquisa fundamental indispensável para caracterizar o potencial econômico do Centro-Oeste	61
23.03	Levantamento dos organismos e instituições atuantes no setor da ciência e tecnologia na Região Centro-Oeste ..	62
23.04	Síntese da produção da ciência e tecnologia (realizada, em realização ou projeto) por setores econômicos e sociais e origem dos investimentos	63
23.05	Gastos, pelos setores públicos e privados, em absorção de tecnologia externa à Região Centro-Oeste nas atividades dos setores econômico-sociais	64
23.06	Investimentos em tecnologia na Região Centro-Oeste e aumento do produto real	65
24	INFORMAÇÕES BÁSICAS DO CENTRO-OESTE	
24.01	Volume 1, Informações Básicas	(66)
24.02	Volume 2, Estatísticas	(67)

(segue)

Linha A2: Planejamento Setorial (PLASE)

Essa linha de Publicações Técnicas tem como função fixar a compreensão dos diferentes setores da realidade da Região Centro-Oeste sob forma de proposições, o quanto possíveis (dado o seu tratamento setorial) operacionais, com vistas à elaboração dos documentos planos de ação do Governo, para o desenvolvimento nacional nessa Região. Os domínios e títulos segundo os quais são sistematizados o resultado desses estudos são os seguintes:

- 34 PARTICIPAÇÃO DO CENTRO-OESTE NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
- 35 EDUCAÇÃO
- 36 SAÚDE E SANEAMENTO
- 37 AGRICULTURA E PECUÁRIA
- 38 COMERCIALIZAÇÃO
- 39 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
- 40 ENERGIA
- 41 RECURSOS NATURAIS
- 42 TRANSPORTE
- 43 COMUNICAÇÕES
- 44 HABITAÇÃO
- 45 TURISMO
- 46 PROGRAMA DE AÇÃO CONCENTRADA (PAC)
- 47 DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE
- 48 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

aplicação ser feita mediante convênio com a Prefeitura Municipal,

II - de 80. (oitenta) a 90 (noventa) por cento na im
plantação do CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, na
Capital do Estado, até R\$ 40.000.000,00 (quaren-
ta milhões de cruzeiros) e o restante em outros
projetos específicos do Governo Estadual.

Decreto nº 1.490, de 30 de maio de 1973:

Art. 3º - O produto da alienação das terras a que se refere o art. 2º será depositada em conta especial, no Banco do Estado de Mato Grosso SA. - BEMAT -, movimentada exclusivamente pelo Governador do Estado e será aplicado :

I -
II -
III -

Por sua vez, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece no seu art. 73 :

"Salvo determinação em contrário, da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo".

Importante o comentário ao texto supra que tecem J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, in "A Lei nº 4.320 Comentada". edição IBAM - 1973 pág. 132, que nos permitimos transcrever :

"Quando o crédito é depositado em dinheiro a favor dos fundos, transforma-se em recurso financeiro efetivo, e, movimentado, cria um patrimônio para o fundo. Des-
tarte, o pensamento é de que o dispositivo refere-se especificamente a saldo de tesouraria. É claro que a lei criadora do fundo poderá determinar que tal saldo seja devolvido ao patrimônio do Governo instituidor, fazendo, anualmente, novas dotações ou extinguindo o fundo. É óbvio, também, que, para ser bem administrado, o fundo precisa de ter seu orçamento próprio, bem

como sua política administrativa racional. Tudo isso leva à conclusão de que o fundo deve, sempre, estar vinculado a uma entidade que o administre. A lei não diz isto expressamente, mas a conclusão parece bastante clara a esse respeito.

"Os saldos de quaisquer fundos especiais, transferidos ou não, devem, portanto, ser demonstrados (salvo se a lei que os instituiu dispuser em contrário), no Balanço Patrimonial, em conta específica destacada das demais contas que representam disponibilidades.

"No entanto, aconselha-se que os recursos desses fundos sejam movimentados em contas bancárias especiais, a fim de evitar confusão e possibilitar melhor controle naquele demonstrativo sob a rubrica "Vinculado em C/C Bancárias".

8. E, na conformidade do § 1º do art. 60 da lei 4.320 de 17/03/64 citada, o empenho se faz desnecessário, bastando a comunicação ao Tesouro do Estado através de Memorandum interno daquele que está incumbido da movimentação da conta. (vide obra citada, pág. 120).

9. Não temos dúvida que o produto da venda das terras do Aripuanã constitui "Fundo Especial", face à Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1972, que criou essa receita específica e ao fazê-lo vinculou-a à realização de determinados objetivos ou serviços, entre eles - "projetos específicos do Governo Estadual". E a Rodovia Pantaneira é um projeto específico do Governo Estadual, razão pela qual não foi, sequer, incluída no Plano Rodoviário do Estado.

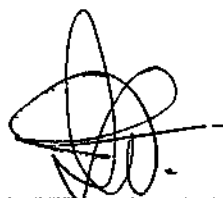
10. Não temos dúvida, também, que o Decreto nº 1.490, de 30 de maio de 1973, ao regulamentar a Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1972, elegeu a CODEMAT como entidade executora da aplicação do fundo que criou, deixando a cargo do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a sua administração e por isso mesmo a responsabilidade da movimentação da Conta Bancária.

O caso em tela, faz-se "de acordo" do Sr. Presidente, é situação de fato, restando a Oia. deixar decorrer toda a licença ou determinar o retorno do funcionário, mediante comunicação por escrito.

Sugerimos, ainda, com a devida permissão e respeito, que o atendimento de tais pedidos seja precedido de parecer da Assessoria, a fim de evitar futuros transtornos.

Salvo melhor juízo, é o nosso entendimento.

Cuiabá, 24 de julho de 1973.



ZORCASTRO C. TEIXEIRA
Ass. Jurídica.

DA : ASSESSORIA JURIDICA

PARA : DIRETOR ADMINISTRATIVO

Trata o presente processo de ofício nº 145/73, da FAMATO, que encaminha a Cia. dois requerimentos (fotocópia) do Engº Agrº. Adauto No gueira Borges, que está a disposição daquele órgão.

Referidos requerimentos, datados de 27 de abril de 1.973 e 22 de junho de 1.973, tratam de " pedido de Licença para tratamento de interesse particular ", o primeiro de prorrogação por mais 60 (sessenta) dias de licença anterior de 6 (seis) meses, e o segundo de nova prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias.

Ambos os requerimentos foram dirigidos ao Presidente da FAMATO tendo obtido o respectivo " de acordo ".

Na concessão do pedido inicial e prorrogações posteriores, não foi ouvida a Assessoria Jurídica desta Cia., a despeito do fato de o referido servidor se encontrar a disposição daquele órgão, mas com vínculo empregatício com a CODEMAT.

Já em caso semelhante, opinávamos contrariamente a tais concessões, não só sob o aspecto legal, como também sob o aspecto do perigo que representam tais exceções, em detrimento do andamento dos serviços da Cia.

Sob o aspecto legal, invocamos a CLT, regime pelo qual o servidor é contratado, que consagra os casos de interrupção e suspensão do contrato de trabalho (art. 472 e 473).

In casu, o pedido do servidor não se enquadra em nenhuma das modalidades ali consagradas.

Quanto ao aspecto de exceção, que é mera concessão da CODEMAT entendemo-la perigosa, uma vez que a generalização de tais licenças acabará por se constituir em regra danosa ao andamento dos serviços .

Desta forma, qualquer servidor a quem se acene com melhor oportunidade em outra empresa, pedirá licença, e, caso o novo emprego não corresponda as expectativas, voltará, simplesmente, a CODEMAT. Esta, no período de licença do servidor terá que contratar um terceiro ou deslocar alguém para exercer as funções do licenciado, com sérios danos a rotina do trabalho.



JUSTIFICATIVAS VISANDO IMPLANTAR UM SISTEMA DE POSTOS DE REHIDRA TAÇÃO EM CUIABÁ.

Considerando que

Cuiabá é uma cidade de clima tropical, com altas médias termométricas especialmente no verão.

Considerando que

Cuiabá apresenta um sistema de infraestrutura bastante precário, com ausência de rede de esgotos, água tratada a apenas um terço da população, insuficiente escoamento pluvial, - péssimo sistema de abate e comercialização da carne, produtos - hortigranjeiros regados com água contaminada.

Considerando que

A presença da intensa migração de pessoal desqualificado, pobre, faminto, poliparasitado, trazendo consigo grande número de crianças.

Considerando que

A impossibilidade física da rede hospitalar atender e hidratar todas as crianças necessitadas de hidratação venosa, principalmente aos menos favorecidos, desprovidos de assistência previdenciária.

Considerando que

A razão fundamental de que distúrbios nutro-digestivos correspondem a 20% da mortalidade geral em Cuiabá, índice alarmante mesmo em regiões muito pobres, associada à presença de coeficientes de mortalidade infantil altos e crescentes.

Considerando que

As resistências ainda encontradas na população de uma cidade que permaneceu secularmente isolada, levando a um estado psicológico de conformismo e resignação.

Considerando que

As experiências de cidades brasileiras dotadas - dos novos problemas e que reduziram acentuadamente o seu índice de mortalidade infantil com a introdução de tal providência.

Considerando que

O custo relativamente insignificante de uma unidade de hidratação, podendo ser instalada em pequeno espaço e utilizando medicação e material altamente acessível e barato.

Considerando que

A preocupação permanente da revolução brasileira visando sobretudo o bem estar do homem, sendo que a saúde é um seu direito inerente à condição humana.

Considerando ainda que um dos índices mais significativos de desenvolvimento é a queda da mortalidade infantil.

Considerando que

Ainda que investimento em saúde além de atender as nossas tradições humanitárias e cristãs é altamente lucrativo, pois a própria ONU reconhece que cada dólar aplicado em saúde rende mais que o seu o mesmo fosse aplicado em rede viária.

Considerando que

Por último, a responsabilidade do Governo perante o povo brasileiro e da possibilidade e viabilidade de Convênios - que barateariam ainda mais este investimento já de preço baixo.

SUGERIMOS:

1. Criação urgente de postos de hidratação em Curitiba, preferencialmente nas áreas populosas e pobres, em que a incidência destes tipos de doenças que levam às desidratações é alta.

2. Localização inicial nos bairros do Coxipó da Ponte, Cidade Alta, Várzea Ana Roupina e no Baú, os mesmos locais de assistência atual ou sugerida para a FUSMAT. Tal medida deve-se à necessidade de descentralização, visando facilitar o acesso da população mais desprovida e assim evitar perdas de dias de serviço aos pais, causa principal do atraso às burocracias de assistência médica.

03)

Buscar realizar convênios com a LBA, visto ser esta ser uma das finalidades daquela instituição. Também pode-se tentar o mesmo com o INPS, visando atender a seus associados.

Os medicamentos, sêrums e mais drogas anti-diarréicas não constituem nenhum problema pois nos chegariam pelo CI ME.

Destinação de numerário, pouca vultosa para tal empreendimento, de profundas vinculações sociais.

Cuiabá, novembro de 1973

Dr. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO
Assessor da Secretaria de -
Saúde

76 cas 7

SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE DE CUIABÁ

1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL

- 1.1 - Cuiabá é uma cidade secular, que sofreu explosão demográfica intensa no último quinquênio, com uma migração crescente. Transformou-se, pela sua situação geográfica na porta de entrada da Amazônia, daqui saindo as rotas de integração Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho verdadeiros caminhos para exploração e colonização do Continente Verde.
- 1.2 - Este fluxo migratório trouxe até nós um crescente número de indivíduos das mais diversas regiões do país, geralmente desnutridos e poliparasitados, transportando à nossa capital e regiões vizinhas doenças de que eram virgens e sobrecarregando por si a rede assistencial existente. Além de foco de disseminação de doenças representa ainda o fluxo migratório, de pessoal na maioria desnutrido e pobre, portanto susceptível a toda gama de enfermidades, um acentuado aumento da porcentagem de indivíduos doentes no contexto da população geral.
- 1.3 - A rapidez de evento e a morosidade de adaptação às novas situações fez com que Cuiabá, que sempre apresentou índices relativamente altos de certas enfermidades passasse a representar importante problema de Saúde Pública, com as mais variadas endemias e com epidemias frequentes e graves como a bem presente epidemia de febre tifóide.
- 1.4 - A ausência de uma infra-estrutura sanitária básica leva a que Cuiabá não tenha uma rede de esgotos em funcionamento, visto que nem a SANEMAT e nem a PREFEITURA se dizem responsáveis pelo atual e precaríssimo sistema, implantado há anos pelo DNOS e que as entidades responsáveis afirmam nem saber onde se localiza.
- 1.5 - Em consequência a cidade é servida por fossas higiênicas, nem sempre convenientemente estabelecidas. O terreno em Cuiabá sendo impermeável não permite a absorção do material depositado e, quando não limpas, deixam com o tempo de exercer a sua função. Cuiabá fica pois a mercê do "esgoto de superfície", ficando nossas ruas, especialmente com chuvas como veículos dos dejectos dos mais diversos. Acrescente-se que grande parte das habitações não possui fossa higiênica e que o preço da limpeza

peza de uma fossa é proibitivo à maioria da população.

1.6 - Cortando o centro da cidade foi feita a canalização parcial do Córrego da Prainha. Naquela diminuta vazão de água despejam-se, por ligações clandestinas, boa parte dos dejectos, funcionando mesmo como principal rede coletora, aberto, com diminuta quantidade d'água, central e canalizado só em parte.

1.7 - O sistema de captação de águas pluviais, insuficiente, antiquado e precário recebe também inúmeras ligações clandestinas de esgotos, funcionando como outro veículo importante de contaminação. A mínima chuva leva Cuiabá a um estado de verdadeira calamidade pública e total intransitabilidade.

1.8 - Segundo declarações do Sr. Prefeito Municipal e do Sr. Governador nem a cidade e nem o Estado têm condições financeiras para se responsabilizar pela solução do problema e Mato Grosso, por motivos muito comentados mas impossíveis de se provar, não conseguiu até hoje entrar no PLANASA.

1.9 - Enquanto isto a rede hospitalar da Capital torna-se insuficiente para receber o afluxo de doentes que aumenta a cada dia. Além disto a falta de um Hospital de Isolamento vem contribuindo de modo decisivo para que os Hospitais Gerais enfrentem problemas quase insolúveis, correndo o risco de se tornarem novos focos de propagação de doenças infecciosas.

1.10 - A assistência oficial é insuficiente porque quase todos os órgãos se designam normativos, não havendo entretanto planejamento conjunto e nem somação de verbas e esforços em busca do bem comum. Há cérebros e material ociosos, vaidades vergonhosamente alimentadas, dificultando-se sobremaneira a equacionamento dos problemas.

1.11 - A assistência médico-odontológica é prestada principalmente pela FUSMAT, INPS, IPEMAT e PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, excluindo-se a rede hospitalar particular.

1.11.1 - A FUSMAT funciona com o seu Centro de Saúde central e mais três Unidades Sanitárias nos bairros populosos e pobres do Baú, Várzea Ana Poupina e Cidade Alta, além de Várzea Grande. Presta serviços médicos, odontológicos, laboratoriais e de medicina preventiva principalmente à classe mais desfavorecida, em dois horários diários, não

a custa de migração desqualificada, aumentam os índices de mortalidade infantil de 1960 para cá (mais de 100/ - 1000 em 1972), de hepatite infecciosa, de meningite meningocócica, de toxoplasmose (inúmeros casos em 1973) de malária (20,8% das lâminas pesquisadas na FUSMAT), de febre tifoide (cerca de 1.400 reações de Widal positivas em 1973 até setembro).

- Índices alarmantes de gastro-enterite (cerca de 20% da mortalidade geral) comprovam as precárias condições sócio-econômicas e sanitárias locais. Significativa incidência de sífilis (238 casos em 6 meses verificados por VDRL de janeiro a junho/73 no laboratório da FUSMAT) e de tuberculose pulmonar (11,8% de positividade nos exames de escarro feitos em igual período na FUSMAT) são dados altamente significativos.
- Exames parasitológicos realizados no Centro de Saúde da FUSMAT constata nos 6 meses iniciais de 1973, - 1.071 casos de ascaridíase, 418 de amebíase histolítica, 418 de ancilostomíase, 299 de giardíase, 291 de tricocefalíase em 3.327 exames realizados.

1.13 - A rede de distribuição de água de Cuiabá é bastante reduzida, localizando-se na área central, embora trabalhos venham sendo realizados pela SANEMAT no sentido da sua ampliação.

- Segundo dados da SANEMAT a mesma trata integral e diariamente 29 milhões de litros d'água na Nova Estação e parcialmente 5 milhões na Velha Estação. A dosagem de cloro e de sulfato de alumínio é de uma grama por metro cúbico.
- No que concerne à ligações domiciliares a SANEMAT aumentou-a no atual governo em 35%. Inclusive, com registros e hidrômetros.
- A firma Guandu Engenheiros Associados Ltda. em 1968 executou planejamento de redes e ligações hidráulicas que segundo relatório da SANEMAT foi muito pouco executado por ser dispendioso, pois previa circuitos abastecedores para a população de 1990, exigindo tubulações de grande diâmetro. O projeto foi alterado e alguns ramos dos anéis e dos circuitos principais foram iniciados com diâmetros bem inferiores, sem no entanto haver concluído nenhum. Essas alterações foram feitas sem o estudo das suas consequências sobre o todo restante do sistema (alterações de vazões, depressões, velocidades) - (dados de relatório interno da SANEMAT)

havendo número prévio de consultas estipulado. É Claro, que pelo volume do serviço e pela baixa remuneração a assistência não pode ser de alto nível, mas é contínua e interessada. Funcionam em sentido permanente postos de vacinação nas Unidades Sanitárias e Centro de Saúde, que é dotado ainda de Serviço de Lepra e de Serviço de Tuberculose, inclusive com cadastro torácico. Mantém um Hospital Psiquiátrico e um Sanatório de Tuberculosos.

1.11.2-Como em quase todo o país, funciona mal o INPS porque tem número limitado de consultas e os credenciamentos médicos estão fechados numa cidade em explosão populacional. Houve este ano substancial cercamento no atendimento do associado porque foram reduzidos os números de consultas e paralizados os credenciamentos. As filas para obtenção de fichas de consultas se iniciam nas primeiras horas da madrugada e muitos saem enfermos e sem poderem ser assistidos. Os médicos não tem culpa de tal evento e são até vítimas do sistema que os obriga a uma medicina deturpada e profundamente mal remunerada.

1.11.3-Funciona bem o Pronto Socorro Municipal, mesmo com as inúmeras dificuldades de recursos, prestando inestimáveis serviços à população nas vinte e quatro horas do dia.

1.11.4-Existem outras entidades como o IPEMAT, SESC, SENAC, LBA, SESP, DFS e alguns mais com atendimento restrito a setores menores da população ou funcionamento apenas normativamente.

1.11.5-Cuiabá possui apenas três hospitais, sendo que somente o Hospital Geral possui aparelhagem de Raios-X completa. Existem ainda doze laboratórios de análises clínicas e mais um consultório de Radiologia. Segundo estimativa do C.R.M.M.T. exercem a profissão no complexo Cuiabá-Várzea Grande um número de médicos oscilando entre 60 e 70, não sendo possível afirmar o número exato. Na verdade a cidade possui número bastante maior de profissionais, mas há evasão da profissão por aposentadoria, opção por outras atividades especialmente a pecuária e pelo elevado número de médicos na administração pública.

1.11.6-O município bigeminado de Várzea Grande não possui hospital, localizando-se lá apenas uma Policlínica particular, sem internamento.

1.12 - Com os recursos existentes e pelos fatores de infra-estrutura precária e explosão demográfica, principalmente

Elenco de providências urgentes: Saúde e Saneamento

1. Saúde

- 1.1- Construção de um Hospital de Isolamento em Cuiabá, com mínimo de 150 lotes, visando ao atendimento especializado das doenças infecto-contagiosas e evitando que os hospitais gerais sejam obrigados a receber doentes que colocuem em risco a segurança dos outros enfermos.
A respeito, como assessor do Secretário de Saúde mantive mos contato com o mesmo no sentido da elaboração urgente de justificativas que determinem ao Governo do Estado destinar verbas específicas para tal. Estamos fazendo o arrazoado e o levarêmos ao Sr. Secretário nos próximos dias.
- 1.2- Ampliação da rede assistencial da FUSMAT com a criação da Unidade Sanitária do Coxipó da Ponte, distrito já englobado pelo crescimento da cidade, um dos polos de crescimento populacional e atualmente sem nenhuma assistência, inclusive sem médicos residindo na área.
- 1.3- Postos de Hidratação nos bairros mais pobres e populosos, que poderiam inclusive ser anexos às Unidades Sanitárias, subvencionadas pela LBA e outros órgãos. Cuiabá sendo propícia aos distúrbios nutro-digestivos pelo seu clima, suas condições nutricionais e de infra-estrutura, perde a nosso ver número preciso de vidas pela falta destes postos de internação rápida e urgente e, de funcionamento barato. Tais unidades dispensariam grandes inversões de capital já que se necessita bem pouco para o bom andamento de um serviço de tal porte.
- 1.4- Realizar anualmente multi-vacinação segundo os métodos atuais bastante rápidos e eficientes. Entrar em entendimento com o DFS no sentido de se ter sempre em mãos a vacina contra poliomielite, sanando um problema crucial que é a ausência desta vacina na maior parte dos dias do ano. Cuidar para que sejam frequentes e contínuos os fornecimentos das outras vacinas para que nunca a cidade fique despreparada no atendimento de Medicina Preventiva.
- 1.5- Já se justifica pela grande difusão das doenças venéreas em nosso meio a criação de um ambulatório para tratamento das mesmas.
- 1.6- Criação do novo Pronto Socorro Municipal, visto que o mesmo sendo atualmente eficiente é pequeno e inapropriado à atender a população presente e futura da região. Já está elaborado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá um novo e moderno hospital, dotado de todos os recursos modernos, inclusive CTI, devendo estar em funcionamento até o

final da gestão Villanova Torres.

- 1.7 - Envidar esforços no sentido de obter junto ao INPS uma melhoria acentuada do seu serviço, tanto pela criação de Postos de Atendimentos nos bairros populares e distantes, como permitindo-se novos credenciamentos (principalmente no setor da maternidade e infância) e aumentando-se o número de consultas, política essa bem mais condizente com as necessidades urgentes de crescimento e segurança de Cuiabá. Não se compreende, sabendo-se que dinheiro investido em Saúde é altamente lucrativo, como se deseje fazer economia e restrições de gastos exatamente num setor tão vital.
- 1.8 - Dar-se total ênfase à Medicina Preventiva, seja esgotando-se todos os seus recursos seja pela realização de palestras, conferências, faixas, uso integral dos meios de divulgação (jornal, rádio, televisão). Torna-se incompreensível que numa área de tão pouca cultura desprezem-se os meios de propaganda exatamente onde a sua sugestibilidade seria capaz de atingir o maior nível.
- 1.9 - Estimular a fixação de pessoal para-médico, de nível médio e superior no complexo Cuiabá-Várzea Grande, seja valorizando-a financeiramente, seja subvencionando-se ou criando-se Escolas para tal. Uma vez existindo pessoal qualificado, impedir legalmente que pessoas não habilitadas tenham funções de responsabilidade em organismos estatais ou particulares. Torna-se necessário eliminar o estranho vício de se transformar a copeira ou atendente em enfermeira simplesmente porque tem tempo de casa ou porque é "boazinha e jeitosa". Muitas vidas já se escoram por esse mecanismo.
- 1.10 - Uma eficiente fiscalização sanitária, principalmente no setor horti-granjeiro, evitando-se que a população se infecte por produtos regados por águas poluídas, fato corriqueiro e por nós verificado nas hortas de Cuiabá e Várzea Grande. Rigorosa fiscalização na distribuição, no tratamento e na comercialização do leite. Especial preocupação com o abate e a comercialização da carne, até hoje realizado por métodos primitivos, livremente, sem nenhuma norma de higiene. Procurar criar matadouro central, carros frigoríficos de distribuição e fiscalizar rigorosamente as condições higiênicas da rede de comercialização.
- 1.11 - Criar-se, talvez pela UFMT um laboratório de pesquisas epidemiológicas que funcionaria também como suporte pa-

ra todas as campanhas de Saúde Pública regional.

1.12- Estudar meios no sentido da criação de um Hospital Geral em Várzea Grande, cidade industrial, com arrecadação prevista para cinco ou mais vezes a de Cuiabá, que vem no presente e virá ainda mais no futuro sobrecarregando a rede Hospitalar da Capital.

1.13- Readaptar e colocar em funcionamento o Hospital do Câncer de Cuiabá.

1.14- Principalmente somar esforços, superar susceptibilidades no sentido de usar-se integralmente todo material humano e físico existente, estruturando-se um Plano de Saúde Integrado, em íntima vinculação com os setores da Viação e da Educação, de preferência pluri-anual, no qual teriam participação todos os órgãos responsáveis sediados em Cuiabá e Várzea Grande. Este plano deve ser cientificamente elaborado, tendo como responsáveis técnicos de Saúde Pública e não políticos. Uma vez elaborado deveria ser plástico para que pudesse suportar novas variações ocasional e provavelmente nascentes. Para isso deveria ter um executor permanente, também técnico, bem remunerado, independente de injunções político-partidárias.

2. Saneamento.

2.1 - O principal problema de Cuiabá é a falta de uma infraestrutura básica condizem com a sua condição de Capital e de importante pólo de desenvolvimento. Esta afirmativa é reconhecida por todas autoridades municipais e estaduais todas ciosas das suas responsabilidades mas que não têm, entretanto, condições de solucioná-lo por absoluta e total falta de recursos materiais.

2.2 - Foi criada a SANEMAT, Cia. de Saneamento de Mato Grosso que não conseguiu entrar até hoje no PLANASA, Plano Nacional de Saneamento porque ao que parece tem sido considerado como empresa mal dirigida, não tendo saldado compromissos no governo anterior e estando ainda em recuperação no atual governo. Além disto o PLANASA exige que lhe sejam entregues 80% da Area Urbana, e Campo Grande e Tres Lagoas se negam a transferir seus serviços à Sanemat.

2.3 - Por estes motivos não tem conseguido, apesar de constantes esforços, obter financiamentos razoáveis. Acresce-se que a rarefação demográfica de Cuiabá encarece sobremodo seus serviços, tornando-o muitas vezes impossíveis de serem realizados com recursos próprios.

2.4 - No estágio atual tem a SANEMAT procurado remediar a ca-

rência atual de água tratada e a sua distribuição, mas o faz com poucos recursos, tendo que se utilizar de métodos provisórios pois não possui condições de executar um plano, já elaborado, com projeções para o futuro crescimento da cidade.

- 2.5 - Não há meios, a nosso ver, com os recursos atuais de se enfrentar o problema de saneamento em CUIABÁ. Somente com Mato Grosso no PLANASA ou com a obtenção de um outro tipo de assistência técnico-financeira.

Soubemos estar o Estado em adiantado entendimento com organismos internacionais no sentido de obter, em condições condizentes com os seus interesses, recursos e assistência especializada para atacar o problema crucial do saneamento.

- 2.6 - Creio não nos caber traçar medidas urgentes ou a longo prazo na situação atual. Segundo conceituação do próprio PLANASA não há meios urgentes de saneamento, obra sempre lenta e demorada. E a longo prazo já existem projetos para a rede de esgotos, distribuição e tratamento de água, e escoamento pluvial. Falta apenas descobrir-se quais os fatores reais que estão nos afastando do PLANASA, pois estamos nos tornando caso único no País, batendo récor-des negativos, com totais prejuízos para nosso conceito, nossa estabilidade política, enfim, para nossa economia e para nossa segurança.

(Contribuição do estagiário Arthur Octávio Monteiro à tese do seu grupo na ADESG de Cuiabá: Desenvolvimento de Cuiabá nesta década: Um desafio a ser enfrentado com realismo e vontade. Enfocar os graves problemas acarretados à sua infra-estrutura. Formular elenco de providências urgentes e a longo prazo para solucioná-la - - Grupo F.).

Cuiabá, novembro de 1.973.

Assinado Secret.

EXEMPLO DO LEVANTAMENTO FEITO 3789
SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
DADOS ESTATÍSTICOS
AS UNIDADES DO ESTADO *Ceplam*

DADOS DA FUSMAT	CUIABÁ - CENTRO - JANEIRO - JUNHO - 1973						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Dias de Trabalho	21	20	19	19	21	18	99
Número Consultas Médicas	1802	1706	1949	2011	1834	1640	10 942
Número de Médicos	13	14	13	12	14	12	13 (Média)
Média Diária	90,1%	85,3%	102,5%	105,8%	87,3%	91,1%	93,6%
Média por Médico	6,9	5,6	7,8	8,8	6,1	7,3	7,08
Número de Consultas Dentárias	365	521	452	410	355	478	430,16
Número de Dentistas	5	5	5	3	3	4	4,16
Média Diária	17,4	25,5	23,7	21,5	16,9	26,5	21,91
Média por Dentista	3,4	5,1	4,7	7,1	5,6	6,6	5,41
NOTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS:							
Coqueluche	-	7	-	1	2	1	11
Sífilis	28	26	22	37	22	18	153
Blenorragia	6	8	8	7	4	1	34
Linfogranuloma Venéreo	3	1	10	1	1	1	17
Câncer Mole	6	2	4	4	1	1	18
Febre Tifoide	-	-	-	-	14	302	316
Malária	-	-	1	-	-	-	1

Cont.

DADOS DA FUSMAT	CUIABÁ - CENTRO - JANEIRO - JUNHO - 1973						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	TOTAL
Gripe Epidêmica	-	-	62	-	-	-	62
Cachumba	-	-	1	-	-	-	1
PROVAS TUBERCULÍNICAS:	926	936	138	570	-	-	2570
Reativas:	128	78	59	67	-	-	332
VACINAÇÃO:							
Tétano	94	73	108	-	58	106	439
Diftéria	64	63	81	-	60	95	363
Coqueluche	64	63	81	-	60	95	363
Varíola	-	6 176	2 326	-	582	619	9 703
Febre Tifoide	-	-	-	-	-	18 792	18 792
Tuberculose (B.C.G.)	21	17	23	-	32	29	122
Sarampo	8	5	7	-	-	-	20
Poliomielite	28	75	-	-	3	71	177
Gripe Epidêmica	-	-	706	-	-	-	706
ATENDIMENTOS MÉDICOS:							
Gestantes	216	162	187	235	218	189	1 207
Puérperas	11	7	5	11	11	3	48
							Cont.

DADOS DA FUSMAT	CUIABÁ - CENTRO - JANEIRO - JUNHO - 1973						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Menores - 1 ano	102	100	153	153	179	69	756
1 - 4 anos	278	187	341	368	445	96	1 715
5 -14 anos	228	222	318	273	288	234	1 563
Adultos	618	577	631	719	767	653	3 965
<u>EXAMES FEZES:</u>	531	471	491	784	611	439	3 327
Ancilóstomos	64	29	39	53	64	69	318
E. Mansonii	-	-	-	-	-	-	-
Ascaris Lumbricoides	186	143	150	271	184	137	1 071
Entamoeba Histolítica.....	41	46	76	127	84	44	418
Giardia Lamblia	42	39	46	65	74	33	299
Trichocephalus	49	40	23	82	43	54	291
Strongyloides	45	35	43	51	-	40	214
<u>PESQUISA PLASMODIUM:</u>	13	24	12	12	10	15	86
Vivax	3	10	1	-	4	-	16
Falciparum	-	-	-	-	2	-	2
Malariae	-	-	-	-	-	-	-

DADOS DA FUMAT	CUIABÁ - CENTRO - JANEIRO - JUNHO - 1 973						TOTAL
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
V.D.R.L.....	2 414	2 403	1 244	1 681	1 352	1 270	10 364
Positivas	35	54	45	48	27	29	238
Pesquisa BAAR (Escarro)	378	242	190	231	304	324	1 669
Positivas	51	27	28	25	33	26	190
Pesquisa BAAR (Muco Nasal)	-	3 671	1 610	1 759	1 467	1 062	9 569
Positivas	-	-	-	-	-	-	-
Widal	-	-	-	-	-	782	782
Positivas	-	-	-	-	-	302	302
Sulho - Agosto - Setembro						62	<u>364</u>

Cuiabá, agosto de 1 973.


Dr. Arthur Octavio Monteiro

CURRICULUM VITAE

1.- DADOS PESSOAIS

- 1.1.- nome: ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO
- 1.2.- local de nascimento: Visconde do Rio Branco - M.G.-
- 1.3.- data de nascimento: 23/02/1.938
- 1.4.- filiação: Guilherme Monteiro (advogado) e
Maria José Costa Monteiro
- 1.5.- estado civil: solteiro
- 1.6.- profissão: Médico
- 1.7.- entidade proponente: CODEMAT
- 1.8.- cargo que exerce: Médico à disposição da FUSMAT
- 1.9.- cargos que exerce em outras entidades ou setores de atividade:
Médico pediatra com consultório no novo Hos-
pital Pediátrico da Santa Casa
- 1.10.- Endereço e telefones:
 - 1.10.1.- Profissional - Hospital Pediátrico da Santa Casa
 - 1.10.2.- Consultório - " " " " "
 - 1.10.3.- Residencial - Estevão de Mendonça, 861 - Tel: 4281

2.- NÍVEL DE FORMAÇÃO

- 2.1.- curso secundário : Colégio Santo Antônio de Belo Horizonte,
1º lugar da turma
- 2.2.- curso superior: Faculdade de medicina da Universidade Fede-
ral de Minas Gerais, 1º lugar da turma
- 2.3.- cursos técnicos: Pós-graduação em Pediatria - Estágios de Pe-
rito e Perito Acidente Trabalho (INPS)
CURSO DA ADESG — GUIA AF-MT.

3.- CARGOS, COMISSÕES OU ATIVIDADES IMPORTANTES QUE EXERCEU

- 3.1.- Estagiário do SAMDU por concurso (1º lugar) - 1.961
- 3.2.- Professor - Assistente da Faculdade de Medicina da Universida-
de Federal de Minas Gerais em 1.962, 1.963 e 1.964
- 3.3.- Médico Perito e Médico Perito do Acidente de Trabalho
(INPS - 1.964, 1.973 -)
- 3.4.- Médico Pediatra credenciado pelo INPS (1.965 - 1.973)
- 3.5.- Berçarista, Planejador e Executor do Posto de Puericultura de
Visconde do Rio Branco
- 3.6.- Responsável pela assistência e execução do Plano de Saúde do
Município de V. do Rio Branco

- 3.7.- Chefe do serviço de Pediatria de 1.965 até 1.973 do Hospital Infantil e Posto de Puericultura da Associação Beneficente São João Batista, em Minas Gerais.
- 3.8.- Chefe de Assistência Médica da Associação Rural e dos Plantadores de cana de 1.965 a 1.973
- 3.9.- Coordenador do Plano Regional de Saneamento e Medicina Preventiva (zona da Mata Mineira) - 1.973
- 3.10.- Professor Titular da cadeira de Biologia do Colégio Municipal Rio Branco
- 3.11.- Professor de Química e Biologia no Colégio Estadual de Minas Gerais
- 3.12.- Diretor clínico da Associação Beneficente São João Batista em 1.970, 1.971, 1.972 e 1.973 até 30 de maio
- 3.13.- Médico especialista pediatria, por concurso (1º lugar), tendo exercido as funções de encarregado de Puericultura e Saneamento pediátrico da Secretaria de Estado da Saúde (M.G.)
- 3.14.- Médico, por indicação da 4ª região Militar (Juiz de Fora) do Tiro de Guerra 097 - 1.970, 1.972 e 1.973

4.- TÍTULOS HONORÍFICOS

- 4.1.- Parainfo desde 1.965 a 1.972 das turmas do Colégio Municipal Rio Branco (Minas Gerais)
- 4.2.- Professor do ano, por eleição em 1.966, 1.967, 1.968, 1.969, 1.971 e 1.972 do referido colégio
- 4.3.- Parainfo do Colégio Estadual em 1.968, 1.970, 1.971 - convidado para parainfo das turmas de 1.973
- 4.4.- Título de especialista em pediatria conferido pelas Associação Médica Brasileira e Sociedade Brasileira de Pediatria

5.- CONDECORAÇÕES

- 5.1.- Medalha Alfredo Balena conferida pelo Diretório Acadêmico Alfredo Balena (1º lugar Curso Médico)
- 5.2.- Medalha Cinquentenário Faculdade de Medicina (1º aluno)
- 5.3.- Medalha Frei Bertrando Von't Breukelen (1º lugar Colégio Santo Antônio)

6.- LIVROS E TRABALHOS PUBLICADOS

- 6.1.- Co- Tradutor do Compêndio Gardner's Human Anatomy
- 6.2.- Co- Autor de vários trabalhos das equipes pediátricas em que trabalhou
- 6.3.- Saúde e Saneamento em Meio Grosso - Elementos de fisiologia vegetal e a locação fraco, visão do solo brasileiro.

3.2.

7.- ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES IMPORTANTES A QUE PERTENCE

- 7.1.- Associação Médica Brasileira
- 7.2.- Associação Médica de Minas Gerais
- 7.3.- Sociedade Mineira de Pediatria (membro efetivo)
- 7.4.- Sociedade Brasileira de Pediatria (membro efetivo)
- 7.5.- Sociedade Matogrossense de Pediatria
- 7.6. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra -

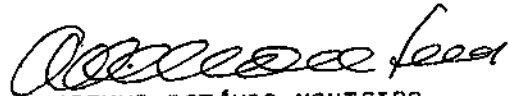
8.- CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS

	LÊ	TRADUZ	FALA
Inglês	+	+	+
Francês	+	+	-
Espanhol	+	+	+
Italiano	+	+	-

9.- DADOS DE IMPORTÂNCIA:

9.1. MÉDICO COORDENADOR DO PROJETO RONDON - 1969 - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUÍZ DE FORA.

9.2. MÉDICO DA CODEMAT (C.O.D. DESENVOLVIMENTO MATO GROSSO) A. A. B. P.
C.O. DA FUSMAT RESPONSÁVEL PLANO SAÚDE DO ESTADO MATO GROSSO
Cuiabá/MT., 27 de Julho de 1.973


DR. ARTHUR OCTÁVIO MONTEIRO

RELACÃO DOS MAQUINÁRIOS DA BUDECO ENTREGUE A CODEMAT - AR 1:

1ª ENTREGA

DATA: 06/06/74

LOCAL: Pátio da Sadin

LOCAL DA GARAGEM ONDE FICARÁ GUARDADO ATÉ 2ª ORDEM.

Associação Atlética da CODEMAT - Varzea Grande (MT).

MAQUINAS DE PNEUS;

Nº 1

Motor nº 344.919/019 (série) 015.552.

Série do Trator 107.479

Bomba Injetora nº

Modelo - 1105

Tipo - CRT 352

Nota Fiscal nº 0128 da Brasília Tratores e Equipamentos LTDA de 05/06/74.

Nota de empenho da SUDECO 0470/74

Valor - R\$ 60.853,00

Nº 2

Motor nº 344.919/019 (série) 015.894

Série do Trator 107.404

Bomba Injetora nº 924.222.9

Modelo - 1105

Tipo - CRT

Nota Fiscal nº 0129 da Brasília Tratores e Equipamentos LTDA de 05/06/74.

Nota de empenho da SUDECO 470/74

Valor - R\$ 60.853,00

Nº 3

Motor nº 344.919/019 (série) 015.571

Série do Trator 107.495

Bomba Injetora nº 425.0191

Modelo - 1105

Tipo - XBT

Nota Fiscal nº 0130 da Brasília Tratores e Equipamentos LTDA de 05/06/74.

Nota de Empenho da SUDECO 0470/74

Valor - R\$ 60.853,00

Av. Presidente Vargas, 1208
Fones 3363 - 3733
Cuiabá - MT.

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT
ICGC 03474.053



COMUNICAÇÃO INTERNA

DE Assessoria Jurídica	PARA Diretor Presidente	REF. AEC.	DATA 13/12/73	N. da CI 03/62/73
------------------------	-------------------------	-----------	---------------	-------------------

ASSUNTO: Encaminhamento (faz)

Com esta encaminho a V.Sa cópia do decreto federal nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, que regulamenta as licitações e os contratos relativos a obras e serviços de engenharia, e dá outras providências.

Igual remessa estamos fazendo a todos os Setores da Cia, visto que a norma será inteiramente aplicada a partir de janeiro de 1974.

Atenciosamente

B. Flaviano de Souza

Assessor Jurídico

ENVIADA POR:
B.Flaviano de Souza

DESTINADA A:
Dr.Gabriel J.M. Müller

RECEBIDA:
EM:

DECRETO Nº 73.140 - DE 9 DE NOVEMBRO DE 1973

REGULAMENTA AS LICITAÇÕES E OS CONTRATOS, RE-
LATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROT.

PROC.

/ /

DIRETOR PRESIDENTE

PARECER TÉCNICO PARA AQUISIÇÃO DAS UNIDADES DE PERFURAÇÃO DA ROMÊNIA



C O D E M A T

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Cuiabá, 14 de maio de 1973

De : Setor de Geologia

Para : Diretor Técnico

Assunto: Parecer Técnico para consideração da Diretoria da CODEMAT

Handwritten note:
Visto
19/5/73
F. J. S.

Senhores Diretores

Em referência a CI nº 19/73, de 04/04/73, que solicita uma opinião sobre o problema de aquisição de 6 unidades de sondas da Romênia e estudar a viabilidade de sua utilização, temos o honra de informar a V.Sã. o seguinte:

1) Apesar dos documentos entregues que dão especificações da sonda e do equipamento complementar, os mesmos não apresentam detalhes suficientes para se ter uma noção completa do equipamento, ainda que sendo de fabricação estrangeira.

2) Trata-se de unidades de perfuração de poços de água e trabalhos similares, com um sistema combinado de perfuração rotativa e percussão, de marca Nova-Variant FA-12 PR - Autotransportado, tendo capacidade de perfurar até 250 metros, com furos de 600 mm. de diâmetro, pelo sistema de percussão e até 400 mts. com furos de 190 mm de diâmetro pelo sistema rotativo.

3) O contrato MC-1/68, assinado em 19/01/68, reza a aquisição de 6 instalações FA-12 PR e de 6 conjuntos de peças sobressalentes destinados para dois anos de operação normal das unidades e ainda 6 conjuntos de ferramentas para as referidas unidades.

Ainda, conforme cláusula 4ª do contrato o vendedor (Industrial Export) enviará ao Brasil um Engenheiro e 2 (dois) técnicos para um período de 4 meses e o Estado enviará à Romênia, também 1 (hum) Engenheiro e 2 (dois) técnicos para estagiarem durante um período de 30 (trinta) dias.

-segue-

02)

4) O preço total das unidades e dos conjuntos de peças dos conjuntos de ferramentas será de R\$-831.126,24 (Oitocentos e trinta e um mil, cento e vinte e seis cruzeiros e vinte e quatro centavos) FOB, dividido na seguinte ordem:

6 unidades FA-12 PR	US\$ 378.277,80
	= R\$ 2.292.363,46
6 conjuntos de peças sobressalentes . .	US\$ 96.280,98
	= R\$ 583.462,73
6 conjuntos de ferramentas	US\$ 356.567,46
	= R\$ 2.160.798,80
TOTAL	US\$ 831.126,24
	= R\$ 5.036.624,99

(Cinco milhões, trinta e seis mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e noventa e nove centavos).

5) Conforme o orçamento da Firma M. Campos-Comissaria do Despacho Limitada de São Paulo as despesas de importação das unidades e equipamentos, será de R\$ 844.642,34 (Oitocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois cruzeiros e trinta e quatro centavos). Devo-se estimar em mais R\$-200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), aproximadamente, outras despesas eventuais que poderão aparecer até que as unidades sejam colocadas em operação.

6) O custo das unidades, equipamentos complementares e de transporte e taxas será de R\$-5.081.267,33 (Seis milhões, oitenta e um mil, duzentos e sessenta e sete cruzeiros e trinta e três centavos), sendo que o pagamento das máquinas e acessórios será feita da seguinte maneira:

10% do valor total	a 12 meses após a data da entrega
10% do valor total	a 24 meses após a data da entrega
10% do valor total	a 36 meses após a data da entrega
14% do valor total	a 48 meses após a data da entrega
14% do valor total	a 60 meses após a data da entrega
14% do valor total	a 72 meses após a data da entrega
14% do valor total	a 84 meses após a data da entrega
14% do valor total	a 96 meses após a data da entrega

-segue-

6) As unidades semelhantes de fabricação nacional custam uma média de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil cruzeiros) com equipamento completo não levando em consideração o conjunto de peças sobressalentes para dois anos de operação normal, que podem atingir um custo aproximado de R\$ 150.00 (cem e cinquenta cruzeiros).

O custo total de aquisição de 6 unidades nacionais similares e na igualdade de condições custariam R\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

7) O custo da aquisição das unidades Romanas é financiado em 8 anos, sendo a primeira parcela de 10% do custo total, pagável após 12 meses da entrega.

8) A aquisição de unidades nacionais também pode ser financiada por agências financiadoras do País. (FINAME etc.).

9) As unidades adquiridas na Romênia podem desempenhar as funções de perfuração de poços artesianos e semi-artesianos e sondagem de prospecção na estimativa das reservas minerais dentro do Estado.

10) 63 dos 84 municípios do Estado não tem qualquer sistema de distribuição de água potável e apenas uma dúzia deles tem um sistema eficaz de distribuição.

Baseado no pensamento que água de poço profundo para consumo da população continua sendo a melhor solução, calculando uma média de 3 poços de 100 metros de profundidade por município, teremos 18.900 metros a perfurar para solucionar o problema de água potável dentro do Estado.

A média de perfuração por unidade de 100 metros mensais, no caso de 6 unidades será de 600 metros mensais, perfazendo um total de aproximadamente 32 meses para perfuração de 18.900 metros, ou efetivamente 40 meses, para uma completa execução do trabalho, levando em consideração o tempo parado em reparos e mudanças.

11) A CODEMAT já assinou um convênio com o DNOS, para perfuração de 35 poços e está acertada a assinatura de outro convênio do mesmo número de poços para o próximo ano, nos vinte (20) municípios do Estado, o valor total dos dois (2) convênios comportam em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros). Tanto o DNOS como a SUDECO, que através do PLANASA, destinam verbas orçamentárias anualmente abrangendo cada vez mais municípios para instalação de sistemas de água potável. Pode-se prever que o financiamento através dos órgãos federais abrangerá todos os municípios do Estado, nos próximos anos neste setor.

CODEMAT - POSIÇÃO DE VERBA
ESTRADA DE INTEGRAÇÃO DO PANTANAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1.973	2.400.000,00
Saldo do ano de 1.972	568.000,00
VERBA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	<u>2.700.000,00 (+)</u>
S O M A	5.668.000,00
CORTE DE VERBA	<u>568.000,00</u>
TOTAL DA VERBA	5.100.000,00

~~(a) A SERPLAN está providenciando a suplementação da verba da Pantaneira~~
correspondente a importância recebida do Ministério do Planejamento.

DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES DA VERBA DA PANTANEIRA
COM RECURSOS DO ESTADO

<u>MÊS</u>	<u>VERBA</u>	<u>LIBERAÇÃO</u>	<u>SALDO DO MÊS</u>	<u>SALDO ACUMULADO</u>
JANEIRO	200.000,00	140.000,00	60.000,00	60.000,00
FEVEREIRO	200.000,00	285.000,00	(85.000,00)	(25.000,00)
MARÇO	200.000,00	155.712,18	44.287,82	19.287,82
ABRIL	200.000,00	225.032,34	(25.032,34)	(5.744,52)
MAIO	200.000,00	252.846,88	(52.846,88)	(58.591,40)
JUNHO	200.000,00	-	200.000,00	141.408,60
JULHO	200.000,00	99.037,00	100.963,00	242.371,60
AGOSTO	200.000,00	205.842,00	(5.842,00)	236.529,60
SETEMBRO	200.000,00	5.842,00	194.158,00	430.687,60
OUTUBRO	200.000,00	-	200.000,00	630.687,60
NOVEMBRO	200.000,00	-	200.000,00	830.687,60
DEZEMBRO	200.000,00	-	200.000,00	1.030.687,60
T O T A L	2.400.000,00	1.369.312,40		

- segue -

R E S U M O

RECURSOS A RECEBER DO ESTADO	1.030.687,60
RECURSOS RECEBIDOS DO ESTADO	1.369.312,40
RECURSOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DO PLANE- JAMENTO	<u>2.700.000,00</u>
T O T A L	<u><u>5.100.000,00</u></u>

O saldo da verba de R\$ 1.030.687,60 solicitado pela CODEMAT poderá ser utilizado com recursos de venda de Terras no Município de Aripuanã.

Estes recursos foram depositados em conta Especial no Banco do Estado de Mato Grosso S.A. - BEMAT, movimentada exclusivamente pelo - Governador do Estado e serão aplicados:

- I.- de 10 (dez) a 20 (vinte) por cento na implantação de obras de infra estrutura no Município de Aripuanã, podendo a aplicação ser feita em convênio com a Prefeitura Municipal;
- II.- Os convênios de que trata o inciso I serão feitos com a CODEMAT;
- III.- de 80 (oitenta) a 90 (noventa) por cento na implantação do Centro Político Administrativo na Capital do Estado, até R\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de cruzeiros) e o restante em outras propostas específicas do Governo Estadual (Decreto nº 1.490 de 30/05/1.973).



DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ MANOEL FONTANILLAS FRAGELLI

ANO LXXVI — CUIABÁ,

QUINTA FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1972 — Nº 16.260

Atos do Poder Legislativo

(*) - LEI Nº 3307 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1972.

Reserva e transfere à CODEMAT — Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, terras devolutas no município de Aripuanã e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º — Ficam reservadas à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), as terras devolutas situadas no município de Aripuanã, excluídas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã, criado pelo Decreto Federal nº 64.860, de 23 de julho de 1969 e os aldeamentos permanentes de índios, acaso existentes

Artigo 2º — As terras reservadas e transferidas à CODEMAT, observadas as normas da legislação federal específica, serão destinadas:

- a fundação de colônias agrícolas;
- II — à alienação para Companhias de Colonização, para fins exclusivos de colonização.
- III — à alienação para implantação de projetos agro-pecuários ou industriais aprovados pela SUDAM e financiados por incentivos fiscais.

Artigo 3º — O preço de alienação das terras nos casos previstos no incisos II e III do artigo anterior nunca será inferior a Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) por hectare.

Artigo 4º — O produto da alienação das terras será aplicado:

I — de 10 (dez) a 20 (vinte) por cento na implantação de obras de infraestrutura no município de Aripuanã, podendo a aplicação ser feita mediante Convênio com a Prefeitura Municipal.

II — de 80 (oitenta) a 90 (noventa) por cento na implantação do CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, na Capital do Estado, até 1.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), e o restante em outros projetos específicos do Governo estadual.

Artigo 5º — Fica o Poder Executivo autorizado alienar inicialmente, uma área de 2.000.000 (dois milhões) de hectares, para os fins previstos nesta

Artigo 6º — As licitações para alienação das

terras de que trata esta lei, serão realizadas sempre nos dias 15 e 30 de cada mês.

Artigo 7º — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar, mediante Decreto, normas reguladoras da presente Lei.

Artigo 8º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 18 de dezembro de 1972, 151º da Independência e 84º da República.

JOSÉ M. F. FRAGELLI

SALOMÃO FRANCISCO AMARAL

SEBASTIÃO AROLD O KASTRUP

PAULO COELHO MACHADO

ERNESTO VARGAS BAPTISTA

OCTAVIO DE OLIVEIRA

JOÃO AUGUSTO CORRÊA DE ALMEIDA

GASTÃO NUNES DA CUNHA, Gen.

JOAQUIM ALFREDO SOARES VIANNA

(*) Reproduz-se por ter saído incorreto.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 1.359, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1972.

Concede o auxílio global de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros), às Entidades abaixo discriminadas, para o fim que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 42, item III, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Artigo 1º — Fica concedido o auxílio global de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros), às Entidades abaixo relacionadas, nos valores descritos e destinados às suas manutenções:

Hospital Matogrossense do Pênfigo de	
Canipó Grande	Cr\$ 5.000,00
Creche Clementina Carrato de T. Lagoas	2.000,00

7.000,00
Artigo 2º — As despesas decorrentes da execução do presente decreto, correrão à conta do excesso de arrecadação que os índices técnicos autorizam prever.

Artigo 3º — Este Decreto entrará em vigor na



DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ MANOEL FONTANILLAS FRAGELLI

ANO LXXXI — CUIABÁ

QUINTA-FEIRA, 31 DE MAIO

DE 1973 — Nº 16.800

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 1.490, DE 30 DE MAIO DE 1973

Regulamenta a Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1972, que reserva e transfere à CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, terras devolutas no município de Aripuanã e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, III, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Artigo 1º - As terras reservadas e a serem transferidas à CODEMAT se destinam especificadamente:

- I - A fundação de colônias agrícolas;
- II - A alienação para Companhia de Colonização, para fins exclusivos de colonização;
- III - A alienação para implantação de projetos agropecuários e/ou industriais aprovados pela SUDAM e financiados por incentivos fiscais, ou outros recursos públicos ou particulares.

§ 1º - A alienação a que se refere o inciso III, deste artigo poderá ser feita a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º - É vedado a alienação a estrangeiros, sob qualquer forma.

§ 3º - As alienações de que trata este artigo obedecerão aos seguintes critérios:

I - Deverão ser realizadas mediante licitação, nos termos do preceituado nos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967 e de acordo com a Lei Estadual 3.199, de 5 de julho de 1972.

II - As firmas ou pessoas físicas concorrentes, além do elemento comprobatório da sua capacidade, técnica e financeira, deverão apresentar, no ato do pedido de inscrição:

1 - Prova de nacionalidade brasileira de mais de 50% (cincoenta por cento) dos detentores de ações com direito a voto ou, mais da metade do Capital Social, no caso de Sociedade por quotas.

2 - Carta de Intenção que deverá conter genericamente os objetivos primordiais, com a menção dos investimentos e infra estrutura, bem como:

a - Especificação das Diretrizes gerais de Colonização e/ou Exploração Agropecuária e/ou Industriais;

b - Organização Social e Econômica prevista;

c - Estimativa de investimento inicial e global;

d - Projeção de benefícios sócio-econômicos previstos para a região;

e - prazo de 5 (cinco) anos para implantação das obras de infra estrutura, tais como estradas, aeroporto, escolas, hospitais e centro de triagem. O restante será implantado de acordo com o cronograma do respectivo projeto aprovado pelo órgão financiador competente.

3 - Carta compromisso de não se dedicarem à especulação imobiliária.

III - A área mínima a ser licitada será de 200.000 (duzentos mil) hectares e a sua medição e demarcação, baseadas nos mapas do processo Radam e/ou aerofotogrametria, a custo do adquirente, deverão estar concluídas no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da ciência ao licitante de sua vitória na concorrência, prorrogável, quando cabível.

IV - O preço mínimo será de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) por hectare;

V - Declarado vencedor, o licitante efetuará o pagamento de 10% (dez por cento) do preço ofertado, assinando compromisso de promessa de compra e venda com a CODEMAT, devendo o restante ser pago da seguinte forma:

a - 20% (vinte por cento) - 120 dias após a assinatura do contrato referido neste inciso;

b - 30% (trinta por cento) - 240 dias após a assinatura desse documento;

c - e 40% (quarenta por cento) - 360 dias após esse ato.

VI - No pagamento da 2ª. parcela o interessado deverá comprovar o início dos trabalhos propostos e no pagamento da 3ª. parcela far-se-á a apresentação do relatório do andamento dos trabalhos e sua execução.

VII - A escritura definitiva será assinada no ato do pagamento da última parcela, mediante a apresentação do projeto definitivo aprovado pelo INCRA - SUDAM ou outros órgãos competentes. Todavia, a não apresentação do projeto definitivo não suspende, nem adia a obrigação de pagar a prestação final a que se refere a letra "c" do item V, do artigo 1º do presente decreto.

VIII - A alienação, pelo adquirente a terceiro, só será permitida após a implantação de, no mínimo, cinquenta por cento (50%) do projeto aprovado, observado o cronograma do investimento nele previsto.

IX - O disposto no inciso anterior não se apli-

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**GOVERNADOR DO ESTADO**

Dr. José Manoel Fontanillas Fraga

VICE-GOVERNADOR

Dr. José Monteiro de Figueiredo

CASA CIVIL

Prof. Acácia Tocantins

CASA MILITAR

Major Francisco Antunes da Silva

SECRETARIOS DE ESTADO**INTERIOR E JUSTIÇA**

Dr. Salomão Francisco Amaral

FAZENDA

Cont. Octávio de Oliveira

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Dr. Ernesto Vargas Engheta

EDUCAÇÃO E CULTURA

Prof. Joaquim Alfredo Soares Vianna

AGRICULTURA

Dr. Paulo César Machado

SEGURANÇA PÚBLICA

Gen. Gastão Nunes da Cunha

Saúde

Dr. João Augusto Correa de Almeida

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Sebastião Aroldo Kastrup

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dr. Paulo César Machado

ADMINISTRAÇÃO

Dr. Lemine de Campos Póvoas

ca aos projetos de colonização, cuja alienação, pelo adquirente a terceiros, só se permitirá depois de implantada a infra estrutura básica física, social e econômica prevista no respectivo projeto aprovado pelo INCRA (estradas de acesso à gleba e ao lotes, equipamentos comunitários essenciais, creches, ambulatórios médico-dentários, armazéns de subsistência e outros dimensionados no projeto retro referido).

X - A satisfação das formalidades previstas nos itens anteriores será aferida e atestada pela CODEMAT.

§ 4º - Nas escrituras de alienação pela CODEMAT ao primeiro adquirente, deverão constar, expressamente, sob pena de nulidade, todas as exigências e condições previstas no artigo 1º, § 3º V, VI, VII, VIII, IX e X - deste decreto.

§ 5º - O não cumprimento de qualquer das exigências previstas nos incisos I, II e suas alíneas, todas do § 3º deste artigo, impedirá o interessado de participar da licitação.

§ 6º - O inadimplemento de qualquer das obrigações previstas nos incisos V e IX implicará na rescisão automática do contrato sem que ao compromissário comprador assista o direito de receber as prestações que pagou e quaisquer indenizações.

Artigo 2º - A transferência de que trata o artigo 2º da Lei n. 3.804, de 18 de dezembro de 1972, será efetivada por escritura pública.

Artigo 3º - O produto da alienação das terras a que se refere o artigo 2º será depositado em conta especial, no Banco do Estado de Mato Grosso S.A. - BEMAT -, movimentada exclusivamente pelo Governador do Estado e será aplicada:

I - de 10 (dez) a 20 (vinte) por cento na implantação de obras de infra estrutura no município de Arapuanã, podendo a aplicação ser feita em convênio com a Prefeitura Municipal.

II - Os convênios de que trata o inciso I deste artigo serão feitos com a CODEMAT.

III - de 60 (oitenta) a 90 (noventa) por cento na implantação do CENTRO POLITÉCNICO ADMINISTRATIVO, na Capital do Estado, até Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), e o restante em outros projetos específicos do Governo Estadual.

Artigo 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 30 de maio de 1973, 18º da Independência e 83º da República.

JOSE M. F. FRAGELLI

SALOMÃO FRANCISCO AMARAL

SEBASTIÃO AROLD KASTRUP

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO resolve:

READMITIR:

Na Secretaria do Interior e Justiça,

No uso das atribuições que lhe confere o artigo 52, III e V, da Constituição Estadual,

O Dr. BENEDITO ELOY VASCO DE TOLEDO no cargo de Promotor de Justiça do Estado, tendo em vista o que consta do processo n. 339/362/73, da Secretaria do Interior e Justiça.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 31 de maio de 1973.

as) JOSE M. F. FRAGELLI

SALOMÃO FRANCISCO AMARAL

NOMEAR:

no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, III e V, da Constituição Estadual, e de acordo com o artigo 121, III, do mesmo diploma constitucional:

BENJAMIN GUIMARÃES para exercer o cargo de Depositário Público da comarca de Rondonópolis.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 31 de maio de 1973.

as) JOSE M. F. FRAGELLI

SALOMÃO FRANCISCO AMARAL



DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ MANOEL FONTANILLAS FRAGELLI

ANO LXII — CUIABÁ — QUINTA FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1974 — Nº 10.523

Assembleia Legislativa

LEI Nº 3.458, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1973

Revoga e altera dispositivos do Código de Terras do Estado

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo nos termos do § 2º do artigo 33 da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica revogado o artigo 103 e seu parágrafo do Código de Terras do Estado (Lei n. 336, de 6 de dezembro de 1949).

Artigo 2º - O artigo 150 do referido Código passa a ter a seguinte redação: "Caso haja dentro dos limites fixados no título definitivo expedido pelo Estado área maior do que a nele mencionada, o excesso será alienado ao atual proprietário, pelo preço de Cr\$ 50,00 por cada hectare.

§ 1º - Esse excesso será havido como constado somente em ação de divisão ou demarcação do imóvel.

§ 2º - Havendo mais de um condomínio do imóvel dividendo ou demarcando, o excesso verificado será alienado proporcionalmente à área de cada um.

§ 3º - O pagamento do excesso ao Estado será feito na Exatoria da situação do imóvel, mediante Guia expedida pelo Escrivão do Feito, requerida ao Juiz pelo interessado.

Artigo 3º - O artigo 151 passará a ter a seguinte redação:

"Quando o Titular do domínio não desejar adquirir o excesso que lhe couber, será o mesmo demarcado pelo agrimensor, operante da divisão ou demarcação, para futura disponibilidade pelo Estado, seu proprietário".

Parágrafo único - As terras desse excesso, nesta hipótese, não poderão ficar desprovidas de água, salvo se ela não houver em toda a área em que o mesmo foi verificado.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 3 de dezembro de 1973.

a) DEPUTADO VALDOMIRO GONÇALVES
PRESIDENTE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDEN. NAÇÃO GERAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA DOS SECRETÁRIOS DE FAZENDA E PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira para o exercício de 1974 e de outras providências.

Considerando o disposto nos artigos 2º e 4º do Decreto n. 1799 de 10 de dezembro de 1974.

Considerando a necessidade de assegurar as unidades orçamentárias, em tempo útil, os recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa mensal de trabalho;

Considerando a projeção do comportamento da Receita, e sua previsão para fevereiro, com base em igual período em exercícios anteriores.

Considerando a necessidade de manter, durante o exercício financeiro de 1974, o equilíbrio entre a Receita arrecadada e a Despesa realizada.

O Secretário de Fazenda e o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais.

RESOLVEM

Artigo 1º - A execução das despesas pelas unidades orçamentárias far-se-á com base nas Despesas Incompressíveis e Compressíveis, com prioridade para as primeiras.

Artigo 2º - Entende-se, para efeito da execução do artigo anterior, como:

a) DESPESAS INCOMPRESSÍVEIS

- Despesas com o Pessoal
- Restos a Pagar
- Pensionistas e Inativos
- Juros de Dívida Pública
- Encargos Sociais
- Investimentos Financeiros
- Obras Públicas
- Despesas de qualquer categoria programadas com recursos oriundos de transferências federais

b) DESPESAS COMPRESSÍVEIS

dotação destinadas aos demais elementos da despesa.

Artigo 3º - As Despesas Compressíveis, no mês

CONTROLE DO PESSOAL CONTRATADO NO 1º SEMESTRE/74

JANEIRO - SEC. AGRICULTURA				
Nº DE ORDEM	NOME	QUALIFICAÇÃO	CLASSE	NÍVEL
01	LOURDES MOURA SILVA	Escrituraria	-	IV
02	MANOEL FRANCISCO DE PAES NETO	Tec. Agric.	-	XIII
03	ELIZABETH LOPES DA ROSA	Contínua	-	II
04	SEBASTIÃO M. DA COSTA	Méd. Vets	I	C
05	ABDIAS PACHECO SANTOS	" "	I	C
06	APARECIDA C. NUNES	" "	I	C
07	FLORIANO PIRES DE OLIVEIRA	" "	I	C
08	MARCILIO CLEMENTE	" "	I	C
09	BENEDITO PINTO DE SOUZA	Aux. Adm.	-	VII
10	MANOEL LOPES DE OLIVEIRA	Motorista	-	VII
11	AFONSO FERREIRA DA SILVA	Tec. Agric.	-	XI
12	NELSON DIAS NETO	" "	-	XI
13	PEDRO MORETO	" "	-	XI
14	PEDRO MAZZINI NETO	Aux. Adm.	-	X
15	BRUNHILDO A. LUZIA JUNEKE	Ass. Adm.	-	XIII
16	GLOMERADO S. PEDROSO DE BARROS	Engº Agrº	I	C
17	EUCLIDES RODRIGUES DE OLIVEIRA	Tec. Agric.	-	XI
18	ODAIR B. FIGUEIREDO COSTA	Aux. Adm.	-	X
19	AMILTO AZEVEDO DOS PASSOS	Aux. Adm.	-	X
20	ALICIO ALVES PINTO	Ass. Adm.	-	XI
21	ELIO TRASEL	Engº Agrº	I	C
22	NILSON PEREIRA DA SILVA	Motorista	-	VII
JANEIRO - SEPLAN				
23	ELIZETE REGINA BARRETO	Datilógrafa	-	V
24	LENIS C. OLIVEIRA CASTRO	Geógrafo	-	A
25	MANOEL LEMES DE MORAES	Aux. Adm.	-	X
26	HERMES CATARINO A. DOS SANTOS	Desenhista	-	VIII
27	MARIA EDVIGES DE A. CHAVES	Ass. Adm.	-	XII
JANEIRO - CPA				
28	UBIRAJARA SEVERINO CARNEIRO	Engº Civil	E	III
29	ELIZEU FERREIRA BRITO	Trab. Braçal	-	I
30	LEONIL J. FIGUEIREDO	" "	-	I
31	MANOEL PERES SANTANA	Arquiteto	D	III
32	ANTONIO RODRIGUES CARVALHO	"	C	II
JANEIRO - DEE				
33	MARIA AUXILIADORA DO NASCIMENTO	Estagiária	-	XI
34	JOÃO NOLASCO DE SOUZA	Office Boy	-	-
JANEIRO - CASA MILITAR				
35	DINO DA ROCHA SORIANO	Ass. Adm.	-	XVI

Fase A: PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL REGIONALIZADO

Linha A2: Planejamento Setorial (PLASE)

P u b l i c a ç õ e s T é c n i c a s

Código	T í t u l o	Nº de Série
34	PARTICIPAÇÃO DO CENTRO-OESTE NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
34.01	Conceitos e normas que definem a Política de Planejamento do Desenvolvimento da Região Brasil Centro-Oeste	01
34.02	Integração Nacional - Ocupação da Amazônia	(02)
34.03	Projeção Continental da Região Brasil Centro-Oeste	03
34.04	Objetivos do Planejamento do Desenvolvimento da Região Brasil Centro-Oeste (Planejamento Nacional e Continental Regionalizado).....	04
35	EDUCAÇÃO	
35.01	Educação no Centro-Oeste	(05)
36	SAÚDE E SANEAMENTO	
36.01	Saúde e Saneamento Básico no Centro - Oeste	(06)
37	AGRICULTURA E PECUÁRIA	
37.01	Agricultura na Região Centro-Oeste	(07)
37.02	Pecuária na Região Centro-Oeste	(08)

(segue)

P u b l i c a ç õ e s T é c n i c a s (continuação)

Código	T í t u l o	Nº de Série
38	COMERCIALIZAÇÃO	
38.01	Comercialização na Região Centro-Oeste .	(09)
38.02	Armazenamento e Abastecimento	(10)
38.03	Crédito	(11)
38.04	Cooperativismo	(12)
39	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
39.01	Desenvolvimento Industrial e Estratégia de Comercialização na Região Centro-Oeste	(13)
39.02	Indústrias de Base no Centro-Oeste	(14)
39.03	Análise da Viabilidade de Implantação do Distrito Industrial <i>em área candidata</i> do Distrito Industrial do Campo Verde	(15)
39.04	Pré-diagnóstico e Perspectiva do Setor Industrial no Centro-Oeste	(16)
40	ENERGIA	
40.01	Energia Elétrica na Região Centro-Oeste (Pré-diagnóstico)	(17)
41	RECURSOS NATURAIS	
41.01	O Papel dos Recursos Naturais do Brasil Centro-Oeste no Desenvolvimento da Região e do País	(18)
42	TRANSPORTE	
42.01	Transporte na Região Centro-Oeste	(19)

(segue)

Publicações Técnicas (continuação)

Código	Título	Nº de Série
43	COMUNICAÇÕES	
43.01	Comunicações na Região Centro-Oeste	20
44	HABITAÇÃO	
44.01	Habitação na Região Centro-Oeste	21
45	TURISMO	
45.01	Turismo na Região Centro-Oeste	22
46	PROGRAMA DE AÇÃO CONCENTRADA (PAC)	
46.01	Programa de Ação Concentrada 1a. Etapa ..	(23)
46.02	Critérios para a Inclusão de Novos Municípios no PAC - Programa de Ação Concentrada. 2a. Etapa ..	(24)
46.03	Relatórios Preliminares (RP), Planos de Ação Imediata (PAI) e Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) Volume 1, Análise das Recomendações	(25)
46.04	Critérios para a Implantação das Medidas Recomendadas pelo Programa de Ação Concentrada (PAC)	26
47	DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE	
47.01	Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste (PLADESCO) Volume 1, Esquema Teórico	(27)

P u b l i c a ç õ e s T é c n i c a s (continuação)

Código	T í t u l o	Nº de Série
--------	-------------	-------------

47.02	Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste (PIADESCO) Volume 1, Relatório da 1a. Etapa	(28)
-------	--	------

47.03	Desenvolvimento de Comunidade e os Aspectos Sociais do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	(29)
-------	---	------

48 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

48.01	Edital para Prestação de Serviços de Consultoria para a Execução de Estudos Preliminares, Básicos e Especiais bem como Elaboração de Plano Básico de Desenvolvimento da Região Centro Oeste	30
-------	---	----

48.02	Princípios e normas para a Programação do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Centro-Oeste com vista ao desenvolvimento da Região pela Ciência	31
-------	--	----

48.03	Objetivos e metas do desenvolvimento científico e tecnológico na Região Centro-Oeste, com vistas ao seu desenvolvimento econômico e social	32
-------	--	----

Linha A3: Documentos Planos (DOPLAN)

Nesta linha de Publicações Técnicas são apresentadas as versões de opções de intervenção, mediante ação de governo, no processo econômico e social em evolução, com vistas ao desenvolvimento do País na Região Centro-Oeste.

Esses documentos são os seguintes:

- 67 PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REGIÃO CENTRO-OESTE (Versão Preliminar)
- 68 PLANO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE BRASÍLIA
- 69 VERSÃO ESPECIAL DE AÇÃO DO GOVERNO PARA A INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA (Documento Preliminar)
- 70 VERSÕES "INTRA-REGIÃO CENTRO-OESTE" DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Fase A: PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL REGIONALIZADO

Linha A3: Documentos Planos (DOPLAN)

P u b l i c a ç õ e s T é c n i c a s

Código	T í t u l o	Nº de Série
67	PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PDR): REGIÃO CENTRO-OESTE (1a. Versão Preliminar) Volume 1, Versão Preliminar	01
68	PLANO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE BRASÍLIA Volume 1, Plano de Integração Econômica e Social de Brasília	02
69	VERSÃO ESPECIAL DE AÇÃO DE GOVÊRO PARA A INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA. Volume 1, Documento Preliminar	03
70	VERSÕES "INTRA-REGIÃO CENTRO-OESTE" DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
70.01	Linhas de ação para o desenvolvimento da região compreendida no traçado da Rodovia Belém-Brasília, no Estado de Goiás (Documento Preliminar)	04
70.02	Linhas de ação para o desenvolvimento integrado da Região do Alto Araguaia, Estados de Goiás e Mato Grosso (Documento Preliminar)	05
70.03	Linhas de ação para o desenvolvimento integrado da Região do Complexo Filadélfia, Estado de Goiás (Documento Preliminar)	06
70.04	Linhas de ação para o desenvolvimento integrado da Região do Vale do São Patrício, Estado de Goiás (Documento Preliminar)	07

(segue)

Fase C: IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO, CONTRÔLE
E REPROGRAMAÇÃO

Esta fase de estudos sistematiza as Publicações Técnicas da SUDECO em três linhas de documentos:

Linha C1: Métodos e procedimentos de ordem política, social e pedagógica para agregar a capacidade administrativa local ao planejamento regional e nacional.

Linha C2: Métodos e procedimentos para objetivar os projetos e planos de desenvolvimento regional e nacional segundo as necessidades locais e objetivar a vontade de desenvolvimento das comunidades segundo o planejamento regional e nacional.

Linha C3: Métodos de coordenação, avaliação, controle e reprogramação do planejamento do desenvolvimento regional (nacional regionalizado).



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5º. ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3363

DIVISÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Objetivos

A Divisão de Prestação de Serviços - DIPRESE - é uma unidade técnica da CODEMAT que visa a resolver problemas administrativos de organização, planejamento e racionalização, sugerindo método de implantação e diretrizes de execução aos demais órgãos do Governo, e ainda, à iniciativa privada, Fundações Educacionais e outras organizações, visando o aproveitamento de tempo, mão-de-obra e rapidez nos trâmites burocráticos inerentes à administração.

Ela não só se utilizará dos elementos diretamente subordinados à Divisão, como também, de posse do problema solicitado, encaminhará o mesmo às Divisões ou Setores da Companhia.

A Divisão de Prestação de Serviços é unidade de terminativa do grau de problema encontrado. Atua como primeiro escalão para identificação da oportunidade de intervenção de outras Divisões e Setores. Sugere, identifica e codifica o problema. Todos os Setores e Divisões da Companhia são convocados ao atendimento da Divisão de Prestação de Serviços. Ela é instrumento de contato e distribuidora de competência para solução.

2. Normas de Atuação

Solicitada a CODEMAT, a colaborar com determinado órgão governamental, para solução de casos administrativos, desde problema da administração em si - organização, estrutura

ra legal, pessoal, atribuição, normas de execução - até problemas técnicos da estrutura solicitante, a Divisão de Prestação de Serviços fará os contatos iniciais de conhecimento. DE imediato, poderá solicitar o concurso de técnicos de Setores e Divisões para esta tomada de contato.

A Divisão só começará seu trabalho após solicitação oficial do órgão pretendente e autorização da Diretoria da CODEMAT.

Para efeito contábil, a Divisão organizará um relatório específico da atividade desenvolvida pela CODEMAT, através da Divisão de Prestação de Serviços, ao órgão solicitante, onde estarão assinaladas horas de serviço prestado pela CODEMAT; relação salário do Técnico colocado à disposição do órgão solicitante, calculado diariamente.

Todo serviço prestado constará de um convênio assinado entre a CODEMAT e o órgão solicitante, aonde se especificará o tipo de serviço solicitado e demais condições para a sua realização.

3. Serviços Especiais

Se entende por serviços especiais aqueles em que a natureza do trabalho a ser desenvolvido pelo técnico da CODEMAT implique em sua locomoção para fora do município sede da Companhia, ou que exija do técnico um período de trabalho superior a 30 dias, com tempo integral a serviço do órgão solicitante.

Neste caso, a CODEMAT poderá cobrar do órgão solicitante o reembolso das despesas feitas com viagem, diárias e horas extras, quando for o caso.

4. Serviços Específicos

A Divisão de Prestação de Serviços da CODEMAT prestará, especificamente, serviços de:

- 1) reestruturação administrativa
- 2) política salarial
- 3) política de pessoal
- 4) avaliação de cargos e funções
- 5) estrutura legal (jurídica)
- 6) orçamento
- 7) plano de contas contábil
- 8) investimento (plano)
- 9) assessoria técnica
- 10) fontes de recursos
- 11) pesquisas
- 12) planejamento, organização, métodos
- 13) avaliação de projetos

5. Subordinação

A Divisão de Prestação de Serviços é unidade administrativa subordinada ao Setor Técnico e ligada ao Diretor Superintendente.

Suas atribuições serão traçadas diretamente pelo Diretor Superintendente, ficando sua subordinação ao Setor Técnico apenas entendida como organograma de administração.

6. Estrutura

A Divisão de Prestação de Serviços não tem chefia específica, sendo sua atuação fruto de atendimento variado, pelo que todos os Setores poderão, simultaneamente, ou isoladamente, estarem prestando serviços à Divisão.

Os convênios assinados pela Divisão, bem como os relatórios elaborados, terão pasta em separado, executadas pelo Setor de Controle e Documentação e arquivadas pelo Diretor Superintendente.

A Divisão de Prestação de Serviços poderá requerer os préstimos profissionais de qualquer de seus técnicos contratados e colocados à disposição de outros órgãos.

OPERAÇÃO TRATORES

Com referência a venda de tratores existem três alternativas:

1ª - Continuar com o sistema atual de venda, isto é, com dois vendedores da CODEMAT (dois economistas) contando com o apoio, nem sempre efetivo, da ACARMAT. Em não se entender este sistema, embora tenha até agora surtido algum efeito este tem sido mais pelo interesse do comprador do que por dinamismo da equipe de venda, em suma o que tem a contabilidade é que "o cliente tem comprado trator e não os vendedores que têm vendido".

2ª - Venda por conta da CODEMAT pagando comissão a terceiros ou seja através de vendedores independentes, este sistema comporta as outras três vantagens e desvantagens que procuraremos alinhar, assim:

- VANTAGENS:
- a) Menor custo para o consumidor das máquinas;
 - b) Possibilidade de empregar alguns vendedores aumentando assim o nosso mercado de oferta de emprego;
 - c) Evitar crítica, por parte de terceiros, no caso de comissionarmos alguma Companhia o que pode parecer paternalismo;
 - d) Pagamento de comissão mais baixa donde decorre o item a que está ligado diretamente ao custo para o usuário.

-2-

DESvantagens:

- a) Um enfraquecimento por parte da Companhia encarregada da assistência técnica, já deficiente. Esta deficiência pode ser contornada através de uma pressão momentânea, porém nunca atingindo um grau razoável.
- b) As reclamações com respeito a venda e assistência seriam dirigidas mais diretamente a CODEMAT não havendo um anteparo para amortizá-las. O nome CODEMAT estaria muito mais vinculado à venda.
- c) Pressão diversa na escolha dos vendedores, já existe muita gente querendo ser vendedor, assim a seleção não poderia ser muito criteriosa por fatores diversos.
- d) Pouca possibilidade dos vendedores contratados poderem assumir alguma responsabilidade com respeito a colocação;
- e) Impossibilidade de venda fora do Estado, que talvez fosse o nome maior mercado.

3º - Venda pela Malves, mediante comissão, conforme proposta, alinhavaremos também aqui a vantagem e desvantagens deixando de mencionar como vantagem a autorização da venda pelo Sr. Governador em 23.6.71 em reunião com a Diretoria da CODEMAT e onde estavam presentes além do Dr. Cavalão - Portes, Secretário de Governo e Coordenação Econômica e Dr. Valício Borzani, Diretor da Malves e que formalizou a proposta.

Vantagens:

- a) Possivelmente uma assistência técnica dada com boa vontade, uma vez que a própria Malves é a encarregada, há grande diferença entre exigir o cumprimento de um contrato de assistência e o desejo de dar
- ASSISTÊNCIA.

- b) Alocamento de uma equipe profissional de venda que a Malves se compromete lançar em Mato Grosso e que poderia intensificar a colocação dos tratores.
- c) Nos liberiorismos da necessidade de contratar vendedores que poderiam adquirir vínculo empregatício com a CODEMAT encarecendo indiretamente uma maior despesa futura.
- d) As reclamações com respeito a venda e assistência seria mais diretamente dirigida à Malves pois ela estaria mais comprometida pelo vínculo venda/assistência e pela necessidade que tem de preparar um mercado para máquinas de sua fabricação (motoniveladoras, escavo-carregadeiras e tratores de pneus).
- e) Possibilidade de venda fora do Estado através de venda à Malves que se reverteria, desde que, conforme sua proposta, lhes creditassemos o ICM.
- f) Responsabilidade da venda, pois, ainda conforme proposta, depois de 12 meses de venda a Malves se propõe a comprar todo o resíduo de tratores desde que a CODEMAT queira vendê-los e queira receber 50% em máquinas da Malves (motoniveladora, escavo-carregadeiras, tratores de pneus).

DESvantagens:

- a) Custo mais elevado para o comprador das máquinas.
- b) Crítica por parte de terceiros que veria nesse comissionamento, um paternalismo.
- c) Pagamento de comissão mais elevada a que está diretamente ligado ao item a ocasionando aumento do custo ao usuário.



OPERAÇÃO TRATORES

Com referência a venda de tratores existem três alternativas:

1ª - Continuar com o sistema atual de venda, isto é, com dois vendedores da CODEMAT (dois economistas) contando com o apoio, nem sempre efetivo, da ACAMAT. Em não se entender este sistema, embora tenha até agora surtido algum efeito isto tem sido mais pelo interesse do comprador do que por dinamismo da equipe de venda, em suma é que tem a sentença é que "o cliente tem comprado tractor e não os vendedores que têm vendido".

2ª - Venda por conta da CODEMAT pagando comissão a terceiros ou seja através de vendedores independentes, este sistema comporta os outros três vantagens e desvantagens que procuraremos alinhar, assim:

VANTAGENS: a) Menor custo para o consumidor das máquinas;

b) Possibilidade de empregar alguns vendedores aumentando assim o nosso mercado de oferta de máquinas;

c) Evitar críticas, por parte de terceiros, no caso de comissionarmos alguma Companhia o que pode parecer paternalismo;

d) Pagamento de comissão mais baixa donde decorre o item g que está ligado diretamente ao custo para o usuário.

-2-

DESADVANTAGENS:

- a) Um enfraquecimento por parte da Companhia encarregada da assistência técnica, já deficiente. Esta deficiência pode ser contornada através de uma presença constante por uma pessoa atingindo um grau razoável.
- b) As reclamações com respeito a venda e assistência seriam dirigidas mais diretamente a CODEMAT não havendo um anteparo para amortecê-las. O nome CODEMAT estaria muito mais vinculado à venda.
- c) Pressões diversas na escolha dos vendedores, já existe muita gente querendo ser vendedor, assim a seleção não poderia ser muito criteriosa por fatores diversos.
- d) Pouca possibilidade dos vendedores contratados poderem assumir alguma responsabilidade com respeito à colocação.
- e) Impossibilidade de venda fora do Estado, que talvez fosse o nosso maior mercado.

3º - Venda pela Malves, mediante comissão, conforme proposta, elimináveramos também aqui a vantagem e desvantagens deixando de mencionar como vantagem a autorização da venda pelo Sr. Governador em 23.6.71 na reunião com a Diretoria da CODEMAT e onde estavam presentes além do Dr. Devaldo, Portes, Secretário de Governo e Coordenação Econômica e Dr. Policarpo Bovean, Diretor da Malves e que formalizou a proposta.

VANTAGENS:

- a) Possivelmente uma assistência técnica dada com boa vontade, uma vez que a própria Malves é a encarregada, há grande diferença entre exigir o cumprimento de um contrato de assistência e o conceder dar ASSISTÊNCIA.



- b) Acolhimento de uma equipe profissional de venda que a Malves se compromete fazer em Mato Grosso e que poderia intensificar a coleção dos tratores.
- c) Aque liberação da necessidade de contratar vendedores que poderiam adquirir vínculo empregatício com a CODEMAT, não criando indiretamente uma saída despesa futura.
- d) As relações com respeito à venda e assistência seria mais diretamente dirigida à Malves pois ela estaria mais comprometida pelo vínculo venda/assistência e pela necessidade que tem de preparar um mercado para máquinas de sua fabricação (motoniveladoras, escavo-carregadores e tratores agrícolas).
- e) Possibilidade de venda fora do Estado, através de venda à Malves que se revenderia, desde que, conforme sua proposta, lhes creditassem o ICM.
- f) Responsabilidade de venda, pois, ainda conforme proposta, depois de 12 meses de venda a Malves se propõe a comprar todo o estoque de tratores desde que a CODEMAT queira vendê-los e queira receber 50% em máquinas da Malves (motoniveladora, escavo-carregador, tratores e de pneus).

DESvantagens:

- a) Custo mais elevado para a compra das máquinas.
- b) Crítica por parte de terceiros que veria nesse procedimento, um paternalismo.
- c) Pagamento de comissão mais elevada que está diretamente ligado ao item mencionando aumento de custo ao usuário.

OPERAÇÃO TRATORES

Com referência a venda de tratores existem três alternativas:

1ª - Continuar com o sistema atual de venda, isto é, com dois vendedores da CODEMAT (dois economistas) contando com o apoio, nem sempre efetivo, da ACARMAT. Em nosso entender este sistema, embora tenha até agora surtido algum efeito este tem sido mais pelo interesse do comprador do que por dinamismo da equipe de venda, em suma o que tem acontecido é que "o cliente tem comprado trator e não os vendedores que têm vendido".

2ª - Venda por conta da CODEMAT pagando comissão a terceiros ou seja através de vendedores independentes, este sistema, como todos os outros trás vantagens e desvantagens que procuraremos alinhar, assim:

VANTAGENS: a) Menor custo para o consumidor das máquinas;

b) Possibilidade de empregar alguns vendedores aumentando assim o nosso mercado de oferta de emprego;

c) Evitar crítica, por parte de terceiros, no caso de comissionarmos alguma Companhia ou que pode parecer paternalismo;

d) Pagamento de comissão mais baixa donde decorre o item a que está ligado diretamente ao custo para o usuário.

DESVANTAGENS:

- a) Um esfriamento por parte da Companhia encarregada da assistência técnica, já deficiente. Esta deficiência pode ser contornada através de uma pressão constante, porém nunca atingindo um grau razoável.
- b) As reclamações com respeito à venda e assistência seriam dirigidas mais diretamente a CODEMAT não havendo um anteparo para amortecê-las. O nome CODEMAT estaria muito mais vinculado à venda.
- c) Pressão diversas na escolha dos vendedores, já existe muita gente querendo ser vendedor, assim a seleção não poderia ser muito criteriosa por fatores diversos.
- d) Pouca possibilidade dos vendedores contratados poderem assumir alguma responsabilidade com respeito à colocação.
- e) Impossibilidade de venda fora do Estado, que talvez fosse o nosso maior mercado.

3ª - Venda pela Malves, mediante comissão, conforme proposta, alinhavaremos também aqui a vantagens e desvantagens deixando de mencionar como vantagem a autorização dada pelo Sr. Governador em 23.6.71 em reunião com a Diretoria da CODEMAT e onde estavam presentes além do Dr. Osvaldo Fortes, Secretário de Governo e Coordenação Econômica e Dr. Felício Borzani, Diretor da Malves e que formalizou a proposta.

VANTAGENS:

- a) Possivelmente uma assistência técnica dada com boa vontade, uma vez que a própria Malves é a encarregada, há grande diferença entre exigir o cumprimento de um contrato de assistência e o desejar dar ASSISTÊNCIA.

-3-

- b) Acionamento de uma equipe profissional de venda que a Malves se compromete lançar em Mato Grosso e que poderia intensificar a colocação dos tratores.
- c) Nos liberaríamos da necessidade de contratar vendedores que poderiam adquirir vínculo empregatício com a CODEMAT acarretando indiretamente uma maior despesa futura.
- d) As reclamações com respeito a venda e assistência seria mais diretamente dirigida à Malves pois ela estaria mais comprometida pelo vínculo venda/assistência e pela necessidade que tem de preparar um mercado para máquinas de sua fabricação (motoniveladoras, escavo-carregadoras e tratores de pneus).
- e) Possibilidade de venda fora do Estado através de venda à Malves que as revenderia, desde que, conforme sua proposta, lhes creditassemos o ICM.
- f) Responsabilidade da venda, pois, ainda conforme proposta, depois de 12 meses de venda a Malves se propõe a comprar todo o resíduo de tratores desde que a CODEMAT queira vendê-los e queira receber 50% em máquinas da Malves (motoniveladora, escavo-carregadoras, tratores de pneus).

DESvantagens:

- a) Custo mais elevado para o comprador das máquinas.
- b) Crítica por parte de terceiros que veria nesse comissionamento, um paternalismo.
- c) Pagamento de comissão mais elevada que está diretamente ligado ao item a ocasionando aumento do custo ao usuário.



OPERAÇÃO TRATORES

Com referência a venda de tratores existem três alternativas:

1ª - Continuar com o sistema atual de venda, isto é, com dois vendedores da CODEMAT (dois economistas) contando com o apoio, nem sempre efetivo, da ACARMAT. Em nosso entender este sistema, embora tenha até agora surtido algum efeito este tem sido mais pelo interesse do comprador do que por dinamismo da equipe de venda, em suma o que tem a contabilidade é que "o cliente tem comprado trator e não os vendedores que têm vendido".

2ª - Venda por conta da CODEMAT pagando comissão a terceiros ou seja através de vendedores independentes, este sistema como todos os outros trás vantagens e desvantagens que procuraremos alinhar, assim:

- VANTAGENS:
- a) Menor custo para o consumidor das máquinas;
 - b) Possibilidade de empregar alguns vendedores aumentando assim o nosso mercado de oferta de emprego;
 - c) Evitar crítica, por parte de terceiros, no caso de comissionarmos alguma Companhia e que pode parecer paternalismo;
 - d) Pagamento de comissão mais baixa donde decorre o item a que está ligado diretamente ao custo para o usuário.

-2-

DESVANTAGENS:

- a) Uma esfriamento por parte da Companhia encarregada da assistência técnica, já deficiente. Esta deficiência pode ser contornada através de uma pressão constante porém nunca atingindo um grau razoável.
- b) As reclamações com respeito à venda e assistência seriam dirigidas mais diretamente à CODEMAT não havendo um anteparo para amortecê-las. O nome CODEMAT estaria muito mais vinculado à venda.
- c) Pressão diversificada na escolha dos vendedores, já existe muita gente querendo ser vendedor, assim a seleção não poderia ser muito criteriosa por fatores diversos.
- d) Pouca possibilidade dos vendedores contratados poderem assumir alguma responsabilidade com respeito à colocação.
- e) Impossibilidade de venda fora do Estado, que talvez fosse o nosso maior mercado.

3ª - Venda pela Malves, mediante comissão conforme proposta, alinhavaremos também aqui a vantagem e desvantagens deixando de mencionar como vantagem a autorização dada pelo Sr. Governador em 23.6.71 em reunião com a Diretoria da CODEMAT e onde estavam presentes além do Dr. Osvaldo Fortes, Secretário de Governo e Coordenação Econômica e Dr. Felício Borzani, Diretor da Malves e que formalizou a proposta.

VANTAGENS:

- a) Possivelmente uma assistência técnica dada com boa vontade, uma vez que a própria Malves é a encarregada, há grande diferença entre o pagar o cumprimento de um contrato de assistência e o desejar dar assistência.

- 3.
- b) Aclonamento de uma equipe profissional de vende que a Malves se compromete lançar em Mato Grosso a que poderia intensificar a colocação dos tratores.
 - c) Nos liberais não há necessidade de contratar vendedores que poderiam adquirir vínculo empregatício com a CODEMAT acarretando indistintamente uma maior despesa futura.
 - d) As reclamações com respeito a venda e assistência seria mais diretamente dirigida à Malves pois ela estaria mais comprometida pelo vínculo venda/assistência e pela necessidade que tem de preparar um mercado para máquinas de sua fabricação (motoniveladoras, escavadeiras-carregadoras e tratores de pneus).
 - e) Possibilidade de venda fora do Estado através de venda à Malves que se reverteria, desde que, conforme sua proposta, lhes creditassemos o ICM.
 - f) Responsabilidade da venda, pois, ainda conforme proposta, depois de 12 meses de venda à Malves se propõe a comprar todo o resíduo de tratores desde que a CODEMAT queira vendê-los e queira receber 50% em máquinas da Malves (motoniveladora, escavadeiras-carregadoras, tratores de pneus).

DESvantagens:

- a) Custo mais elevado para o comprador das máquinas.
- b) Críticas por parte de terceiros que veria nesse encaminhamento, um paternalismo.
- c) Pagamento de comissão mais elevada que está diretamente ligado ao item ocasionando aumento do custo de venda.



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5º. ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3363

INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS - PRELIMINAMENTO DE QUADROS

Mato Grosso, devido sua extensão territorial e deficiência de estradas, acarreta a usuários do Banco do Brasil, principalmente, ao pequeno produtor agrícola, sérias dificuldades de acesso às agências onde operam.

O sistema de crédito rural adotado pelo Banco do Brasil, apesar de eficiente, principalmente no que tange ao controle de aplicação do capital, ocasiona em contrapartida, um número bastante elevado de viagens do mutuário às agências, viagens estas que se transformam num drama quando as distâncias são longas e os meios de transportes precários. A perda de tempo e o custo da viagem tornam o financiamento completamente inviável. Apenas a ignorância e a falta da capacidade de calcular o custo das viagens, do tempo perdido e da ausência do proprietário no imóvel, fazem com que o pequeno proprietário ainda vá ao Banco.

A ACAEMAT procedeu a um estudo no município de Barra do Bugres, um dos grandes produtores matogrossenses de amendoim, arroz e algodão, e concluiu que qualquer financiamento abaixo de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) é absolutamente antieconômico. Vale ressaltar que mais de 80% dos financiamentos naquela região não atingem aquele índice.

O Banco do Brasil, o maior financiador brasileiro da Agricultura e da Pecuária, apesar de ter a melhor estrutura funcional do país, carece ainda de determinadas adaptabilidades às regiões singulares, como algumas em Mato Grosso.

Um exemplo dessa adaptabilidade foi a criação, em tempos idos, das Unidades Móveis de Crédito Rural, experiência que, ao que tudo indica, não foi das mais auspiciosas, mas, que poderia novamente ser tentada corrigindo-se as falhas e distorções já agora muito mais conhecidas. A participação ativa da ACAEMAT como ponto de apoio a essas Unidades Móveis, poderia transformá-las realmente em um instrumento efetivo de dinamização do crédito rural em nossa região.



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5.º ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3363

-2-

Necessário se faz, por de cividas, a instalação de novas Agências do Banco do Brasil, em Mato Grosso. Cidades como Barra do Bugres, Jaciara, D. Aquino, Alto Paraguaçu, Camapuã e outras, já se ressentem dessa falta. Não queremos aqui, de maneira alguma determinar locais de instalação de novas agências.

Sabemos perfeitamente que nessa Modelar Instituição de Crédito existem setores especializados no estudo e determinação dessas fixações. O acionamento desses setores poderia ser de grande valia para o desenvolvimento e integração de Mato Grosso.

Notamos também, pelos nossos contatos com as Agências do Banco do Brasil em nosso Estado, uma constante, a falta de funcionários.

O atendimento de solicitações das senhoras Garantes com respeito ao preenchimento dos dados verificados nos quadros das Agências, transformaria a curto prazo o atendimento ao público, principalmente aos usuários da CREAL, numa obrigação normal e não em uma odiosa, onde a quantidade de papéis manipulados pelos funcionários exceda em mais de 100% a de outras Agências em funcionamento normal.

A repulsa dos jovens acostumados ao conforto oferecido pelas cidades do interior de São Paulo, de Minas e dos Estados do Sul, em vir para Mato Grosso, justifica-se perfeitamente e reconhecemos que os pedidos para retornarem à aquelas plagas, são absolutamente normais.

Conhecemos nossas limitações, sabemos que a existência de cursos especializados nas grandes cidades qualificam melhor os candidatos que consequentemente obtêm maior índice de aprovação. Ciente desse problema, o Senhor Governador Dr. José Fragelli determinou ao Senhor Secretário de Educação a criação de cursos preparatórios para esse tipo de concursos, já que a iniciativa privada não se interessou em criá-los. Dentro de um futuro bastante próximo teremos condições de suprir



CODEMAT SOCIEDADE ANÔNIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5º. ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1203
FONE 3363

-3-

as incunas funcionais dos jovens matogrossenses e então teremos superado o problema. Não podemos contudo fazê-lo a curto prazo.

É necessário então que as Agências que atendem a este inóspito gigante que é Mato Grosso se equipem funcionalmente para um efetivo atendimento ao público que nos ajuda a desenvolver. A compreensão pela Superior Administração do Banco do Brasil desse problema e a equação de sua solução terão para nós uma frutificação imprevisível.

Aguardamos o respaldo desse Gigante do Crédito para o amadurecimento do Gigante Potencial que é Mato Grosso.



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5º ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3563

INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS - PREENCHIMENTO DE QUADRO

Mato Grosso, devido sua extensão territorial e deficiência de estradas, acarreta a usúrios do Banco do Brasil, principalmente, ao pequeno produtor agrícola, sérias dificuldades de acesso às agências onde operam.

O sistema de crédito rural adotado pelo Banco do Brasil, apesar de eficiente, principalmente no que tange ao controle de aplicação do capital, ocasiona em contrapartida, um número bastante elevado de viagens do autuário às agências, viagens estas que se transformam num drama quando as distâncias são longas e os meios de transportes precários. A perda de tempo e o custo da viagem tornam o financiamento completamente inviável. Apenas a ignorância e a falta de capacidade de calcular o custo das viagens, de tempo perdido e de ausência do proprietário no local, fazem com que o pequeno proprietário ainda vá ao Banco.

A AGAMAT procedeu a um estudo no município de Barra do Bugres, um dos grandes produtores matogrossenses de amendoim, arroz e algodão, e concluiu que qualquer financiamento abaixo de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) é absolutamente antieconômico. Vale ressaltar que mais de 80% dos financiamentos naquela região não atingem aquele índice.

O Banco do Brasil, o maior financiador brasileiro de Agricultura e de Pecuária, apesar de ter a melhor estrutura funcional do país, carece ainda de determinadas adaptabilidades às regiões singulares, como algumas em Mato Grosso.

Um exemplo dessa adaptabilidade foi a criação, em tempos idos, das Unidades Móveis de Crédito Rural, experiência que, ao que tudo indica, não foi das mais bem-sucedidas, mas, que poderia novamente ser tentada corrigindo-se as falhas e distorções já agora muito mais conhecidas. A participação ativa da AGAMAT como parte de apoio a essas Unidades Móveis poderia transformá-la realmente em um instrumento efetivo de dinamização de crédito rural em nossa região.



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5.º ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3360

-2-

Necessário se faz, fora de dúvidas, a instalação de novas Agências do Banco do Brasil, em Mato Grosso. Cidades como Barra do Bugre, Jaciara, D. Aquino, Alta Paraguaçu, Camapuã e outras, já se ressentem dessa falta. Não querendo aqui, de maneira alguma determinar locais de instalação de novas agências.

Sabemos perfeitamente que nessa Modelar Instituição de Crédito existem setores especializados no estudo e determinação dessas fixações. O acionamento desses setores poderia ser de grande valia para o desenvolvimento e integração de Mato Grosso.

Notamos também, pelas nossas contatos com as Agências do Banco do Brasil em nosso Estado, uma constante, a falta de funcionários.

O atendimento às solicitações dos senhores Gerentes com respeito ao preenchimento dos claros verificáveis nos quadros das Agências, transformaria a curto prazo o atendimento ao público, principalmente aos usuários da CUBA, numa obrigação normal e não em uma obrigação, onde a quantidade de papéis manipulados pelos funcionários excedem em mais de 100% a de outras Agências em funcionamento normal.

A regular dos jovens acostumados ao conforto oferecido pelas cidades do interior de São Paulo, de Minas e dos Estados do Sul, em vir para Mato Grosso, justifica-se perfeitamente e reconhecemos que os pedidos para retornarem à aquelas plagas, não absolutamente normais.

Conhecemos nossas limitações, sabemos que a existência de cursos especializados nas grandes cidades qualificam melhor os candidatos que conseqüentemente obtêm maior índice de aprovação. Diante desse problema, o Senhor Governador Dr. José Fragelli determinou ao Senhor Secretário de Educação a criação de cursos preparatórios para esse tipo de concurso, já que a iniciativa privada não se interessa em criá-los. Dentro de um futuro imediato próximo teremos condições de suprir



CODEMAT SOCIEDADE AN

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5.º ANDAR
CUIABÁ, MT

ADMINIST
AV. PRESIDENTE
N. 1908
FONE 306

-3-

as lacunas funcionais em jovens matogrossenses e então
superado o problema. Não podemos contudo fazê-la a curti-

dem a este indómito gigante que as Agências qu
é necessário então que o Mato Grosso de equipam
nalmente para um efetivo atendimento ao público que nos a
desenvolver. A compreensão pela Superior Administração do
do Brasil desse problema e a equação de sua solução teria
nós uma frutificação imprevisível.

Aguardamos o respaldo desse Gigante do Cre
to para o amadurecimento do Gigante Potencial que é Mato Grea



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5º. ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO,
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3362

INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS - PREENCHIMENTO DE QUADROS

Mato Grosso, devido sua extensão territorial e deficiência de estradas, acarreta a usuários do Banco do Brasil, principalmente, ao pequeno produtor agrícola, sérias dificuldades de acesso às agências onde operam.

O sistema de crédito rural adotado pelo Banco do Brasil, apesar de eficiente, principalmente no que tange ao controle de aplicação do capital, ocasiona em contrapartida, um número bastante elevado de viagens do mutuário às agências, viagens estas que se transformam num drama quando as distâncias são longas e os meios de transportes precários. A perda de tempo e o custo da viagem tornam o financiamento completamente inviável. Apenas a ignorância e a falta de capacidade de calcular o custo das viagens, de tempo perdido e da ausência do proprietário no imóvel, fazem com que o pequeno proprietário ainda venha ao Banco.

A AGARMAT procedeu a um estudo no município de Barra do Bugres, um dos grandes produtores mato-grossenses de amendoim, arroz e algodão, e concluiu que qualquer financiamento abaixo de Cr\$-15.000,00 (quinze mil cruzeiros) é absolutamente antieconômico. Vale ressaltar que mais de 80% dos financiamentos naquela região não atingem aquele índice.

O Banco do Brasil, o maior financiador brasileiro da Agricultura e da Pecuária, apesar de ter a melhor estrutura funcional do país, carece ainda de determinadas adaptabilidades às regiões singulares, como algumas em Mato Grosso.

Um exemplo dessa adaptabilidade foi a criação, em tempos idos, das Unidades Móveis de Crédito Rural, experiência que, ao que tudo indica, não foi das mais auspiciosas, mas, que poderia novamente ser tentada corrigindo-se as falhas e distorções já agora muito mais conhecidas. A participação ativa da AGARMAT como ponto de apoio a essas Unidades Móveis, poderia transformá-la realmente em um instrumento efetivo de organização do crédito rural em nossa região.



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA
PALACIO ALENCASTRO
5º. ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO
AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3363

-2-

Necessário se faz, fora de dúvida, a instalação de novas Agências do Banco do Brasil, em Mato Grosso. Cidades como Barra do Bugres, Jaciara, D. Aquino, Alta Paraguaçu, Camapuã e outras, já se ressentem dessa falta. Não queremos aqui, da maneira alguma determinar locais de instalação de novas agências.

Sabemos perfeitamente que nessa Modelar Instituição de Crédito existem setores especializados no estudo e determinação dessas fixações. O acionamento desses setores poderia ser de grande valia para o desenvolvimento e integração de Mato Grosso.

Notamos também, pelos nossos contatos com as Agências do Banco do Brasil em nosso Estado, uma constante, a falta de funcionários.

O atendimento às solicitações dos senhores Gerentes com respeito ao preenchimento dos claros verificadas nos quadros das Agências, transformaria a curto prazo o atendimento ao público, principalmente aos usuários da CREAL, numa obrigação normal e não em uma epidemia, onde a quantidade de papéis manipulados pelos funcionários excedem em mais de 100% a de outras Agências em funcionamento normal.

A repulsa dos jovens acostumados ao conforto oferecido pelas cidades do interior de São Paulo, de Minas e dos Estados do Sul, em vir para Mato Grosso, justifica-se perfeitamente e reconhecemos que os pedidos para retornarem à aquelas plagas, são absolutamente normais.

Conhecemos nossas limitações, sabemos que a existência de cursos especializados nas grandes cidades qualificam melhor os candidatos que conseqüentemente obtém maior índice de aprovação. Ciente desse problema, o Senhor Governador Dr. José Fragelli determinou ao Senhor Secretário de Educação a criação de cursos preparatórios para esse tipo de concurso, já que a iniciativa privada não se interessou em criá-los. Dentro de um futuro bastante próximo teremos condições de suprir



CODEMAT SOCIEDADE ANONIMA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA

PALACIO ALENCASTRO
5º ANDAR
CUIABÁ MT

ADMINISTRAÇÃO

AV. PRESIDENTE VARGAS
N. 1208
FONE 3363

-3-

as lacunas funcionais com jovens matogrossenses e então teremos superado o problema. São pedras contido fáctis a curto prazo.

É necessário então que as agências que atendam a este indopito gigante que é Mato Grosso se equipem funcionalmente para um efetivo atendimento as púlicas que nos ajuam desenvolver. A compreensão pela Superior Administração do Império do Brasil desse problema e a equação de sua solução teria para nós uma frutificação imprevista.

Aguardamos o respeito de sua Signatura do Grão-
to para o amadurecimento de Gigante Potencial que é Mato Grosso.



Estado de Mato Grosso
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

A PECUÁRIA NO NORTE GOIANO

C O D E C



1. - A PECUÁRIA NO NORTE GOIANO

OBJETIVO: Assegurar, em 5 anos, melhoria do rebanho com vistas a um crescimento de 40%.

I - INTRODUÇÃO

Há mais de 20 anos, que de uma forma ou de outra, se tem procurado anexar, através das mais variadas providências, a Pecuária do Norte à do Sul do Estado. A primeira tentativa palpável de melhoria do rebanho regional foi a compra, no ano de 1948, de 500 (quinhentos) tourinhos VR para revenda aos criadores nortenses.

A falta de meios de comunicação entre as duas partes do Estado, que precariamente se fazia em apenas cinco meses do ano, constituía elemento proibitivo para o desenvolvimento regional. Com a construção da BR-153, mesmo com parte de seu percurso em pista pioneira, oferecendo tráfego em qualquer época do ano, permitiu-se a independência da exclusividade de Belém como praça consumidora de seus produtos regionais e assim um maior interesse econômico aos criadores.

Entretanto, todas as iniciativas para o crescimento e melhoria do rebanho regional, têm esbarrado em fatores adversos, cujos principais são:

a) - BAIXA DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Ainda agora, com o advento da rodovia Belém - Brasília, a densidade populacional média é de 3,04 hab/km², sendo que em algumas micro-regiões, tais como: a do Araguaia com 1,64 hab/km², a do Nordeste com 1,05, a do Benedito com 1,75 hab/km². Há, nas três primeiras micro-regiões em que o Estado é dividido, doses municipais nos quais a densidade é menor que um hab/km². Tão baixa densidade impede, ou pelo menos, dificulta, qualquer programação de desenvolvimento econômico, considerando-se a

03)

Estes melhoramentos são investimentos a médio e longo prazo, que são desestimulados pela incerteza da propriedade. Recomenda-se uma ação rápida do IDAGO, paralelamente à ação do Governo Federal, a exemplo dos 100 km de cada lado das rodovias federais acima do paralelo 13.

d) - SOLOS

Salvo estudos realizados em alguns poucos municípios goianos, localizados nas regiões NE e Sul, pelo IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), em Arraias e Campos Belos, para localização do Combinado Agro-Urbano de Arraias, com superfície inferior a 50 km² e pela CODEG (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás), em dois municípios do Vale do São Patrício: Goianésia e Jaraguá e em parte do município de Palmeiras, na bacia do Rio Turvo, pouco se sabe acerca dos solos da região Norte, acima do paralelo 13, chamada de Amazônia Legal. O desconhecimento dos solos e os fatores retro-enunciados têm como consequência a baixa produtividade reinante.

Pode-se, mesmo assim, de uma maneira geral e em função da cobertura vegetal, existente ou destruída, afirmar que naquelas áreas de matas de primeira classe - Lontra, Muricisal, Gurupi e Vão dos Angicos -, o solo é fértil.

No município de Iambicá encontra-se a floresta amazônica com todas as suas características. Além destas matas latifoliadas, as florestas de Babaçu indicam solos agricultáveis.

A área divisória das bacias do Araguaia e Tocantins é arenítica e de baixa fertilidade. Municípios há, como o de Guaraí, que têm 70% de sua extensão coberta de capim amargoso fixado sobre areia.

e) - O COMPORTAMENTO DO PECUARISTA

O pecuarista local, em sua grande maioria, é muito acanhado e ainda não se inibiu do espírito empresarial. Sua fazenda não é "instrumento de trabalho", criador de riquezas e gerador de lucros, mas uma simples "fonte de renda", que lhe permite a perpetuação do "status", com todas as suas características de subdesenvolvimento. Quase não se cuida de organizar e melhorar as condições de exploração da propriedade, preferindo, ao invés de aumentar sua capacidade de apascentamento pelo cultivo e formação de capineiras, por melhor manejo e defesa sanitária, anexar novas áreas à sua propriedade, aumentando o latifúndio e perpetuando o regime de subutilização.

Urge medida capaz de despertar esta grande maioria de pecuaristas do Norte do Estado, convocando-a a uma tomada de posição contra a rotina, que é a principal característica do subdesenvolvido, indicando-lhe os métodos e processos para o seu levantamento sócio-econômico. A impressão de folhetos, boletins e cartazes ilustrativos afigura-se como medida oportuna. Ficou famosa a Campanha lançada na década dos 20, no combate à verminose, quando o saudoso Monteiro Lobato criou o tipo característico do homem atrasado do interior, o "Jeca-tatu", e os extraordinários e benéficos efeitos alcançados, principalmente nos Estados de Rio, de Minas Gerais e São Paulo. Não seria difícil a instituição de campanha semelhante, comparando o BOI SADIO E GORDO ao BOI DOENTE E MAGRO, para a qual poder-se-ia inclusive pleitear o patrocínio dos laboratórios de produtos veterinários.

A ACAB-Goiás, órgãos do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, é dotada de equipe especializada em comunicação de massas e possui escri-

05)

tórios em muitos municípios goianos, poderá encarregar-se dessa campanha, elaborando, de comum acordo com a Secretaria da Agricultura, os documentos e promovendo a sua distribuição no meio rural.

II - ESTÁGIO ATUAL

O rebanho regional foi estimado em 3.009.000 cabeças, o que daria apenas 8,19 bois/km². Na região do "Mato Grosso Goiano" as fazendas têm uma capacidade média de apascentamento de cinco bois por alqueire geométrico, ou sejam, 110 bois por km². Só por esta comparação, verifica-se quão baixo é o poder de suporte das pastagens, circunstância que se reflete diretamente no desfrute do rebanho, que oferece um índice baixíssimo.

As estatísticas existentes, dada a predominância do gado "curraleiro" na região caracterizada por baixa produtividade, em consequência da idade avançada de abate e baixo rendimento de carcaça. A comparação de desfrute dos rebanhos Norte e Sul é expressa:

a) - Região Norte

Gado Existente	- 3.009.112
Gado Exportado	- 138.400
Gado Abatido	- 98.574
Desfrute	- 7,88%

b) - Região Sul

Gado Existente	- 5.712.504
Gado Exportado	- 180.100
Gado Abatido	- 334.211
Desfrute	9,00%

A primeira impressão é a de que o rendimento do gado do nortense, com 7,88%, quase se equipara ao resultado obtido no Sul do Estado, o que não é verdade. A carcaça do curraleiro dá apenas 130 kg com seis (6) anos de idade, enquanto a do mestiço de sebu alcança 180 kg com quatro (4) anos.

As estatísticas são por unidade abatida.

Convertida em toneladas, a produção do ano de 1969, citado, foi respectivamente de 30.806 ton. do Norte e de 92.600 ton. do Sul. Se se considerar, ainda, o tempo dispendido para se conseguir esse resultado, tem-se que a relação de produção seria $92.600 \times 1,5 = 4,54$, isto é, o rendimento do rebanho do Sul foi 30.806

de 4,54 vezes maior que o do Norte. Considerando-se que o desfrute do rebanho do Sul já é bem inferior à média do Brasil, que é de 12,8, pode-se ver como são necessárias medidas urgentes para melhorar o estado atual do rebanho nortense.

Tal índice de desfrute, tão baixo, chegando a ser irrisório, resulta de estreita consanguinidade dos animais, deficiência de alimentação, falta de sais minerais e ausência de defesa sanitária.

III - ZONEAMENTO PRELIMINAR

A) - DIAGNÓSTICO DAS REGIÕES

As condições de solo, clima, função geográfica, infraestrutura e imigração criaram diferenças peculiares entre micro-regiões do Norte Goiano. As particularidades e determinantes micro-regiões repercutem direta e indiretamente no tipo de atividade de pecuária, no comportamento do pecuarista e na própria qualidade e produtividade do rebanho.

Em consequência do exposto e visando a uma melhor implementação do Projeto Pecuária de Corte, no Norte Goiano, dividiu-se a região acima do paralelo 13 em três sub-regiões:

A.1. - IN - EXTREMO NORTE que engloba apenas a micro-região nº 1, abrangendo os municípios de: Araguatins, Itaguatins, Tocantinópolis, Nazaré, Xambioá, Araguaína, Babaçulândia e Filadélfia.

A.2.IIN - NOROESTE na margem esquerda do Rio Tocantins, representada pelas micro-regiões 2, 4 e 6 que, entre outras, abrange os municípios de: Araguaçema, Miracema do Norte, Colinas de Goiás, Cristalândia, Gurupi, São Miguel do Araguaia, Porangatu etc.

A.1.-IIIN - NORDESTE na margem direita do Rio Tocantins, constituída basicamente pelas micro-regiões 3, 5 e 8, destacando-se os municípios de: Pedro Afonso, Porto Nacional, Ponte Alta do Norte, Natividade, Dianópolis, Taguatinga, Paranã, Arraias etc.

A.1.-IN - EXTREMO NORTE

O Extremo Norte, micro-região 1, teve em 1970 o seu rebanho estimado em 404.786 cabeças, com uma taxa de crescimento médio anual, nos últimos 4 anos, de 16,6%. Dos 16,6% estimativamente 5,6% corresponde ao crescimento vegetativo e 11,0% à aquele imputado à entrada de animais de outras regiões.

A elevada taxa de crescimento está relacionada, entre outros fatores, com as condições de fertilidade do solo, proximidades de mercado de consumo, existência de agências creditícias em Araguaína e Tocantinópolis e ênfase dos incentivos fiscais às regiões limítrofes dos Estados de Pará e Maranhão.

A.2.-IIN - NOROESTE

A sub-região Noroeste na margem esquerda do Rio Tocantins, com uma população bovina, estimada em 1970, de 1.710.830 cabeças, engloba a maior parte das micro-regiões 2, 4 e 6.

A taxa de crescimento média anual no período de 1966 a 1969 foi estimada em 7,83%, sendo 4,0% correspondente ao crescimento vegetativo e 3,83% referente a entrada de animais de outras regiões.

As diferenças de taxas de crescimento observadas entre esta sub-região e a do Extremo Norte, é na sua maior parte devida ao número limitado de agências creditícias, sistema de criação e condições naturais, distância de centros consumidores e, principalmente, por se constituir de uma área intermediária entre o Sul e áreas do Pará, Maranhão, e Mato Grosso, altamente beneficiadas pelos incentivos fiscais.

A.3.- IIIN - NORDESTE

A sub-região Nordeste situada na margem direita do Rio Tocantins é possuidora de características condicionadas por fatores, tais como: baixa fertilidade do solo, baixíssimo padrão zootécnico do rebanho, sistema de criação predominantemente ultra-extensivo e fundamentalmente a deficiência da infra-estrutura de vias de penetração, mercado e escassez de crédito.

Em vista do exposto, o rebanho bovino, constituído de 900.414 cabeças estimadas em 1970, apresentou entre 1966 e 1970 uma taxa média anual de crescimento vegetativo de 0,01% e de 0,52%, relativa a entrada de animais de outras áreas, totalizando um aumento global anual de 0,63%.

Esta região, com a futura implantação da BR-10, estará ligada diretamente a Brasília, podendo então sua melhoria ser objeto de convênios com órgãos do Governo do Distrito Federal.

IV - METAS E MEIOS

A) - PASTAGENS

As pastagens da região Norte, em suas três sub-regiões, são, em grande parte, constituídas de vegetação nativa, principalmente, gramíneas de ciclo vegetativo de curto e de baixo teor forrageiro, dada a pobreza dos solos. Cabe aqui, ressaltar a situação privilegiada do Vale do Araguaia e da Ilha do Bananal, que se caracterizam pelas pastagens "verdes" no período da seca. O rio ao voltar ao seu leito verdadeiro, deixa enormes faixas de terras úmidas e acúbadas. Esta faixa comumente recebe os rebanhos das fazendas "altas", no período das secas. Talvez esteja ali a solução do angustiante problema da "entre-safrá" da carne, porquanto poder-se-á contar com o boi gordo e ano inteiro.

Mas, voltando à descrição das pastagens em geral, suas sementes são transportadas pelos meios naturais: animais domésticos, aves e peixes, e predominam nos grupos limpos, campos abertos e cerrados. Fornecem razoável quantidade de massa verde após as primeiras chuvas e por poucos meses. As principais gramíneas encontradas são o capim balsa de boia, o capim flexinha e o capim amargoso. O capim agreste e o meloso branco são os dois melhores encontrados. Tal tipo de vegetação cobre, a grosso modo, 86% da região.



16)

Ná medida em que se fôr verificando o retorno do numerário, pela revenda dos animais, irá ele sendo recolhido em conta especial que a CODEG manterá no Banco do Estado de Goiás S/A. A gestão desse adiantamento será exercida pelo próprio Secretário da Agricultura com o Diretor Tesoureiro da Codeg, que apresentarão balanço mensal da movimentação da conta.

B.3.j.) - Cronograma:

Os trabalhos, em 1971, serão desenvolvidos observando-se os seguintes cronogramas:

Seleção dos beneficiários

- período de 15 de julho a 15 de outubro

Aquisição dos tourinhos

- período compreendido entre 15 de julho a 15 de setembro.

Transporte dos tourinhos para as bases físicas

- até o dia 30 de outubro

Revenda e entrega dos tourinhos

- de 1º de novembro a 31 de dezembro

O cronograma dos anos subsequentes será estabelecido oportunamente, com base na experiência acumulada.

Note-se que, ao selecionar o pecuarista para ser beneficiado com a compra de um ou mais tourinhos a equipe deverá promover o seu cadastramento em uma das Agências Bancárias atrás referidas para abreviar o financiamento. Oportunidades ótimas para a revenda dos tourinhos são as Exposições Agropecuárias, que se realizam em cidades do Norte:

- Araguaína
- Gurupá
- Porto Nacional



Com estas quantidades, admitindo-se que cada tourinho possa cobrir 30 vacas, teríamos 97.500 vacas servidas que aproximadamente correspondem a 20% de todo o rebanho regional.

B.3.k.) - Assistência Técnica

A Secretaria da Agricultura, pelos seus órgãos próprios, assistirá tecnicamente a implantação e desenvolvimento do programa, com a colaboração do Ministério da Agricultura, da ACAR-Goiás e da FAEG.

B.3.l.) - Desenvolvimento do Projeto - Recursos:

Os recursos para o desenvolvimento e ampliação do programa no exercício de 1972 e seguintes, serão concedidos com a participação da SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) e do Ministério da Agricultura - Fundo Federal Agropecuário.

A receita será financiada pelos Bancos Oficiais da área de produção (B.B. BRB e BEG).

B.3.m.) - Cooperação

A participação dos órgãos financiadores e de assistência técnica será assegurada mediante convênios a serem celebrados.

V - CUSTOS DOS PROJETOS

I - PASTOS

I.1. - Capim

1971	-	1.000	x	1.500,00	=	Cr\$ 1.500.000,00
1972	-	1.750	x	1.500,00	=	Cr\$ 2.625.000,00
1973	-	1.750	x	1.500,00	=	Cr\$ 2.625.000,00
1974	-	1.750	x	1.500,00	=	Cr\$ 2.625.000,00
1975	-	1.750	x	1.500,00	=	Cr\$ 2.625.000,00
				Total	=	Cr\$ 12.000.000,00

A preços de 1971

I.2. - Cerca de Arame

1971	-	2.400	x	2.000,00	=	Cr\$ 4.800.000,00
1972	-	5.600	x	2.000,00	=	Cr\$ 11.200.000,00
1973	-	5.600	x	2.000,00	=	Cr\$ 11.200.000,00
1974	-	5.600	x	2.000,00	=	Cr\$ 11.200.000,00
1975	-	5.600	x	2.000,00	=	Cr\$ 11.200.000,00
Total				=	Cr\$ 49.600.000,00	

A preços de 1971

I.3. - Semente de capim (sacos)

1971	-	80.000	x	25,00	=	Cr\$ 2.000.000,00
1972	-	180.000	x	25,00	=	Cr\$ 4.500.000,00
1973	-	180.000	x	25,00	=	Cr\$ 4.500.000,00
1974	-	180.000	x	25,00	=	Cr\$ 4.500.000,00
1975	-	180.000	x	25,00	=	Cr\$ 4.500.000,00

Total = Cr\$ 20.000.000,00

A preços de 1971

I.4. - Instalações Diversas
(Currais, Aguadas, Troncos)

1971	-	80	x	10.000,00	=	Cr\$ 800.000,00
1972	-	180	x	10.000,00	=	Cr\$ 1.800.000,00
1973	-	180	x	10.000,00	=	Cr\$ 1.800.000,00
1974	-	180	x	10.000,00	=	Cr\$ 1.800.000,00
1975	-	180	x	10.000,00	=	Cr\$ 1.800.000,00

Total = Cr\$ 8.000.000,00

A preços de 1971

II - MINERALIZAÇÃO

1971	-	400.000	x	20,00	=	Cr\$ 8.000.000,00
1972	-	650.000	x	20,00	=	Cr\$ 13.000.000,00
1973	-	650.000	x	20,00	=	Cr\$ 13.000.000,00
1974	-	650.000	x	20,00	=	Cr\$ 13.000.000,00
1975	-	650.000	x	20,00	=	Cr\$ 13.000.000,00

Total = Cr\$ 60.000.000,00

A preços de 1971.

III - AQUISIÇÃO E VENDA DE TOURINHOS

1971	-	500	x	1.500,00	=	Cr\$ 750.000,00
1972	-	750	x	1.500,00	=	Cr\$ 1.250.000,00
1973	-	1.000	x	1.500,00	=	Cr\$ 1.500.000,00
1974	-	1.500	x	1.500,00	=	Cr\$ 2.250.000,00
1975	-	2.000	x	1.500,00	=	Cr\$ 3.000.000,00

Total = Cr\$ 8.750.000,00

A preços de 1971



IV - VACINAS - IV.1. - Contra Aftosa (todo o rebanho)

1971	-	3.206.953	x	0,51	= Cr\$	1.635.546,00
1972	-	3.416.468	x	0,51	= Cr\$	1.742.398,00
1973	-	3.647.119	x	0,51	= Cr\$	1.860.030,00
1974	-	3.910.000	x	0,51	= Cr\$	1.994.281,00
1975	-	4.182.079	x	0,51	= Cr\$	2.132.860,00
Total						= Cr\$ 9.365.115,00

A preços de 1 971

IV.2. - Contra Brucelose (fêmeas de 4 a 10 meses)

1971	-	352.764	x	0,35	= Cr\$	123.467,40
1972	-	375.811	x	0,35	= Cr\$	131.533,85
1973	-	401.182	x	0,35	= Cr\$	140.413,70
1974	-	430.138	x	0,35	= Cr\$	150.548,30
1975	-	460.028	x	0,35	= Cr\$	161.009,80
Total						= Cr\$ 706.973,05

A preços de 1 971.

V - RECURSOS HUMANOS

V.1. - Técnicos de Nível Superior

1971	-	7	x	1.600,00	x	6	= Cr\$	78.400,00
1972	-	13	x	1.600,00	x	13	= Cr\$	270.400,00
1973	-	19	x	1.600,00	x	13	= Cr\$	395.200,00
1974	-	25	x	1.600,00	x	13	= Cr\$	520.000,00
1975	-	31	x	1.600,00	x	13	= Cr\$	644.800,00
Total								= Cr\$ 1.908.800,00

A preços de 1971

V.2. - Técnicos de Nível Médio

1971	-	14	x	800,00	x	6	= Cr\$	78.400,00
1972	-	32	x	800,00	x	13	= Cr\$	332.800,00
1973	-	50	x	800,00	x	13	= Cr\$	520.000,00
1974	-	68	x	800,00	x	13	= Cr\$	707.200,00
1975	-	86	x	800,00	x	13	= Cr\$	894.400,00
Total								= Cr\$ 2.532.800,00

A preços de 1971

V.3. - Pessoal Administrativo

1971	-	7	x	200,00	x	6	= Cr\$	8.400,00
1972	-	13	x	200,00	x	13	= Cr\$	33.800,00
1973	-	19	x	200,00	x	13	= Cr\$	49.400,00
1974	-	25	x	200,00	x	13	= Cr\$	65.000,00
1975	-	31	x	200,00	x	13	= Cr\$	80.600,00
Total								= Cr\$ 237.200,00

A preços de 1971.



VI - VEÍCULOS

VI.1. - Aquisição

1971	5	Cr\$	75.000,00
1972	13	Cr\$	120.000,00
1973	21	Cr\$	120.000,00
1974	29	Cr\$	120.000,00
1975	37	Cr\$	120.000,00
Total		= Cr\$	555.000,00

A preços de 1971

VI.2. - Combustíveis, Óleos e Lubrificantes

1971	5	Cr\$	4.430,00
1972	13	Cr\$	28.600,00
1973	21	Cr\$	58.800,00
1974	29	Cr\$	86.884,00
1975	37	Cr\$	114.700,00
Total		Cr\$	293.414,00

A preços de 1971.

VI.3. - Reparos, Pneus e Peças

1971	5	Cr\$	3.330,00
1972	13	Cr\$	15.938,00
1973	21	Cr\$	26.880,00
1974	29	Cr\$	36.975,00
1975	37	Cr\$	45.722,38
Total		Cr\$	128.845,38

A preços de 1971

VII - MATERIAIS - VII.1. - Permanente

1971	Cr\$	29.400,00
1972	Cr\$	30.329,00
1973	Cr\$	53.200,00
1974	Cr\$	54.050,00
1975	Cr\$	54.900,00
Total		Cr\$ 221.879,00

A preços de 1971.

VII.2. - Consumo

1971	Cr\$	7.000,00
1972	Cr\$	26.000,00
1973	Cr\$	38.000,00
1974	Cr\$	50.000,00
1975	Cr\$	62.000,00
Total		Cr\$ 183.000,00

A preços de 1971.



VI - CUSTOS GERAIS DO PROJETO

I - PASTOS

I.1. - Capim	Cr\$	12.000.000,00	
I.2. - Cercas de Arame	Cr\$	49.600.000,00	
I.3. - Sementes de Capim	Cr\$	20.000.000,00	
I.4. - Instalações Diversas	Cr\$	8.000.000,00	
Subtotal			Cr\$ 89.600.000,00

II - MINERALIZAÇÃO

Cr\$ 60.000.000,00

III - AQUISIÇÃO E VENDAS DE TOURINHOS

Cr\$ 8.750.000,00

IV - VACINAS

IV.1. - Aftosa	Cr\$	9.365.115,00	
IV.2. - Brucelose	Cr\$	706.973,00	
Subtotal			Cr\$ 10.072.088,00

V - RECURSOS HUMANOS

V.1. - Técnicos Nível Superior	Cr\$	1.908.800,00	
V.2. - Técnicos Nível Médio	Cr\$	2.532.800,00	
V.3. - Pessoal Administrativo	Cr\$	237.200,00	
Subtotal			Cr\$ 4.678.800,00

VI - VEÍCULOS

VI.1. - Aquisição	Cr\$	555.000,00	
VI.2. - Combustíveis, Óleos e Lubrificantes	Cr\$	293.000,00	
VI.3. - Reparos, Pneus e Peças	Cr\$	128.815,00	
Subtotal			Cr\$ 976.815,00

VII - MATERIAIS

VII.1. - Permanente	Cr\$	221.879,00	
VII.2. - Consumo	Cr\$	173.000,00	
Subtotal			Cr\$ 394.879,00

VII - TIPOS DE CUSTOS

1. - FINANCIAMENTO PELOS BANCOS

1.1. - Pastos	Cr\$	89.600.000,00
1.2. - Mineralização	Cr\$	60.000.000,00
1.3. - Aquisição e Vendas de Tourinhos	Cr\$	8.750.000,00
	Cr\$	158.350.000,00



2. - DESPESAS OFICIAIS COM RETORNO PARA O FUNDO ESPECIAL DO PROJETO

2.1. - Compra e Vendas de Tourinhos	Cr\$ 8.750.000,00
2.2. - Vacina	Cr\$ 10.072.088,00
	Cr\$ 18.822.088,00

3. - RECURSOS DOS ÓRGÃOS OFICIAIS

3.1. - Recursos Humanos	Cr\$ 4.678.000,00
3.2. - Veículos	Cr\$ 976.000,00
3.3. - Materiais	Cr\$ 394.000,00
	Cr\$ 6.048.000,00

VIII- CUSTO BENEFÍCIO

Considerando que os recursos das aquisições dos Tourinhos e Vacinas vão constituir o Fundo Especial do Projeto, para sua futura ampliação, e será mantido no Banco do Estado de Goiás S/A, sob o título "Depósitos do Governo Estadual - Fundo de Desenvolvimento da Pecuária", a ser movimentado pela CODEG e Secretaria da Agricultura, através de Gestores, para este fim designados pelo Excelentíssimo Senhor Governador.

VIII.1. - C/B para todo o Fecbanho

$$\frac{4.182.079 \times 52 \times 3,00}{18.822.088,00 + 6.048.000,00 + 158.350.000,00}$$

$$\frac{652.404.324,00}{183.172.088,00} = 3,56$$

$$C/B = \frac{1}{3}$$

VIII.2. - C/B para o Estado - ICM

$$\frac{652.404.324,00 \times 0,165}{24.870.088,00} =$$

$$\frac{107.646.713,46}{24.870.088,00} = 4,33$$

$$C/B = \frac{1}{4}$$



1. - CUSTOS DO PROJETO PARA O ORÇAMENTO PLURIANUAL

A custos de 1971

1.1. - EMPRÉSTIMOS

1971	Cr\$	17.100.000,00
1972	Cr\$	33.125.000,00
1973	Cr\$	33.125.000,00
1974	Cr\$	33.125.000,00
1975	Cr\$	33.125.000,00

1.2. - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

1971	Cr\$	2.509.013,40
1972	Cr\$	3.123.931,85
1973	Cr\$	3.500.443,70
1974	Cr\$	4.394.829,30
1975	Cr\$	5.293.869,80

1.3. - PESSOAL

1971	Cr\$	16.520,00
1972	Cr\$	536.600,00
1973	Cr\$	964.600,00
1974	Cr\$	1.292.200,00
1975	Cr\$	1.619.800,00

1.4. - VEÍCULOS

1.4.A. - Aquisição

1971	Cr\$	75.000,00
1972	Cr\$	120.000,00
1973	Cr\$	120.000,00
1974	Cr\$	120.000,00
1975	Cr\$	120.000,00

1.4.b. - Custeio

1971	Cr\$	7.760,00
1972	Cr\$	44.600,00
1973	Cr\$	85.680,00
1974	Cr\$	123.859,00
1975	Cr\$	160.422,38



Estado da
Companhia do Estado de Mato Grosso

24)

1.

Cr\$	29.400,00
Cr\$	30.329,00
Cr\$	53.200,00
Cr\$	54.050,00
Cr\$	54.900,00

5.b. - Consumo

1971	Cr\$ 7.000,00
1972	Cr\$ 26.000,00
1973	Cr\$ 38.000,00
1974	Cr\$ 50.000,00
1975	Cr\$ 62.000,00

-0-

aj/.



Alto desenvolvimento e
Governo

Mato Grosso, foi até a pouco relegado a um plano secundário, justamente por oferecer ao Poder Central certa tranquilidade, não apresentando nem a preocupação desenvolvimentista das regiões mais adiantadas e nem os problemas aflitivos das regiões nordestinas.

No entanto, com o advento da Revolução de Março, passou o Governo Central a enfocar de uma maneira diversa os problemas brasileiros, sem descuidar dos onus seríssimos das regiões menos dotadas e acelerando ainda mais o ritmo de desenvolvimento das regiões já desenvolvidas, passou a encarar a ~~integratização~~ integração das regiões vazias, a conquista das áreas até agora inconquistadas, principalmente em função da Segurança Nacional, como a sua preocupação mais significativa.

Visto deste ângulo, Mato Grosso passou a ocupar em caráter prioritário, um lugar de destaque naquelas preocupações, da tranquilidade anteriormente oferecida a uma indocilidade nervosa de hora da partida.

O salto para a integração, para a conquista da cobiçada e indomável Amazônia tem em Mato Grosso o seu trampolim.

A palavra de Comando foi dada pelo Presidente Médici e Mato Grosso se equipa para cumpri-la.

Tarefa difícil, porque o tradicionalismo característico de anos de isolamento, benéfico no sentido de formação de um alto senso de ~~brasil~~ brasilidade, mas ocasiona em contrapartida, uma elevada dose de desconfiança e resistência a toda modernização.

No entanto, a liderança efetivamente exercida e o contágio pelos ideais que norteiam a atual política Brasileira está conseguindo quebrar aquele Estado de espírito transformando o Matogrossense no mais útil instrumento para aquela conquista.

Como quem parte para a luta, o planejamento para uma equipagem adequada é uma necessidade; na hora da porfia é mister que se tenha a arma certa e por isso preparamos um levantamento dessa adequação.



Iniciando por um retrospecto histórico e demográfico do nosso Estado equacionamos os obstáculos que se nos antepõe impedindo ou dificultando a implantação do desenvolvimento pretendido.

Traçamos as nossas diretrizes básicas; nortearmos por ela a nossa ação governamental prestigiando e procurando fazer executar na íntegra os programas setoriais que serão na prática a cristalização daquelas diretrizes.

Este plano poderá parecer demasiado ambicioso tendo em vista os poucos recursos do Estado. Entretanto muito mais ambiciosa pe' é a atual política de integração nacional que hoje investe somas fabulosas na implantação da infra estrutura necessária a concretização dessa verdadeira epopéia.

É essa ousadia que nos contagia e que nos anima a dar esse laggo passo no caminho do desenvolvimento, na certeza de contar com os recursos humanos, técnico e financeiros dos governos federal, estadual e municipal, não dispensando ainda a colaboração da iniciativa privada.

Para sua consecução pretendemos prestigiar e equipar adequadamente os órgãos arrecadadores, estimular a aplicação da poupança interna e exaurir tódaxa tódaxa a capacidade de captação de recursos nacionais e internacionais.

Mato Grosso não quer e não pode quedar à espera de que o seu desenvolvimento seja apenas fruto da ação do Governo Federal, mas, sim, participar com êste dessa épica arrancada, deixando de ser objeto para ser sujeito do processo desenvolvimentista.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA CASA CIVIL

CUIABÁ, 22 DE MARÇO DE 1971

Reunio Secretariado
Prof. Aecim.

PALAVRA DE ORDEM DO GOVERNADOR

JOSE FRAGELLI : NÃO SERÁ

INTERROMPIDO RITMO DAS OBRAS

2 - Pag.

As obras atualmente em construção pelo Governo do Estado não sofrerão qualquer solução de continuidade e novos empreendimentos, visando acelerar ainda mais o processo de desenvolvimento regional, figuram dentro das preocupações da nova administração estadual. A afirmação é do Governador José Fragelli e foi feita sábado último durante a primeira reunião do secretariado realizada na parte da manhã, no 7º andar do Palácio Alencastro. Ao encontro, que objetivou o estabelecimento de diretrizes relacionadas à elaboração de um plano de ação para o atual governo, estiveram presentes o Vice-Governador José Monteiro de Figueiredo, João Arinos, Chefe da Casa Civil, Aecim Tocantins, Chefe de Gabinete da Casa Civil, Paulo Fagundes, Secretário da Fazenda, Oswaldo Fortes, Secretário de Coordenação Econômica, Ernesto Vargas Baptista, Secretário de Viação e Obras Públicas, Joaquim Soares Viana, Secretário de Educação, Paulo Coelho Machado, Secretário da Agricultura, Lucídio de Arruda, Secretário de Segurança Pública, Edio Lotufo, Secretário da Saúde, Gabriel Muller, da Codemat, Luiz Armani, da Codemat, Antonio Rodrigues da Silva, Acarmat, Luís Portela, da Cohab, Benedito Vieira de Figueiredo, da Fusmat, Odare Vaz Curvo, do Ipemat, Cláudio Fragelli, da Sanemat, Kerman Machado, Cemat, Carmelito Torres, Cemat, Keigoro Takano, Cemat, Benedito Valadares Damasceno, Casemat e Wilson Rodrigues, do Escritório de Mato Grosso na Guanabara.

No decorrer do encontro diversos assuntos foram abordados não só pelo Governador José Fragelli como por vários dos participantes. A idéia central da reunião, fixada desde o início pelo Chefe do Executivo, girou em torno da elaboração de planos setoriais, com acompanhamento de uma comissão coordenadora, que serão utilizados como subsídios ao Plano Global do Governo José Fragelli. A princípio se pensou na divisão do trabalho em duas etapas perfeitamente distintas: um Plano de Emergência, a ser utilizado em 1971, visando a continuidade das obras e o atendimento de setores vitais da vida do Estado e um Plano Trienal, que retrataria a própria filosofia do Governo José Fragelli, a ser seguido em 1972, 1973 e 1974.

Ao final da reunião, porém, após debate do problema / sobre os vários aspectos em que êle se apresentava, decidiu-se, de conformidade com a opinião manifestada pelo próprio governador, o seguinte :

→ 1) - Deverão ser relacionados todos os projetos que / constituirão os planos setoriais e de cada um dêles serão destacados os programas de emergência para execução em 1 971, em caráter de prioridade;

2) - Os demais projetos, apresentados pelos vários setores da administração, acrescidos de outros que já figuram nas preocupações do governo, integrarão o Plano Global a ser cumprido de 1 972 a 1 974;

3) - Foi marcada uma outra reunião do secretariado para o dia 17 de abril para debate e encaminhamento de vários aspectos da questão, inclusive para o conhecimento preliminar dos planos setoriais em elaboração.

As intervenções

O encontro de sábado último, presidido pelo Governador Fragelli, serviu para a definição de uma série de problemas e mesmo das intenções da atual administração. Em uma de suas intervenções, o governador deixou claro que deve haver um somatório de esforços de todos os órgãos com a finalidade de promover harmonicamente o desenvolvimento / do Estado e que os recursos a serem utilizados para a execução do Plano Global não serão apenas os existentes no orçamento estadual, devendo-se, em consequência, se pensar, desde agora, em recursos federais e / mesmo externos.

O Secretário Paulo Coelho Machado, da Agricultura, foi o primeiro a expor seu ponto de vista após as palavras iniciais do / Governador José Fragelli. Disse sobre a importância do Plano Global no setor da agricultura para fins de captação de recursos, solicitando prioridade para o desenvolvimento agro-pastoril do Estado.

Em seguida, o Secretário Oswaldo Fortes, da Coordenação Econômica, informou que a equipe técnica de sua pasta poderá coordenar a elaboração do Plano Global e assessorar na elaboração dos planos setoriais.

Sobre o estágio em que se encontram os estudos para a constituição da Cosimat falou o Secretário Ernesto Vargas Baptista, da Viação e Obras Públicas, que responde pela Secretaria de Indústria e / Comércio, discorrendo, em seguida, sobre o programa de interligação de bacias e navegação fluvial e também a respeito do programa de telecomunicações do Estado.

Depois falou o presidente da Codemat, eng^o Gabriel / Muller, que abordou estudos realizados pela companhia sobre o problema / siderúrgico matogrossense. Acrescente-se a respeito dessa questão, que Mato Grosso e Pernambuco foram considerados Estados prioritários para o desenvolvimento do Plano Siderúrgico Nacional, já colocado em prática / pelo governo da União.

Telecomunicações e energia

Após as palavras do General Lucidio de Arruda, Secre- / tário de Segurança Pública, que opinou favoravelmente à elaboração de um Plano Global com base nas informações setoriais, o dr. Kerman Macha- / do, da Cemat, falou sobre trabalho que elaborou de utilização das linhas de transmissão de energia da empresa para facilitar a implantação do / sistema de telecomunicações da Embratel. Logo após discorreu sobre um projeto de distribuição de energia elétrica às zonas agrícolas e o gran- / de interesse já demonstrado pelo Inera em financiar tal programa.

Banco de Desenvolvimento

Interpretando o discurso de posse do Governador José / Fragelli, o diretor administrativo da Codemat, sr. Luiz Armani, indagou se deveria a companhia se transformar em um Banco de Desenvolvimento / ou então se manter com sua atual estrutura.

A primeira resposta dada à pergunta foi do Vice-Gover- / nador José Monteiro de Figueiredo, que disse que a Codemat será um ór- / gão de captação de recursos até se transformar em um Banco de Desenvol- / vimento com o objetivo de reter a poupança popular.

Por sua vez, o Governador José Fragelli julga que de- / vem ser procedidos minuciosos estudos com a finalidade de se optar por um Banco de Desenvolvimento ou, então, manter a Codemat/^{com} sua estrutura e / criar um Carteira de Desenvolvimento junto ao Bemat.

A segunda solução foi apoiada, de pronto, pelo Secre- / tário Oswaldo Fortes, da Coordenação Econômica, que informou que a Co- / demat é uma companhia que funciona paralelamente aos órgãos setoriais / e que sua meta principal é acelerar a execução do programa de governo / sem os entraves burocráticos.

No mesmo sentido, falou o Secretário Paulo Fagundes, / da Fazenda, dizendo que como todos os planos dependem para sua execução dos recursos disponíveis da receita do Estado e de outros, a Codemat / vem cumprindo seus objetivos e permitindo a aceleração das obras proje- / tadas pela administração. Abordou, depois, a sistemática da execução / orçamentária, de acordo com a política financeira já traçada pelo Chefe do Executivo.

O dr. Cláudio Fragelli, da Sanemat, foi o último a intervir nos debates, expondo que os órgãos que cuidam do saneamento básico, educação, cultura e promoção social são aqueles que tratam diretamente da meta homem que precisa ser perseguida por qualquer administração. Sua sugestão foi no sentido do governo dar prioridade a esses órgãos.

A reunião de sábado foi encerrada pelo Governador José Fragelli que afirmou que sua administração estará voltada para todos os problemas e que a prioridade para os assuntos da agropecuária é apenas exemplificativo das atenções que o governo, como um todo, oferecerá às questões básicas que dizem respeito ao desenvolvimento do Estado.

| MATO GROSSO LEVA À BRASÍLIA SUGESTÕES

| AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

O Secretário Oswaldo Fortes, da Coordenação Econômica, em companhia de técnicos da Codemat, viajou ontem para Brasília onde vai participar, amanhã, de uma reunião da Sudeco que objetiva o recolhimento de sugestões para o Plano de Desenvolvimento Nacional. Antes de seu embarque, o titular da Segece informou que por determinação do Governador José Fragelli, Mato Grosso apresentará um grande número de sugestões abrangendo os vários setores da vida administrativa do Estado.

Explicou, ainda, que o interesse da atual administração é colocar o maior número possível de sugestões no P.D.N. a fim de facilitar a captação de recursos federais e que a maioria dessas sugestões deverá fazer parte do Plano Global do Governo José Fragelli.

A reunião da Sudeco, em Brasília, será iniciada amanhã e encerrada no dia 24.

O retorno do Secretário Oswaldo Fortes a Cuiabá, porém, poderá ocorrer ou não ainda esta semana uma vez que em princípio está programada para o próximo dia 28, em Brasília, um encontro de todos os Secretários de Planejamento dos Estados que será realizado sob a presidência do Ministro João Paulo dos Reis Veloso.

==
= - "M A R Ç O - T E M P O D E C O N S T R U I R" - =
==

Mato Grosso, foi até a pouco relegado a um plano secundário, justamente por oferecer ao Poder Central certa tranquilidade, não apresentando nem a preocupação desenvolvimentista das regiões mais adiantadas e nem os problemas afilivados das regiões nordestinas.

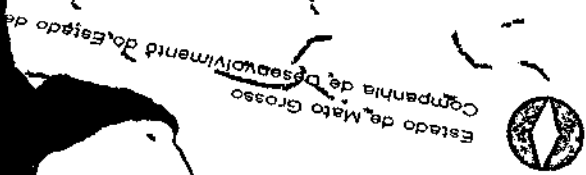
No entanto, com o advento da Revolução de Março, passou o Governo Central a enfocar de uma maneira diversa os problemas brasileiros, sem decurtar dos onus seríssimos das regiões menos dotadas e acelerando ainda mais o ritmo de desenvolvimento das regiões já desenvolvidas, passou a encerrar a ~~independência~~ integração das regiões vazias, a conquista das áreas até agora inconquistadas, principalmente em função da Segurança Nacional, como a sua preocupação mais significativa.

Visto deste ângulo, Mato Grosso passou a ocupar em caráter prioritário, um lugar de destaque naquelas preocupações, da tranquilidade anteriormente oferecida a uma indocilidade nervosa de hora da partida.

O salto para a integração, para a conquista da cobrada e indomável Amazônia tem em Mato Grosso o seu trampolim. A palavra de Comando foi dada pelo Presidente Médici e Mato Grosso se equipou para cumpri-la.

Tarefa difícil, porque o tradicionalismo característico de anos de isolamento, benéfico no sentido de formação de um alto senso de brasilidade, mas ocasional em contrapartida, uma elevada dose de desconfiância e resistência a toda modernização. No entanto, a liderança efetivamente exercida e o contágio pelos ideais que norteiam a atual política Brasileira está conseguindo quebrar aquele estado de espírito transformando o matogrossense no mais útil instrumento para aquela conquista.

Como quem parte para a luta, o planejamento para uma equipagem adequada é uma necessidade; na hora da partida é mister que se tenha a arma certa e por isso preparamos um levantamento dessas adequações.




 Gabriel
 Tenho mal interesse na implan-
 tação do Hospital, do funeral, em
 4 Marcos: Município de Calves.


 Obrigado. Já em Beatriz as
 ordens. Recomendo João a Vasco
 e Angelina. Um abraço do

Gaudêncio
 SG 316. BL-B. AM 203

F 43-56-13-239197 GER - 3.01

Polio Rodrigues Sena

Luiz Antonio Pires

Jose Candido da Silva Filho
mellon da Silva

José da Silva Magalhães

~~Luiz Antonio Pires~~

Marinho da Silva

San Diego Ferreira

Vitor - Miller

João Batista de Souza

Antonio Pereira Moraes

Apuricio Bastos dos Reis

Almeida Barbosa

Fernando Pontal

Argemiro de Almeida

~~Almeida Barbosa~~

Almeida Duarte de Almeida

Francisco de Almeida

Almeida de Almeida

Almeida de Almeida

João de Almeida

Almeida de Almeida

Almeida de Almeida

Almeida de Almeida

Almeida de Almeida

Almeida de Almeida

Almeida de Almeida

Almeida de Almeida

~~Almeida de Almeida~~

Jerônimo Henrique de Vasconcelos

Fabio Doumago

Guaracirico (Linha de Anhá)

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Alguns Sebastião Tristão

Editor Rios de Janeiro

Comunicação

Salvo erro

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

Arto 100

PROT.

PROC.

/ /

RELAÇÕES DE INTERESSADOS EM RESIDÊNCIAS NA ÁREA DO C.P.A. DE ACORDO
COM O RENDIMENTO FAMILIAR.



C O D E M A T

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- COMISSÃO HABITACIONAL -

Quibá, 21 de maio de 1974

Exm^o. Sr. Dr. José Manuel Fontenillas Fregelli

DD. Governador de Estado

Palácio Alencastro

N E S T A

Senhor Governador!

Serve o presente para expor e solicitar de

V.Exa. o seguinte:

- CONSIDERANDO as conhecidas dificuldades para a construção de uma casa própria pelos funcionários da Administração Estadual, uma vez que não dispõem de horário útil para Administração da Construção e o necessário repasse na compra de material e contratação de mão de obra, elementos essenciais nesta etapa;
- CONSIDERANDO que o solucionamento coletivo do problema, através da implantação de núcleos habitacionais, por firmas selecionadas em concorrência, é a maneira mais segura, menos onerosa - dada a redução de custos de escala - e mais rápida para a construção dos núcleos;
- CONSIDERANDO a visão, sensibilidade e energia com que o Governo de V.Exa. tomou a iniciativa e está empreendendo a construção de Centro Político e Administrativo nesta Capital, obra que, guardada as devidas proporções, pode ser comparada em oportunidade e valor histórico para Mato Grosso, à Construção de Brasília para o Brasil;
- CONSIDERANDO o entusiasmo e a confiança que a iniciativa do Governo despertou no Funcionalismo, conforme ficou demonstrado na pesquisa adiante mencionada;
- CONSIDERANDO a disponibilidade de recursos pelo sistema Financeiro de habitação, criado e coordenado pelo Governo Federal;
- CONSIDERANDO a limitação legal da COMAB para a construção de casas para o pessoal com rendimento familiar acima de 3 (três) salários mínimos;

- CONSIDERANDO ter a CODEMAT em época anterior obtido o credenciamento como "iniciadora" do BNH, condição esta que não mais perdura, uma vez que a legislação atual substitui a figura do "iniciador" pela de "promotor" de núcleos habitacionais financiados por aquele Banco;
- CONSIDERANDO as vantagens, tanto para o Funcionalismo como para os órgãos empregadores, da implantação de núcleos residenciais, bem planejados, nas proximidades dos locais de trabalho e;
- CONSIDERANDO tudo o mais que possa ser aduzido em favor deste arrazoado, a Equipe de Técnicos que este subdecreta, formada de empregados em órgãos ou empresas do Governo do Estado, tomou iniciativa de organizar uma Comissão com o propósito exclusivo de colaborar com as Autoridades, através de pesquisas, estudos e Assessoria, no sentido de que sejam implantados núcleos habitacionais do Funcionalismo da Administração direta e indireta do Estado na área residencial do G.P.A.;

A Comissão, considerando a inexistência de um órgão com atribuições específicas para a promoção de Núcleos Habitacionais do pessoal com renda familiar acima de 3 (três) salários mínimos na época em que se constituiu, solicitou a colaboração da CODEMAT, tendo a Diretoria desta apoiado a Comissão, fornecendo a esta os meios para que pudesse ser levada a bom termo a pesquisa da situação habitacional do Funcionalismo Estadual em Quilô e feita consulta à Carteira de Hipotecas do BNH, na Guanabara, sobre como proceder para a obtenção de financiamentos.

A pesquisa foi feita através de reunião prévia realizada no Escritório do G.P.A., com a participação de funcionários das diversas Órgãos e Empresas do Governo, onde foram escolhidos os Representantes da Comissão naquelas Órgãos e Empresas.

Posteriormente a CODEMAT mandou imprimir a ficha de pesquisa, baseada no modelo da Caixa Econômica Federal, tendo o trabalho aí do realizado pelos representantes em cada Órgão ou Empresa, sob a Coordenação da Comissão.

O prazo para devolução das fichas preenchidas pelos Funcionários interessados foi prorrogado várias vezes, inclusive uma delas com aviso pelo Diário Oficial, tendo ao final sido entregues à Comissão um total de 1.169 (um mil, cento e sessenta e nove) fichas, as quais foram separadas por faixas de renda familiar, conforme quadro abaixo:

SITUAÇÃO DO FUNCIONALISMO ESTADUAL QUANTO À RENDA FAMILIAR E A POSSE DE CASA PRÓPRIA

(Segunda Informação dos Interessados)

- ABRIL - 1974 -

FAIXA de RENDA	Nº DE INTERESSADOS	RENDIMENTOS		FAMILIARES	POSSUEM CASA PRÓPRIA	
		de	de		Nº Abs.	Relativo (%)
1ª	260	501,10		1.500,00	23	8,84
2ª	248	1.501,00		2.500,00	39	15,72
3ª	179	2.501,00		3.500,00	35	20,67
4ª	149	3.501,00		4.500,00	41	27,51
5ª	113	4.501,00		5.500,00	19	16,82
6ª	82	5.501,00		6.500,00	22	26,82
7ª	47	6.501,00		7.500,00	13	27,66
8ª	89	7.501,00		(se cliente 33.368,00)	82	88,96
TOTALS	1.169	-	-	-	226	19,33

Fontes: Fichas em poder da Comissão Habitacional da CODEMAT

A leitura do quadro mostra que apenas 1/5 (ou quinto) ou 20 % do Funcionalismo possui casa própria, percentual, sem dúvida alguma, bastante insuficiente, confirmando - acreditamos - as dificuldades de toda ordem que enfrentam os que dispõem a construir inclusive a visível especulação do mercado imobiliário,

Tendo agora o Estado, em mais uma feliz iniciativa de V. Exa. se empenhado para o planejamento e solução dos problemas urbanos, por meio da transferência do GT - CPA ao Escritório Técnico de Planejamento (Decreto nº 1983 - D.O. de 17.02.70), passamos às Vossas Mças. por intermédio da CODEMAT, uma relação dos interessados em adquirir casa própria no U.P.A.

Estamos convencidos de que uma providência governamental para a superação deste problema, além de complementar a obra de construção das sedes dos órgãos públicos, seria ao nosso ver de grande alcance humanitário e administrativo, marcando ainda mais e de maneira indelével a figura do V. Governo com o grande consolidador do Capital do Estado.

Em conformidade com os objetivos meramente assistenciais (e de apoio à iniciativa Governamental de Construção do C.P.A.) que motivaram a organização desta Comissão, pedimos vênha para apresentar uma sugestão a respeito do equacionamento técnico do problema:

1ª) - Providência : Escolha, pelo Exmº. Sr. Governador, de um órgão que irá funcionar como "Agente Promotor" dos núcleos;

2ª) - Providência : Fazer sorteio, pela LEMAT, dos servidores interessados, abrangendo todas as 8(oito) faixas de renda, proporcionalmente ao número de inscritos em cada faixa.

Ex: O sorteio dos interessados que comporão o primeiro núcleo habitacional poderá ser feito da seguinte maneira:

a) - Na 1ª faixa há 260 inscritos

b) - O total de inscritos é de 1.159

c) - Faz-se: $1.159 = 100$

$$260 = x, ou$$

sejam 22 %.

d) - $260 \times \frac{22}{100} = 57$ pessoas da 1ª faixa deverão ser sorteadas.

O raciocínio se repete em relação às demais faixas, chegando-se assim ao número total do 1º sorteio. Feita a Ata do 1º sorteio, passa-se ao segundo e assim por diante até que todos sejam sorteados;

3ª) - Providência : Do primeiro núcleo sorteado seria fornecida lista dos nomes ao BEMAT (Agente Financeiro), o qual faria imediatamente o cadastramento dos pretendentes, tendo em vista as normas do BNH para concessão de financiamentos;

4ª) - Providência : O Banco nacional para o órgão promotor a lista dos pretendentes financeiros;

5ª) - Providência : O órgão promotor providenciaria a compra ou venda dos terrenos a cada interessado, de conformidade com a melhor forma legal a ser adotada para o caso;

Cabe esclarecer a respeito:

a) - Que o agente financeiro exige escritura definitiva de posse do terreno, avaliando-a com ponderação inicial, sendo necessária e conveniente a escrituração do terreno pelo seu real valor, apurado através da Comissão avaliadora nomeada por autoridade competente;

- b) - O Governo, a seu inteiro e juízo e critério, poderá favorecer ao funcionamento, da forma que melhor julgar, podendo, dentro outras alternativas, optar pela seguinte:

Doar ou facilitar a venda das lotes, vendendo-se a longo prazo, a prestações integralmente acessíveis, sem acréscimo de juros, correção monetária ou qualquer outro custo que não o preço, desde inclusive prazo de carência para o início do pagamento, etc., pagando o funcionário inicialmente apenas os impostos e despesas de escritura, tudo isso formalizado em contrato a ser firmado pelo interessado e o agente promotor (ou outro órgão, conforme o caso):

OBSERVAÇÃO : O Contrato previrá também as normas relativas a alienação, forma de pagamento em caso de o funcionário vir a perder o vínculo empregatício, compromisso de que irá construir casa na C.P.A. e de adesão ao projeto padrão deste, etc.

- 66) - Providência : De posse dos contratos o agente promotor mandará elaborar ou elaborará o projeto padrão para a faixa de renda em referência;

- 70) - Providência : Com os contratos individuais e o projeto padrão (no qual deverá constar o orçamento global para construção do núcleo e o unitário para a residência padrão e outros elementos que venham a ser exigidos pelo agente financeiro), o Agente Promotor dará entrada no processo para financiamento.

- 80) - Providência : O Agente Promotor lançará a concorrência para construção do núcleo e fiscalizará as obras, tudo de conformidade com as normas da BNH, do Agente Financeiro e suas próprias;

OBS : O Agente Promotor poderá, a critério do Exmº. Sr. Governador e atendidas as exigências da BNH, incluir no projeto o custo da infraestrutura a ser paga pelas interessadas juntamente com as prestações da casa ou aquele custo poderá ser objeto de projeto à parte, a ser financiado pelo SAGA ou pelo próprio BNH, se for o caso;

- 90) - Providência : Simultaneamente, isto é, logo após a conclusão do cadastramento do primeiro núcleo sortido, o Agente Financeiro fará o cadastramento de todas as demais, na ordem do sorteio, para efeito de planejamento urbano de toda a área residencial e reserva dos terrenos necessários.

- 100) - Providências : Repetir, sucessivamente as etapas em relação aos demais núcleos, de conformidade com o ritmo de aceleração que for permitido pelas condições técnicas e financeiras dos Agentes Promotor e Financeiro.

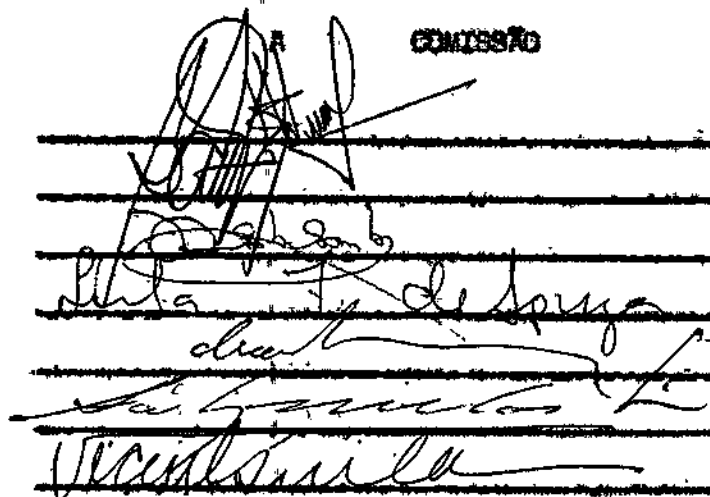
033: Os que se inscreverem posteriormente à presente data serão incluídos nas faixas respectivas, se inscritos em tempo hábil, ou ficarão para constituição de novas faixas no futuro, sendo que, como é óbvio, tais inscrições não importam em compromisso algum por parte do Agente Promotor.

Reiterando nossas protestos de elevada estima e respeito e atenciosas, subscritas,

Atenciosamente

COMISSÃO

- Adv^o Alfredo F. de Silva
- Eng^o Civil Benedito Santiago
- Econ. Dométes L. das Santos
- Adv^o Leila F. de Souza
- Arg. Oscar Arins
- Eng^o Civil Satiro P. de Castilho
- Econ. Vicente Machado de Ávila



The block contains several handwritten signatures in cursive script, written over a series of horizontal lines. The signatures appear to be those of the members of the Commission listed on the left.

anexos 2

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES

VÃO DE R\$ 600,00 ATÉ R\$ 1.500,00

Nº da ordem	n o m e	Rendimento Familiar R\$	Possui Residência
1 -	Benedita Ana Rodrigues de Siqueira	611,10	-
2 -	Isidora Antunes de Siqueira Sobrinho	624,00	-
3 -	Maria Auxiliadora Venega e Silva	624,00	-
4 -	Stella Maria Motta Mello	639,00	-
5 -	Neila Maria de Campos	670,00	-
6 -	Benedita Alice Albunes do Nascimento	686,28	-
7 -	Ruth Alves da Silva	712,00	-
8 -	Antonio Carlos Alves	720,00	-
9 -	José Hermes de Carvalho	720,00	-
10 -	Margarida Cardoso dos Santos	720,00	-
11 -	Erenita Leite da Cunha Matos	725,00	-
12 -	Moacyr Miguel Sales	725,80	-
13 -	Sebastião Odir Siqueira Campos	729,00	-
14 -	José Benedito Rodrigues de Souza	730,00	-
15 -	Juvino Gonçalves da Silva	732,00	-
16 -	Pedro Mendes Martins	735,00	-
17 -	Olga Soares da Silva	746,90	-
18 -	Marilza de Oliveira Pereira	750,00	-
19 -	Hilário Pereira de Melo	766,00	-
20 -	José da Silva Santos	766,00	-
21 -	Waltêr de Arruda Fortes	766,00	-
22 -	Luiz Alves Perret Filho	777,50	-
23 -	Benedito Waldir Santana de Souza	780,00	-
24 -	Enadir de Campos Oliveira	780,00	-
25 -	Natividade Vilalba	780,00	-
26 -	Enildes Gonçalves da Costa	783,00	-
27 -	Josina Pinto da Silva	783,00	-
28 -	Oscarlina Leque Magalhães	784,30	-
29 -	Nancy da Silva Campos	785,00	-
30 -	Joaquim Escolastico da Silva Neto	800,00	-
31 -	Luiz Gonzaga Tavares Barbosa	800,00	-
32 -	Marcos Aurélio Fernandes	800,00	-
33 -	Renilce Maria de Oliveira	812,50	-
34 -	Joel de Brito Ferreira	824,00	-
35 -	Wilson Cesar Pereira Segóvia	824,00	-
36 -	Cezar Augusto Queiróz de Marais	831,00	-
37 -	Elza Maria da Silva	831,00	-
38 -	Lenine de Campos Borges	831,00	-
39 -	Antonio Reis da Rosa	836,00	-
40 -	Francisco Soares de Almeida	840,00	-
41 -	Iran da Silva Fernandes	840,00	-
42 -	Nilton Carlos de Oliveira	840,00	-
43 -	Virgílio Luiz Rodrigues Pereira	840,00	-
44 -	Irene Sant'Ana de Almeida	840,20	-
45 -	Benedito Soares Guinaraes	846,00	-
46 -	Damásio da Conceição Silva	846,00	-
47 -	Dario Francisco Sampaio	846,00	X
48 -	Geni Auresco	846,00	X
49 -	Lourdes Joaninha de Almeida	846,00	-
50 -	Marilza Oliveira Costa	846,00	-
51 -	Ordival de Pinheiro	846,00	-
52 -	Zunete de Souza	846,00	-

s. e g u e . . .

(Continuação)

Nº da ordem	N O M E	Rendimento Familiar R	Possui residência
53	Carmello Lopes de Barros	852,60	
54	Maria da Glória de Souza	858,00	
55	Leonides Balbino de Moraes	861,00	
56	Celeste de Oliveira Martins	870,00	
57	Adilza de Oliveira Pereira	881,40	
58	Isurdes Soares de Silva	885,00	
59	Milza Tibaldi França	890,00	
60	Maria José da Costa Rosa	892,00	
61	Cristiano da Guis Leite	900,00	
62	Virtus Reginaldo Gonçalves de Queiroz	900,00	
63	Lúcio Marcos Ribeiro Taques	905,00	
64	Eunizes Assis Rondon	906,00	
65	Paulo de Moraes	906,00	
66	Maria Auxiliadora de Souza Matta	909,58	
67	Benedito Fernandes de Souza	930,00	
68	David Silveira de Figueiredo	930,00	
69	Joaquim Felix Soares	930,00	
70	Emmanuel Fosatti de Arruda Gomes	933,00	
71	Abdão Vieira da Cunha	933,12	
72	Wilson Pedro de Figueiredo	935,00	
73	Gongalo Dalvo de Oliveira	936,00	
74	Benedito Rondon de Moraes e Souza	945,00	
75	Francisco Silvino Santiago Costela	948,08	
76	Edézio Lima Fernandes	950,00	
77	Elisabety Herani Alves	960,00	
78	Eliza Vafa Pimenta de Carvalho	960,00	
79	Joaquim Soares da Silva Filha	960,00	
80	Leandro Agostinho da Costa	960,00	
81	Vera Lúcia Maria Guimarães Dias	960,00	
82	João Romalves de Campos Corrêa	962,00	
83	Joelma Jesus da Costa	962,80	
84	Josefina Francisca de Siqueira	973,46	
85	Terezinha de Paula	973,80	
86	Abigail de Abreu	974,00	
87	Cleber Pereira Benatti	974,00	
88	Edmundo Pires Modesto	974,00	
89	Vanildes do Vale Ajala	974,00	
90	Hermínio Mampré	975,00	
91	Irene Lúcia de Oliveira	976,00	
92	Alto Santana Carvalho	976,00	
93	Benedita Ferreira Gomes	980,00	
94	Edson Dias de Amorim	980,00	
95	João Mario de Arruda	980,00	
96	Luiz Rondon de Almeida	980,00	
97	Romilda Borges Monteiro	980,00	
98	Therazinha Gonçalves Pereira Bezerra	980,00	
99	Natália Ferreira da Silva	980,00	
100	Otacílio de Figueiredo	986,00	
101	Ester Guimar Braga	996,68	
102	Valdinho Pedrosa da Silva	1.000,00	
103	Gongalo Padilha e Amorim	1.000,00	
104	João Basílio de Souza Barros	1.000,00	
105	Wilson Pereira da Silva	1.005,00	
106	Terezinha de Abreu Pippini	1.005,00	
107	Cleuba Maria da Silva	1.009,00	
108	Elina Abrão Nascaren	1.016,00	
109	João Alves de Melo	1.022,00	
110	Gabriel Amui Neto	1.024,00	

(Continuação)

Nº de ordem	N O M E	Rendimento Familiar Gr	Pensão residência
111	Izaías Camacho Barros	1.024,00	
112	Terezinha Alves Duarte	1.024,00	
113	Antonio Pedro dos Reis	1.033,00	
114	Edmundo Tomio Iwashita	1.033,00	
115	Marcy Felipe Camarão	1.033,00	
116	Aladino Pereira Bispo	1.034,00	
117	Clarice Leite Garcia	1.034,00	
118	Tereza Norberto de Oliveira	1.034,00	
119	Teotônio Soares de Amorim	1.040,00	
120	Galdino Lameira do Prado Neto	1.045,00	
121	Fabio Henrique de Carvalho	1.050,00	
122	Edson Henrique dos Reis	1.053,00	
123	Neutício Maria de Carvalho	1.059,00	
124	Saverino Lima da Silva	1.060,00	
125	Célia Pereira de Oliveira	1.063,00	
126	Enio Alves de Arruda	1.064,00	
127	Olivio Rodrigues de Oliveira	1.064,00	
128	Mário Ferreira Rodrigues de Carvalho	1.076,00	
129	Luiz Jorge Oliveira Ferreira	1.078,00	
130	Péricles Ribeiro	1.084,00	
131	Antonia Francisca da Silva Carvalho	1.087,00	
132	Dionísio de Paula Rosa Filho	1.100,00	
133	Oliveiro Eustáquio de Souza	1.114,00	
134	Arlete Pinheiro Ferreira	1.122,00	
135	Dionísio Maria de Costa Mendes	1.122,00	
136	Odalio Pedro Glerian	1.122,00	
137	Mário Lúcio França	1.125,00	
138	Joana Ramos da Silva	1.137,00	
139	Rufino Brasil de Moraes	1.150,00	
140	Isac Abrão Nassarden	1.139,00	
141	Lenir Francisca Borges	1.154,00	
142	Benedição Rodrigues da Silva	1.155,00	
143	José Paixão de Figueiredo	1.155,00	
144	Pedro Corrêa Ribeiro	1.162,00	
145	Padro Alves Gonçalves	1.181,00	
146	Edna Maria Corrêa de Moraes	1.182,00	
147	João Batista Cardoso	1.184,00	
148	Henrique de Andrade Silva Filho	1.186,25	
149	Hélio Eulálio dos Santos	1.190,00	
150	Mário Viana	1.192,00	
151	Arlindo Miguel Ramos	1.200,00	
152	Arnaldo Wenceslar de Assunção Silva	1.200,00	
153	Adelaide da Silva	1.200,00	
154	Arlete de Moraes Pinto	1.200,00	
155	Maria Rita Pereira Leite	1.200,00	
156	Célia Alves Borges (Malheiros)	1.205,00	
157	Édio Pereira Mendes	1.205,00	
158	Gonçalo Gerônimo da Conceição	1.208,00	
159	Mário da Silva Maia	1.214,00	
160	Edvanil Rondon Araújo Bastos	1.216,00	
161	Vergil Pinto da Silva	1.216,00	
162	Celina da Barros	1.224,00	
163	Rufino Henrique da Silva	1.227,00	
164	Efigêncio Costa Lopes	1.229,00	
165	Erna Lunk Melio	1.229,00	
166	Jacineide Amorim Pinto	1.230,00	
167	José Soares da Silva Neto	1.236,00	

(Continuação)

Nº de ordem	NOME	Residência Familiar	Possui residência
168	Anna Antonia de Miranda	1.238,50	X
169	Celia Nicolai de Silva	1.240,00	
170	Sebastião Sabino de Figueiredo	1.240,00	
171	Estheria de Silva Couto	1.254,00	
172	João José Costa Marques	1.257,00	
173	Odair José de Oliveira	1.260,00	
174	Joana Maria de Campos Pereira	1.262,00	
175	Ademirson de Campos Silva	1.264,00	
176	Aradine Josefa Raposo	1.265,00	
177	Benedita Francisco de Souza	1.267,00	
178	Vicente de Souza Corrêa	1.272,50	
179	Irismar Romarizotti	1.280,00	
180	João Antônio de Almeida	1.281,00	
181	Wilson Sérgio Macieloto dos Santos	1.289,00	
182	Odair Benedito Figueiredo Costa	1.289,00	
183	Valdir José	1.289,00	
184	Luiz Soares de Andrade	1.289,00	
185	Neia Araújo Marques	1.289,00	
186	Zera Martins Silveira	1.289,00	
187	Alfredo Martins Machado	1.300,00	
188	Ablita Almeida Queiroz	1.300,00	
189	Florete Terezinha de Jesus	1.300,00	
190	Maíra Corqueira	1.300,00	
191	Valentim Cruz Firmino	1.300,00	
192	Benedito Ivo Pinto	1.319,00	
193	Malmaris Sant'Ana Almeida	1.339,00	
194	Paulo de Almeida	1.339,00	
195	Benedita Paula Scarpio	1.340,00	
196	Paulina Sara de Amorim	1.340,00	
197	Angélica Silva Oliveira	1.345,00	
198	Neizi Pires Lima Machado	1.345,00	
199	Antonio Roberto Pousa de Carvalho	1.350,00	
200	Neia Antunes Dias	1.354,00	
201	Geraldo Nunes de Moraes	1.362,00	
202	Gilberto de Oliveira Aguiar	1.364,00	
203	Beatriz Magalhães Sarça	1.377,70	
204	Antônia Luiz de Souza	1.380,00	
205	Wilson Ribeiro	1.380,00	
206	Waldany Cunha Nascimento	1.382,00	
207	Luís Rosa de Almeida Leite	1.391,57	
208	Otávio Sales Filho	1.383,00	
209	Ademilson Biquinha Santos	1.385,60	
210	Carlos Roberto Santos	1.390,00	
211	Iracema Ribeiro Borges	1.390,00	
212	Marquês Valdir de Souza	1.392,00	
213	Lúcia de Souza Coelho	1.393,00	
214	Neusa de Silva Costa	1.392,00	
215	Cleonice Guerra Silva	1.396,40	
216	Carlos Afonso Galvão	1.404,00	
217	Emeth Caldas Gonçalves	1.405,00	
218	Catarina Rodrigues dos Santos	1.423,04	
219	Ely Queiroz Lacerda	1.430,00	
220	Edmundo Carneiro	1.436,00	
221	Alcizia Pereira Leite	1.440,00	
222	Aríel Gonçalves	1.440,00	
223	Maria Cezar Ribeiro	1.440,00	
224	William Roberto Pereira Tocantins	1.440,00	

Nº da ordem	n o m e	Rendimento familiar	Possuê Residência
225	Mildo de Silva	1.443,00	
226	Marilce Aux. Monteiro de Silva	1.446,00	
227	Marcos Antonio Xavier de Moraes	1.451,00	
228	Izabela Fonseca de Silva	1.451,10	
229	Miraph Miranda Fonseca	1.455,00	
230	Roldão de Oliveira Lemos	1.456,00	
231	Walter de Mattos	1.456,00	
232	Alcides Ferreira Lopes da Costa	1.456,50	
233	Carsten Nunes Ronden	1.472,00	
234	Euclides Rodrigues de Oliveira	1.472,00	
235	Enio Alves dos Santos	1.472,00	
236	Leonardo Antonio Pedrosa	1.472,00	
237	Lucia Maria Prado Machado	1.472,00	
238	Leide Garcia Novaes	1.472,00	
239	Osvaldo Pereira Leite	1.472,00	
240	Wanda Maiolino	1.472,00	
241	Maria Luiza Nascimento Torquato	1.491,00	
242	Osvaldo Luiz de Matos	1.496,00	
243	Divino Moraes Coelho	1.500,00	
244	Diniz Teixeira Silva	1.500,00	
245	Jose Dingo de Silva	1.500,00	
246	Marilza Caporossi Ribeiro	1.500,00	
247	Marcos Tadeu de Araújo Ramalho	1.500,00	
248	Berta Anália Modesto	1.500,00	
249	Zenon Passos de Barros	1.500,00	

RELAÇÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES VÃO DE R\$ 800,00 ATÉ R\$ 1.500,00 (COM ATRASO).

CURRÍCULO

Nº de ordem	NOME	Rendimento familiar R\$	Possui Residência
1 -	Néides de Souza Franco	892,00	-
2 -	Catherine Aparecida Ferreira Kercha	924,00	-
3 -	Maria de Lourdes Macedo	990,00	-
4 -	Darcy Nogueira	990,00	-
5 -	Sandrito de Aquino	1.196,00	-
6 -	Benedito Rendon	1.200,00	-
7 -	Deuzeni Rolsto Meira	1.236,00	-
8 -	José Mário Vieira de Araújo	1.299,00	-
9 -	Anabel Duarte Pinheiro	1.360,00	-
10 -	Ivando Luiz de Araújo	1.440,00	-
11 -	Canadan Ramo dos Santos	1.467,12	-

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDI-
DE R\$ 1.501,00 ATÉ R\$ 2.500,00

Nº de ordem	NOME	Rendimento familiar
1	Ana Santiago Castelo	1.504,40
2	Myrian Benedito Barros	1.505,00
3	Luís Pereira da Silva Neto	1.507,00
4	Antonio Pedrosa	1.511,00
5	João Soares Leite	1.511,00
6	Marleide Ferreira Gomes	1.511,00
7	Arari Rodrigues de Lima	1.512,00
8	Jorge da Costa Lana	1.512,00
9	Mário Celso Mansur Bumlai	1.512,00
10	Maurício da Silva Tiago	1.512,00
11	Sandoval Vieira de Araújo	1.512,00
12	Orlei Aguiar Aço	1.512,00
13	Erival Araújo Trindade	1.512,00
14	Valter Santana	1.512,00
15	Luís Electório da Silva	1.512,00
16	Ansel Maria Pereira Pacheco	1.512,00
17	Lidiane Francisco de Oliveira Amorim	1.522,00
18	João Alexandre de Silva	1.524,00
19	Benedito Francolino de Souza	1.535,00
20	Senas Luiz de Oliveira	1.536,00
21	Maria Helena dos Santos	1.537,50
22	Alci de Oliveira	1.540,00
23	Wilson Oldenue de Pinho	1.544,60
24	Brasilio Amancio do Nascimento	1.547,00
25	Regina Lucia de Figueiredo Monteiro	1.550,00
26	Alexandre Antonio de Barros Costa	1.557,00
27	Shirley Botelho de Silva	1.560,00
28	Amilton Azevedo dos Passos	1.560,00
29	Ananias Marques de Moraes	1.566,00
30	Noceline Bispo da Silva	1.569,00
31	Eduardo Landgraf	1.579,00
32	Gilberto Ador de Souza	1.584,00
33	Ivana Luiz dos Santos Moraes	1.588,00
34	Benedito Gomes de Amorim	1.588,00
35	Enio Ventura de Campos	1.588,00
36	Adolpho Calmon Netto	1.600,00
37	Euclides Marques do Vale	1.600,00
38	Mauro Delfino Cesar	1.600,00
39	Ady Santiago de Pinho	1.605,60
40	Iria Maria Salgado Pires	1.611,00
41	João de Lima Fernandes	1.614,00
42	Simão Benedito Castelo Filho	1.615,00
43	Antonio Joaquim Martins Filho	1.619,00
44	Moacir Marques Penteado	1.620,00
45	Nadir Bento da Oliveira	1.620,00
46	Francisco Antunes Ferraz	1.622,00
47	Nivaldo Zamaroli Correia	1.622,00
48	Zulma Eugênia dos Reis	1.624,00
49	João Santiago Castelo	1.624,00
50	Maria Eulália de Souza Campos	1.656,00
		1.656,00
		1.656,00
		1.656,00
		1.657,00

(Continuação)

Nr de ordem	NOME	Rendimento familiar	Possui residência
51 -	Olga Catarina de Campos	1.670,00	
52 +	Aquiles Rodolfo Falcao	1.675,20	X
52 -	Maria Alexandrina Santa Rita de Andrade	1.685,00	
54 -	Arsénia de Moraes e Souza Neto	1.692,00	
55 -	Dilza de Barros	1.700,00	
56 -	Gonçalo Firmi	1.703,00	
57 -	Xavierino Corrêa de Oliveira	1.700,00	
58 +	Elaine Bom Despacho da Silva	1.705,00	
59 -	Maria Neuza P. Castelo Branco	1.709,00	
60 -	Marianna Medeiros de Amorim	1.715,50	
61 -	Elma Alves Ferreira	1.720,00	
62 -	Orlene Lopes Silva	1.722,00	
63 -	Odair Araujo França	1.731,30	
64 +	Plácido Fernandes de Magalhães	1.740,00	
65 +	Manoel da Silva Mantato	1.744,00	
66 -	Avair Augusta Nascimento Brito	1.745,00	
67 -	Amato de Assumpção Silva Filho	1.750,00	
68 +	Enildo de França Barreto	1.750,00	
69 -	Francisco das Chagas Silva	1.750,00	
70 -	Gilson Ottoni Amarilha	1.750,00	
71 -	Carmelita Vieira de Araújo	1.756,00	
72 -	Wilson Campos Soares	1.756,00	
73 -	Francisco Carlos Fernandes da Silva	1.757,00	
74 -	Sofia Leite da Conceição	1.765,00	X
75 -	Maria Madalena Soares da Silva	1.767,00	
76 -	Amílcar Joffre de Magalhães	1.768,55	X
77 -	Délia Oliveira Costa	1.770,00	
78 -	Advanir Nogueira das Santos	1.771,20	
79 +	Alicia Alves Pinto	1.772,00	
80 +	Jonas da Silva Moraes	1.772,00	
81 -	Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho	1.780,50	
82 +	Abílio da Silva Moraes Filho	1.788,00	X
83 +	Hamilton Leitão Batista	1.788,00	
84 -	Oswaldo de Almeida	1.788,00	
85 +	Zilka Mendes Mota	1.788,00	X
86 -	Shigeto Kawatake	1.790,00	
87 +	Aureliano Rodrigues do Nascimento	1.796,00	
88 -	Artur Parada Cândido Vianna	1.800,00	
89 -	Maria Eugénia Paiva de Castro	1.800,00	
90 -	Naiv Antunes Corrêa	1.800,00	
91 -	Odilar Benedito de Souza	1.800,00	
92 -	Luiz Alberto Dondo Gonçalves	1.815,00	
93 -	Felizardo Laerth Nascimento	1.824,00	
94 -	João Maria Alves Pereira	1.830,00	
95 +	Idair Helindoro Lopes	1.837,00	
96 -	Silvestre Fernandes da Silva	1.838,00	
97 -	Jonas Garcia	1.840,00	
98 -	Jose Teodoro Ferreira Mendes	1.841,00	
99 -	Cronilce de Magalhães e Silva	1.866,00	X
100 -	Manoel Carneiro Flores	1.872,00	
101 -	Nélio Gonçalves Calixto	1.880,00	
102 -	Anibal Devaux	1.894,00	
103 -	Virginia Barros Amorim	1.894,00	
104 -	Alcides de Oliveira Lopes	1.904,00	

(Continuação)

Nº de ordem	N O M E	Rendimento Familiar R\$	Possui residência
105 -	Terazinha Leite de Campos	1.907,00	X
106 -	Juliete da Silva	1.911,00	X
107 -	Arnaldo de Andrade Setral	1.931,00	X
108 -	Luiz Estevão Torquato da Silva	1.932,00	X
109 -	José Gonçalves da Silva	1.933,72	X
110 -	Irene Pinheiro da Silva	1.950,00	X
111 -	Irene de Souza Neves	1.950,00	X
112 -	Maria Lúcia de Aquino	1.950,00	X
113 -	José Silvino	1.956,00	X
114 -	Mário José Calvoso Teixeira	1.956,00	X
115 -	Ovidio Rei Silva	1.956,00	X
116 -	Paulo Sérgio Teixeira Costa	1.960,00	X
117 -	Jovenília Ferreira da Costa	1.964,00	X
118 -	Newton Luis Cabral Pinto	1.968,00	X
119 -	Vera Lúcia Monteiro Saldanha	1.972,00	X
120 -	Luiz Nazareno Teixeira	1.972,00	X
121 -	Cleber Gomes Tavares	1.974,00	X
122 -	José Augusto de Moraes	1.974,00	X
123 -	Silas Gomes Ferreira	1.980,00	X
124 -	Walter Rodrigues da Silva	1.985,00	X
125 -	Armando da Costa Marques	1.985,35	X
126 -	Áureo Nunes Tapajós	1.985,35	X
127 -	Josino Serra Filha	1.985,35	X
128 -	Ruth Tocantins de Barros	1.995,00	X
129 -	Luiz Mendes Malheiros	1.999,00	X
130 -	Adolfo Rodrigues Jansen	2.000,00	X
131 -	Claudete Pereira de Araújo	2.000,00	X
132 -	Hilário Congonho de Oliveira	2.000,00	X
133 -	Ibrein Darze	2.000,00	X
134 -	Joaquim Souto Gomes de Arruda	2.000,00	X
135 -	Lizete Batista da Silva	2.000,00	X
136 -	Joselina de Figueiredo Costa e Silva	2.010,00	X
137 -	Edno Cláudio de Fregues Barreto	2.021,00	X
138 -	Carmem Lúcia Botelho Martins	2.022,00	X
139 -	Ciro Leite Pinheiro	2.022,00	X
140 -	Nelson Borges de Figueiredo	2.024,00	X
141 -	Maria Edwiges de Arruda Chaves	2.029,00	X
142 -	Benedita Helena Saldanha Malheiros	2.030,00	X
143 -	Isabel de Oliveira Campos	2.031,00	X
144 -	Amylton Sá Corrêa	2.036,00	X
145 -	Walter Taborda -	2.036,00	X
146 -	Yoshinobu Narita	2.040,00	X
147 -	Lucílio Rodrigues da Costa	2.043,00	X
148 -	Manoel Dornelles de Campos	2.050,00	X
149 -	Aroldo de Carvalho	2.056,00	X
150 -	Edilson Cardoso de Souza	2.060,00	X
151 -	Benedito Bernardino de Figueiredo	2.068,00	X
152 -	Conçalino Candido de Rosa	2.082,00	X
153 -	Dorocy Calil Maraur Samel	2.086,00	X
154 -	Admir Gervasio da Costa	2.090,75	X
155 -	Ernesto Paes de Arruda	2.094,00	X
156 -	Louise Ferreira da Silva	2.094,00	X
157 -	Antônia Bom Despacho Farias	2.108,00	X

(Continuação)

Nº de ordem	N P M	Rendimento familiar R\$	Possui residência
158 +	Carolina de Almeida Costa	2.108,00	
159 +	Jacared Corrêa da Costa	2.110,80	X
160 +	Ana Auréliana de Silva	2.115,00	
161 +	Everaldo de Andrade	2.115,00	
162 +	Evaldina Fernandes de Souza	2.116,00	X
163 +	Fernando Antonio Carvalho	2.119,70	
164 +	Hildes Maximiano da Jesus	2.120,54	
165 +	Oális Jacinto de Oliveira	2.123,00	X
166 +	Mannel Delacundes da Silva	2.143,46	
167 +	Emiliano Duarte de Sousa	2.149,00	
168 +	Maria Aparecida Ribeiro Taquea	2.150,00	
169 +	Yolanda Papasian de Paiva	2.150,00	
170 +	Antônia Maria do Socorro Pereira Serrão	2.168,00	
171 +	Luiz Benedito Barreto	2.174,00	
172 +	Maria Lúcia da Silva	2.180,00	
173 +	Imiliens Ferraz Lessa	2.192,20	
174 +	Frederico Devillart da Gama e Abreu	2.200,00	
175 +	Madvarden Robson Coelho	2.200,00	
176 +	Veteriana Figueiredo	2.200,00	
177 +	Jair José da Silva	2.204,00	
178 +	Erick Augusto Mahaga	2.209,00	
179 +	Carmem Pinheiro Pereira	2.213,53	
180 +	Zilda Lyra de Mello	2.218,60	
181 +	Zairair Maria da Costa Esteves	2.229,00	
182 +	Maria Augusta Figueiredo Costa	2.235,00	
183 +	Carlos de Carvalho	2.246,00	
184 +	Edaundo da Silva Borges	2.250,00	
185 +	Zaripe Kalil Jaudy	2.250,00	
186 +	Humberto de Souza Chagas	2.257,00	
187 +	Edailson da Costa Pereira	2.260,00	
188 +	Sônia Maria da Silva	2.260,00	
189 +	Idu Mateus Ribeiro	2.267,80	
190 +	Neda Jorge da Cunha	2.268,00	
191 +	Anadir Marcelina Nunes da Silva	2.295,00	
192 +	Newton Luis Vasconcelos de Brito	2.298,56	
193 +	Ligia Barros Folevigna	2.300,00	X
194 +	Luiz Virgíliano da Silva	2.300,00	
195 +	Margarida Regina Borges	2.300,00	
196 +	Paulo Rômulo da Costa	2.300,00	
197 +	Arnaldo Antonio Pires de Araújo	2.316,00	
198 +	Euclydes Pereira Fernandes	2.318,00	X
199 +	Diniz da Silva Moraes	2.322,60	
200 +	Helena Ramos dos Reis	2.353,00	
201 +	Benedita da Silva	2.357,00	
202 +	José Elísio Ferreira Vortez	2.342,00	
203 +	Sofia do Amaral Carvalho	2.345,50	X
204 +	Eunília Guiz de Albuquerque	2.347,78	
205 +	Dayse Conceição	2.348,40	
206 +	Suelym de Araújo Siqueira	2.350,00	X
207 +	José Maria Barreto	2.359,00	
208 +	Rubens Paes de Barros Filho	2.360,00	
209 +	Adir Soares Guimarães	2.360,00	
210 +	Vera Lúcia Neves da Silva	2.376,00	
211 +	Maria da Glória Oliveira Neves	2.384,00	X
212 +	Antônia Dias da Assunção	2.390,00	
213 +	Alice Regina de Souza Fontes	2.400,00	

(Continuação)

Nº da ordem	Nome	Rendimento familiar	Pagou residência
214	Francisco Sabino Medeiros	2.400,00	
215	Teotina Maria Campos Curvo	2.400,00	X
216	Gabriela da Costa Harans	2.419,00	X
217	Marilza Marques da Ayuda	2.426,00	
218	Cecília de Oliveira Monteiro	2.429,00	
219	Afra Rosa de Almeida Prado	2.435,00	
220	Gonçalo de Oliveira Costa Neto	2.435,35	
221	Denizete Renato da Conceição	2.435,39	
222	Evanil Ferreira Pinto	2.454,00	
223	Antonio Ribeiro Teixeira Filho	2.456,00	
224	Ediz Rodrigues de Pinha	2.458,34	
225	Aluísio da Costa	2.460,00	
226	Quim Roberto da Conceição	2.464,00	X
227	Rosalina Alves de Oliveira	2.467,00	
228	Elgar Raffi	2.470,00	
229	Maria Auxiliadora Pereira dos Santos	2.470,00	
230	Olintho Martins da Silva Filho	2.470,00	
231	Alvaro Lucas do Amaral	2.474,00	
232	Edison da Almeida Gervaino	2.474,00	
233	Emenete Maria Leite de Barros	2.474,00	
234	Wilson Garcia	2.478,00	
235	Gonçalo Rodrigues de Campos	2.480,00	
236	Gonçálves Maria Pereira Theodoro	2.482,00	
237	Ivo Geraldo Dalmata	2.484,00	
238	Valfredo Almeida Ribeiro	2.494,00	
239	Elinel Arnaniza Ferreira de Lencas	2.494,40	X
240	Ana Nilas Dyrilês Caldas	2.500,00	
241	Antonio Gomes de Almeida	2.500,00	X
242	Eumilton Caspairo de Souza	2.500,00	
243	José Cândido Marçante Filho	2.500,00	
244	Nádia Fernandes da Silva	2.500,00	
245	Nilva Magalhães	2.500,00	
246	Vicente da Paula Ribeiro	2.500,00	

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 1.501,00 ATÉ R\$ 2.500,00 (COM ATRASO)

Nr da ordem	NOME	Rendimento Familiar R\$	Possível residência
-------------------	------	----------------------------	------------------------

1 - Leonides Clementino da Silva

1.598,00

2 - Ana Lúcia da Luz

2.488,00

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 2.581,00 ATÉ R\$ 3.500,00

Nº de ordem	N o m e	Rendimento Familiar R\$	Possui residência
1 -	Gonçalo Juliano Leite da Paula	2.514,00	
2 -	Eutálio do Bom Despacho e Silva	2.521,00	
3 -	Vera Miranda Aquino	2.536,00	
4 -	José Agnelo Ribeiro Neto	2.538,00	
5 -	Ademar Franco de Moura	2.536,00	
6 -	Arminde de Arruda	2.557,00	
7 -	Carmos Jaudy	2.557,80	
8 -	Cleide Maria do Prado	2.575,00	
9 -	Edro dos Santos Moreno	2.580,00	
10 -	Sebastião Moura da Silva	2.585,00	
11 -	Terezinha Leite de Farias	2.589,00	
12 -	Isabella Brigegão Costa	2.592,00	
13 -	Nildes Botelho Ribeiro	2.592,00	
14 -	Lucile Gonçalves da Silva	2.594,00	
15 -	Emanuel Ribeiro Daubian	2.600,00	
16 -	Clarice Tavares Borges	2.618,00	
17 -	Armando Jacob Magalhães	2.622,00	
18 -	Clodomir Campregher	2.640,00	
19 -	Isabel Rodrigues de Oliveira	2.645,00	
20 -	Benedito Silvio Correa Faria	2.649,48	
21 -	Leide Antunes de Medeiros	2.650,00	
22 -	Etevaldo Pass de Conceição	2.652,00	
23 -	Adir de Miranda	2.656,00	
24 -	Nílson da Silva Correa	2.664,00	
25 -	Ana Alencar de Barros	2.672,00	
26 -	Renato do Carmo Soares	2.690,00	
27 -	Antonio Carlos de Novaes	2.700,00	
28 -	Aremilson Marques Fontes	2.700,00	
29 -	Benedito Francisco El-Hage	2.700,00	
30 -	Carmem da Moura	2.700,00	
31 -	Gerson Benedito da Conceição	2.700,00	
32 -	Giuliano Moreau	2.700,00	
33 -	Maurício Pereira da Silva	2.700,00	
34 -	Frederico Alves Costa	2.707,00	
35 -	Ronald Leite Martins	2.710,00	
36 -	Neuzenir de Miranda	2.715,00	
37 -	Edu Rocha	2.719,00	
38 -	Nilza Paulina Agostinho Bortoluzzi	2.720,00	
39 -	Marilena Cunha Teixeira Coelho	2.732,00	
40 -	Emanuel Borges de Albuquerque	2.738,00	
41 -	Dulce de Oliveira Alves	2.748,16	
42 -	João Monteiro de Costa Filho	2.750,00	
43 -	José Gonçalves dos Santos	2.750,00	
44 -	Ana Rita Curvo dos Santos	2.784,00	
45 -	Amadinho Cordeiro dos Santos	2.794,00	
46 -	Clavindo Vicente de Figueiredo	2.794,50	
47 -	Ailton Velloso Machado	2.797,00	
48 -	Eduardo Stump	2.801,00	
49 -	José Gonçalo dos Santos	2.806,66	

(Continuação)

NR de ordem	N O M E	Rendimento familiar	C%	Presença Residência
50	Lindaiva Tereza Lima de Almeida	2.810,00		
51	Elizete Regina Barreto	2.820,00		X
52	Benedita Santiago Jorck	2.820,20		X
53	Zenilde Vieira de Almeida	2.821,00		X
54	Elizabeth Wanderley Freya	2.840,00		
55	Antonio Francisco Correa Ferrer	2.851,00		
56	Josefina dos Santos Malhado	2.851,00		
57	Claudio Divino de Freitas	2.860,00		
58	Amalia Maria Pereira	2.860,00		
59	Malodoro Capistrano da Silva	2.867,00		
60	Luzenil Pinho da Silva	2.880,34		
61	Antonia Benedita de Campos	2.888,00		
62	Maria das Graças Santiago Campos	2.890,00		X
63	Raul Ribeiro Teixeira Filho	2.892,00		
64	Elenita Rocha	2.900,00		
65	Edson Pacheco de Rezende	2.900,00		
66	Maria Luiza Inês de Siqueira Mendonça	2.900,00		
67	Terezinha Pedilha	2.900,00		
68	João Dias	2.907,00		X
69	Naivadir Costa Marques Cardoso	2.910,00		X
70	Jonas Pinheiro da Silva	2.915,00		X
71	Aureliano Gonçalves Dorilên	2.929,00		
72	João de Oliveira Mendes	2.940,00		
73	Antonia Rodrigues Corrêa	2.945,10		
74	Noelita Leite Garcia	2.954,00		
75	Jacy Espirito Santo	2.954,00		
76	João Hipólito Tibaldi	2.960,00		
77	Antonio Benedito da Costa Leite	2.964,00		
78	Afranio Batista de Figueiredo	2.968,00		
79	Cipriano Francisco Caran	2.968,00		
80	Joaquim Zafatins Santana	2.968,00		
81	João Carlos de Oliveira Gomes	2.968,00		
82	Guilherme Cosiho Guimarães	2.968,00		
83	Comeraldo Santos Pedrosa de Barros	2.968,00		
84	Sebastião Montairô da Costa	2.968,00		
85	Sandra de Araujo Curva	2.980,00		
86	Leirio Passa de Barros	3.000,00		
87	José Januário dos Santos	3.000,00		
88	Nezidil Biapo da Silva	3.000,00		
89	Novezinha da Silva Lopes	3.000,00		
90	Libanio Z. de C. Filho	3.000,00		
91	Edmilson Fortes Barreto	3.022,00		
92	José Vieira de Mello	3.033,00		X
93	Luiz Antonio Silveira	3.033,00		
94	Antonio Evaldo Bonfina	3.040,00		
95	Aime Joseph André Taurines	3.045,00		X
96	Joannito Pinto de Souza	3.048,00		
97	Civis Leão de Moraes	3.052,65		
98	Joadi José Alves dos Santos	3.053,00		
99	Yolanda de Pina Maulin	3.056,00		
100	Verney Neves da Silva	3.082,00		
101	Antonio Rodrigues Neto	3.084,00		
102	Walter Neta Noronha	3.090,00		
103	Antonio de Oliveira Passa	3.095,00		X

(Continuação)

Nº de ordem	N O M E	Rendimento Foliar R\$	Possui Residência
104	Benedicta Espírito Santo Guimarães	3.100,00	
105	Helena Ferreira Soares	3.100,00	
106	Lanyl Nobre de Miranda	3.100,00	
107	Terezinha de Azevedo	3.100,00	
108	Alcides Fernandes Alomes	3.110,00	
109	Maria Carmem Villanova Barreto	3.128,00	
110	Dolores Santa Rita de Andrade	3.129,00	
111	Josmar Teixeira Neves de Costa	3.129,00	
112	João Bosco Monteiro da Silva	3.135,00	
113	Judith Fernandes Correa de Matos	3.135,00	
114	Maria Juliana da Costa Camargo	3.144,00	
115	Mitzi Figueiró	3.159,00	
116	Reinaldo de Lamônica Freire	3.172,00	
117	Evanildes Maria Dias Ferreira	3.195,00	
118	Rosa Maciel Monteiro	3.197,00	
119	Jaime Yasuo Odawara	3.200,00	
120	Zila de Carmo Soares	3.200,00	
121	Zarnete Ribeiro Leite	3.200,00	
122	Alfredo Jorge Cattaneo Oren	3.216,00	
123	Antonio Garcia Orlives	3.216,00	
124	Adelaide Acácia Leite Vieira	3.216,00	
125	Jean Joseph Peris	3.220,00	
126	Maurina Carvalho Bello	3.222,00	
127	Maria José Batista de Anunciação	3.231,00	
128	Benedicto Décio Realino	3.271,00	
129	Linirio de Almeida Carvalho	3.271,00	
130	Arenil Soares Lopes	3.278,00	
131	Edith de Mattos Domingos	3.284,80	
132	Arenil Maria Vieira de Souza	3.297,00	
133	Lyete Antunes Anffe	3.298,00	
134	Evandro Guilherme de Souza Bruno	3.300,00	
135	Eluciana Arruda de Camargo	3.300,00	
136	Sergio de Oliveira Baptista	3.300,00	
137	Itala da Conceição e Silva	3.310,00	
138	João Gregório Calazans	3.313,00	
139	Yeda Pouso Balas da Silva	3.320,00	
140	Laenor Avelino de Azevedo	3.322,00	
141	Elza Mala Gomes	3.328,00	
142	Gabriel Pereira Lima	3.338,00	
143	Vera Aparecida da Cunha Amaral	3.338,00	
144	Claudio Nobre de Miranda	3.341,00	
145	Vital de Sena	3.344,00	
146	Rosália S. Amorim	3.357,00	
147	Zenilde Pereira Mendes	3.369,80	
148	Maria Josefina Curvo Thomaz	3.372,00	
149	Inácia Marques de Freitas	3.377,00	
150	Cesário Rebelo de Amorim	3.378,00	
151	Rachel Lopes de Oliveira	3.391,00	
152	Evandro de Souza	3.400,00	
153	Maria Alzira Arruda Barrozo	3.400,00	
154	Leandro Mitup Kurpyanagi	3.414,00	
155	João Gilberto Calves Teixeira	3.422,40	
156	Lourdes de Gusmão e Silva	3.448,00	
157	Pedro Dias de Oliveira Campos	3.452,78	

(Continuação)

Nr de Ordem	N O M E	Rendimento Famílias em	Posição Residência
158 -	Glauco Latornia	3.460,00	
159 -	Cristovam Marcelo Siqueira de Figueiredo	3.464,00	
160 -	Hilton de Campos	3.464,00	
161 -	Sebastião de Paula Sebino	3.464,00	
162 -	Hilário Reis de Carvalho	3.472,00	
163 -	Delva Lda Freitas de Moraes	3.472,00	
164 -	Albina Maria Auxiliadora Gomes	3.475,00	
165 -	Alina Ayres Berlandi	3.479,80	
166 -	Acimar Arlindo Monteiro da Costa	3.492,00	
167 -	Antônio Mitre de Moraes	3.500,00	
168 -	Aberel Francisco de Miranda	3.500,00	
169 -	Inês Senhorista Conceição Santiago	3.500,00	
170 -	José Salvoyt Emilio de Oliveira	3.500,00	
171 -	João Francisco de Jesus	3.500,00	
172 -	Leila Francisca de Souza	3.500,00	
173 -	Tetsuo Okamura	3.500,00	

RELAÇÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 2.501,00 ATÉ R\$ 3.500,00 (COM ATRASO)

Nº Ordem	NOME	Rendimentos Família	Possui Residência
		R\$	

1 -	Martina Beatriz Fontes	2.840,00	
2 -	Edgard Franga Filho	3.127,00	
3 -	Ailton Eller	3.240,00	
4 -	José Carlos de Almeida	3.240,00	
5 -	Anastácia Martins Araújo	3.271,00	
6 -	Sebastião Joel Moreira	3.271,00	

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 3.501,00 ATÉ R\$ 4.500,00.

Nº de ordem	NOME	Rendimento familiar R\$	Posição residência
1 +	Ubaldo Maciel Tocantins	R. 3.505,00	.
2 +	Zacarias Mayal Filho	3.510,00	.
3 +	Heilo Machado da Costa	3.514,34	.
4 +	Arlato P. Thommen	3.520,00	X
5 +	Manoel Odorico Maciel Filho	3.534,34	X
6 +	Luiz Antonio Lemos	3.542,00	.
7 +	Paulo da Silva Costa	3.542,00	.
8 +	Paulo Enéas Magiano Pinto	3.542,00	.
9 +	Regina Lucia Borges Canavarros	3.542,00	.
10 +	Silvia Benedito Gonçalves	3.542,00	.
11 +	Euráides Luiza Bueno	3.545,48	X
12 +	Elias Bueno Dias	3.545,40	.
13 +	Alvaro Pizzato Quadros	3.550,00	.
14 +	Wilza Marques Herari	3.550,00	X
15 +	Isabel Divina de Moura	3.579,60	.
16 +	Elza Atala	3.581,00	.
17 +	Marna Vaz Lopes	3.584,00	.
18 +	Miguelina de Campos Silva	3.584,20	.
19 +	Adão Barbosa Garcia	3.585,00	.
20 +	Yeracino Alves Ferraz	3.593,20	.
21 +	Emilio Ismael Neto	3.597,60	.
22 +	Ademir Antonio Lazzari	3.600,00	.
23 +	Antonio de Barros Bueno Júnior	3.600,00	.
24 +	Antonio Wanderley Moreira da Silva	3.600,00	.
25 +	João Antonio de Oliveira	3.600,00	.
26 +	Marco Aurélio da Carvalho	3.600,00	.
27 +	Natalino Domingues da Silva	3.600,00	.
28 +	Vantuil Nunes da Sousa	3.600,00	.
29 +	William Roberto Carvalho	3.600,00	.
30 +	Lourival Benedito Corrêa	3.605,00	.
31 +	Maria Luiza Martins Antunes	3.622,00	.
32 +	Benedito Hilton de Souza	3.636,00	.
33 +	Hermes Aquino de Samarçã	3.638,00	.
34 +	Barrozo Leite de Magalhães	3.650,00	.
35 +	Cisina Gonçalves de Carvalho	3.664,00	.
36 +	Antonio Francisco dos Santos	3.668,00	.
37 +	Joubert José Teixeira	3.670,00	.
38 +	Agostinho de Arruda Pinto	3.688,48	.
39 +	Generoso Dias de Amorim	3.694,00	.
40 +	Adjaima Marcião Emarrigão	3.700,00	.
41 +	Elisete Benedita Corrêa Martins	3.700,00	.
42 +	Mariana José da Silva Pimentel	3.710,00	.
43 +	Aldemir Bittencourt Rodrigues	3.712,00	.
44 +	Edson Roberto do Carmo e Silva	3.720,00	X
45 +	Ismael Santos Filho	3.720,00	X
46 +	Marcelo Frederico Cunha de Arruda	3.720,00	.
47 +	Sylmar Canavarros Freire	3.720,00	.
48 +	Gracinda Augusta Marques Pacheco	3.730,00	X
49 +	Azinar Escobar Bueno	3.740,00	.
50 +	Benedita Araújo de Amorim	3.758,00	.

(Continuação)

Nº de ordem	N o m e	Rendimento Familiar R\$	Posui residência
51 +	Aydil Helena Tavares	3.778,00	X
52 +	Armando Santana Modesto	3.778,80	X
53 -	Agostinho Araújo Xavier de Fosses	3.780,00	X
54 +	Maurília Benedita Batista Sabino	3.793,75	-
55 -	Dezire Santos Barroso	3.800,00	-
56 -	Edckson Luiz de Medeiros	3.800,00	X
57 +	João Batista Pinto de Barros	3.800,00	-
58 -	Carminda Bazezra Maciel	3.804,00	-
59 +	Arlind Cruz Cárto	3.805,00	-
60 +	Clorinda Vieira de Matos	3.818,08	X
61 +	Jayme Antonio Rosado da Gama e Abreu	3.820,00	X
62 +	Rose Mary Bonfald Perreira	3.822,00	-
63 -	Ines Maria Leite	3.835,00	-
64 -	Nilda de Souza Almeida	3.835,00	-
65 -	Livio Mendes de Freitas	3.840,00	-
66 +	Eusebio Manoel do Espírito Santo	3.841,50	-
67 -	Maria Leila Mary Salles	3.870,52	-
68 -	Antonio Carlos Diniz Salles	3.877,00	-
69 +	João Estelano Sobrinho	3.900,00	X
70 -	Adeja de Aquino	3.925,00	-
71 -	Marília Cavalcanti Rodasain	3.925,00	-
72 -	Acylino Soares da Silva	3.937,00	X
73 -	Lucia Helena Esteves Ferreira	3.937,00	X
74 +	Elizabeth de Arruda Pinto Nunes	3.940,00	-
75 -	Ondato Polido Sábira	3.947,00	X
76 -	Dircs Camacho	3.947,48	X
77 -	Mauro Sabo de Oliveira	3.970,00	X
78 +	Lidio Antunes de Souza	3.977,00	-
79 -	José Dutra do Prado	4.000,00	-
80 -	Samuel Franco Dalin Junior	4.000,00	-
81 -	Vilma Barbosa Souza	4.000,00	-
82 -	Benedita de Mattos Fontes	4.004,00	X
83 -	Maria Auxiliadora Mutran	4.008,00	-
84 -	Antonia Rodrigues de Miranda	4.018,00	-
85 -	Alfredo Ferreira da Silva	4.033,00	-
86 +	Benedita Eulália Campos Costa	4.036,00	-
87 -	Joana Pires	4.042,48	X
88 -	Aureliano Pires Modesto	4.056,00	-
89 -	Mangal de Aquino Filho	4.068,00	-
90 -	Carolina Joana da Silva	4.072,00	-
91 +	Carlos Paikato Pereira de Matta	4.079,70	X
92 -	Antonio de Barros Filho	4.080,00	-
93 -	Evandro Gomes da Rosa	4.080,00	X
94 -	Elvira de Oliveira Mendes	4.080,00	-
95 -	Lucil de Jesus Amorim	4.080,00	-
96 -	Narau Botelho de Campos	4.080,00	X
97 -	Yaraminha Corrêa da Costa Matoso	4.090,00	-
98 +	Antonio Cesar Soares da Silva	4.180,00	-
99 +	Roberto Campos Corrêa	4.100,00	-
100 -	Abílio de Silva Moraes	4.143,00	X
101 -	Ronald Jesus Pires de Miranda	4.156,00	-
102 -	Oacilia Reginalda dos Santos e Carmo	4.190,00	-
103 +	João Alfredo da Costa Marques	4.190,00	-
104 -	Abdian Ferreira Coimbra	4.200,00	X

(Continuação)

Nº de ordem	N O M E	Rendimentos		Possui residência
		Familiar	Gr	
105 -	Teófilo Marcelo de Arruda Barros	4.200,00		
106 -	Carlos Alberto de Freitas Mangabeira	4.211,00		X
107 -	Geraldo Ferreira Gomes	4.211,50		
108 -	Clara de Campos Borges	4.236,00		
109 -	João Scopom Faleiros	4.250,00		
110 -	Rodolfo Gomes da Silva	4.251,00		
111 -	Manoel Durives Filho	4.263,00		
112 -	Benedito Odino de França	4.269,00		
113 -	Antônia de Siqueira Gonçalves Neto	4.277,00		
114 -	Emila Vicente	4.292,00		
115 -	Dinair Glória de Costa Saraiva	4.316,00		
116 -	Antonio Francisco de Abreu	4.320,00		
117 -	Alvaro Benedito Duarte	4.320,00		X
118 -	Benedito Miranda	4.320,00		
119 -	Manoel Evarist de Costa	4.320,00		
120 -	Ruiter Jorge Carvalho	4.354,00		X
121 -	Wilton da Silva Santos	4.368,00		
122 -	Firmo Pereira de Freitas	4.399,70		
123 -	Maria do Carmo Arruda	4.443,00		X
124 -	Benedito Antunes de Almeida	4.450,00		
125 -	Ivone Almeida de Costa	4.455,00		
126 -	Armenia de Oliveira Carvalho	4.460,00		X
127 -	Aluizio Castro Sampaio	4.460,00		X
128 -	Iraní das Graças Farrer Silva	4.400,00		
129 -	Adiles de Lourdes Maira	4.468,60		X
130 -	Lenia Cecília Oliveira Castro	4.474,00		
131 -	Maurício Lucio Marins	4.498,00		X
132 -	Sives José da Silva	4.498,00		
133 -	Antonio Carlos de Abreu	4.500,00		
134 -	Deonásio Moraes de Silva	4.500,00		
135 -	Eneaz Rosa de Moraes	4.500,00		X
136 -	Erão Otacínio Murtinho	4.500,00		
137 -	Hermínio Carmago dos Santos	4.500,00		
138 -	Ivone de Campos Leite Pinho	4.500,00		
139 -	Irã Lucas da Barros Pires	4.500,00		X
140 -	Maria Luiza de Oliveira Rondon	4.500,00		X
141 -	Valmir Perreira Matos	4.500,00		
142 -	Valter Dembarde	4.500,00		

RELAÇÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES VÃO
DE R\$ 3.501,00 ATÉ R\$ 4.500,00 (COM ATRASO).

Nº de Ordem	N O M E	Rendimento	Possui
		Familiar R\$	Residência

1 -	Malmo Severino de Mendonça	3.597,00	
2 -	Francisco de Assis Gazeira	3.721,00	
3 -	Terezinha Maria de Souza	3.891,00	
4 -	Waldir Vital de Arruda	3.971,00	
5 -	Silvia de Silva	4.080,00	
6 -	Mauro de Oliveira	4.200,00	
7 -	Aldery Antonio Alves	4.371,00	

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 4.501,00 ATÉ R\$ 5.500,00.

Nº de ordem	NOME	Rendimento familiar R\$	Possui residência
1 -	Sebastião Correia de Silva	4.520,00	
2 -	Benedito Tolentino de Barros	4.537,00	
3 -	Benedito Henrique de Carvalho Neto	4.567,00	
4 -	Maria do Carmo Fontes Taques	4.579,00	
5 -	João Hidesil	4.580,00	
6 -	Dalva Leite Neves	4.583,10	
7 -	Isabel Guerin	4.600,00	
8 -	Wilton Silva	4.600,00	
9 -	Francoise Egidio de Campos Sobrinho	4.606,00	
10 -	Devilson Silestário Neves	4.613,00	
11 -	Milda Borges de Holanda	4.613,40	
12 -	Hilton Garcia de Castro	4.620,00	
13 -	Vilário de Arruda Pinto	4.636,16	
14 -	Bernadita Crescência Ribeiro	4.656,00	
15 -	Samy Stephan	4.665,15	
16 -	Ivan de Lamônica Freire	4.675,00	
17 -	Edson Macchi de Arruda	4.698,00	
18 -	Edson Gonçalves	4.698,00	
19 -	Arinda Oliveira Correa da Costa	4.700,00	
20 -	Julista Paes Vula	4.700,00	
21 -	João Barbosa de Souza Junior	4.700,00	
22 -	Omarina de Carvalho Batista	4.700,00	
23 -	Wilton Euripedes Rodrigues	4.700,00	
24 -	Adelaide Arruda Santos	4.712,00	
25 -	Maria Conceição Pinha Marques	4.732,00	
26 -	Luiz Benedita Moreira Monteiro	4.738,00	
27 -	Enil Silva Nunes Conceição	4.779,00	
28 -	Ana Antonia Abreu	4.800,00	
29 -	Benedito Cesar de Lima Souza	4.800,00	
30 -	Fernando Batista de Oliveira	4.800,00	
31 -	Ivanilde de Oliveira Dossente	4.800,00	
32 -	João Maria Flores Lopes	4.800,00	
33 -	Jorge de Oliveira Martins	4.800,00	
34 -	Luiz Nogueira Sobrinho	4.805,00	
35 -	Amélia Tavares de Silva	4.810,00	
36 -	Daniel Freire	4.810,00	
37 -	Fernando de Assis Góes	4.810,00	
38 -	João Adriano de Silva	4.810,00	
39 -	Manoel da Costa Ribeiro Filho	4.811,00	
40 -	João Bosco de Siqueira	4.835,00	
41 -	Maria Luiza Galustião	4.839,00	
42 -	Mercial Cezer Claro Pinazo	4.882,00	
43 -	Luiz Hugueney	4.894,40	
44 -	João Ludolf de Oliveira	4.900,00	
45 -	Athayde Maciel da Cruz	4.920,00	
46 -	Reinaldo Freire	4.925,00	
47 -	Alvair Bittencourt de Souza	4.950,00	
48 -	Cloracy Hugueney Franco Lobo	4.968,00	
49 -	Lilia Alves Ferreira	4.975,20	
50 -	Emmanuel Mascias Ferreira	4.984,00	

(Continuação)

Nº de ordem		Rendimento familiar Cr	Posição residência
51 -	Alvaro Correa Ribeiro	5.000,00	
52 -	Joaquim Eduardo de Moura Nogueira	5.000,00	
53 -	Isapara Aparecida Fernandes Ribeiro	5.000,00	
54 -	Raimundo Ramos Correa	5.000,00	
55 -	Tito Alves Campos	5.000,00	
56 -	Miguel Parra	5.003,00	
57 -	Lucinda de Figueiredo Souza	5.005,00	
58 -	Dionicio de Figueiredo	5.022,68	
59 -	Otino da Costa e Silva	5.030,00	
60 -	Wilton Alves Correa	5.050,00	
61 -	Nancy Baptista de Almeida	5.053,00	
62 -	Arquimínio de Almeida Moraes	5.072,00	
63 -	Manoel Gonçalves dos Santos	5.080,00	
64 -	Gonçalo Tavares Alves	5.086,00	
65 -	Manoel Pinto da Fonseca	5.097,00	
66 -	Wilton Guedes de Azevedo	5.097,00	
67 -	Franz Ikeda Shimoya	5.100,00	
68 -	Walter de Souza Santos	5.100,00	
69 -	José Augusto Monteiro da Silva	5.125,00	
70 -	Joalina Anita da Silva	5.131,00	
71 -	Abel Ferreira de Almeida	5.160,00	
72 -	Marlene Nunes da Costa	5.162,00	
73 -	Peres de Assis	5.168,00	
74 -	Nilda Elvira Magalhães	5.193,62	
75 -	Manoel de Campos Magalhães	5.199,00	
76 -	Cezar de Matos	5.200,00	
77 -	Maria Lúcia Dúriz Carvalho	5.205,00	
78 -	Arquimedes Nunes de Freitas	5.215,00	
79 -	Antonio Carlos Varques	5.219,00	
80 -	Francisco do Espírito Santo	5.219,00	
81 -	Gustavo Moraes Junior	5.219,00	
82 -	Eurípides Barbosa da Costa	5.220,00	
83 -	Márcio Marques Curvo	5.220,00	
84 -	Isabel Consuelo Martinez Martin	5.244,00	
85 -	Paulo Wilson Alves Correa	5.260,00	
86 -	Wangyr Clait Duarte	5.276,06	
87 -	Wandir Bartulio	5.280,00	
88 -	Maria da Conceição Garcia Cardoso	5.282,00	
89 -	Antonio Jesuino de Oliveira	5.300,00	
90 -	Anésia Benedito da Silva	5.306,00	
91 -	Dauid Santos Silva	5.310,00	
92 -	José Eurípides	5.310,00	
93 -	Maria Mazarallo Leite Virgolino	5.351,00	
94 -	Edna Carvalho da Silva	5.385,00	
95 -	Almercio Martins	5.394,00	
96 -	Lizia Faria de Vasconcelos	5.400,00	
97 -	Vera Iolanda Randazzo	5.400,00	
98 -	Joacy Santos Ojeda	5.406,00	
99 -	Edmundo da Silva Taques	5.410,80	
100 -	Marcil Bispo da Silva	5.412,00	
101 -	Antonio da Paes da Silva Santos	5.425,00	
102 -	Valdemar Rodrigues Carvalho	5.425,00	
103 -	Regina Daubian Costa	5.461,00	
104 -	Shirley Hamiqueta de Souza Ocampos	5.486,00	
105 -	Luca Farias Gomes	5.497,00	

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

(Continuação)

Nº de ordem	Nome	Rendimento familiar R\$	Pessoa Residente
106 -	Carlos Garcia Bernardes	9.500,00	
107 -	Maria Costa França	5.500,00	
108 -	Mario Margio Cebal Corzo	5.500,00	

RELAÇÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES VÃO
DE R\$ 4.501,00 ATÉ R\$ 5.500,00 (COM ATRASO)

Nº ordem	NOME	Rendimento familiar em	Posição residência
1 -	Benedito Eliseu Schuring	4.720,00	+
2 -	Sergio Xavier de Matos Filho	4.895,00	+
3 -	Ernildo José Lanzerini	5.269,00	+
4 -	Nilson Caminho Azavedo	5.349,00	+
5 -	Erclio Gonçalves de Souza	5.421,00	+
6 -	Roberto Clarenceio	5.426,00	+
7 -	João Rodrigues de Freitas	5.497,00	+

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS EM RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 5.500,00 ATÉ R\$ 6.500,00

Nº da ordem	N O M E	Rendimento familiar R\$	Popul residência
1 -	Liliana Aurélio Maciel da Silva	5.514,00	X
2 -	Maria da Glória Ribeiro Garcia	5.534,00	.
3 -	José Otávio Marques de Freitas	5.550,80	.
4 -	Oemar Juranayr de Oliveira	5.580,00	.
5 -	Ernesto França Barreto	5.600,00	.
6 -	Geraldo Clemente do Amaral	5.608,00	.
7 -	Humberto Maranhão Ayres	5.600,00	.
8 -	Ana Maria de Figueiredo Correa	5.607,80	X
9 -	Gonzalo Pinto de Godoy	5.620,40	.
10 -	Lysette Maria Pinheiro Expósito	5.656,00	.
11 -	Octávio Pereira Lima	5.664,00	.
12 -	Nataneal Henrique de Moraes	5.700,00	.
13 -	José Wellington Ferreira	5.716,80	.
14 -	Adair José de Moraes	5.735,00	.
15 -	Herminde Pitaluga de Moura	5.750,00	.
16 -	Gilson Duarte de Barros	5.761,00	X
17 -	José Ferreira Leite	5.782,00	.
18 -	Lourdes Kalix Farro	5.778,19	.
19 -	Weber Monteiro Aguioli Martins Soares	5.790,00	.
20 -	Eliete Venago de Conceição	5.830,00	X
21 -	Emílio José Marquardt	5.819,00	.
22 -	Jandira Nassarden Correa	5.811,00	X
23 -	João Manoel Mischke Farto	5.817,00	.
24 -	Doralice Isabel da Silva Cardoso	5.822,00	.
25 -	Paulo Aristides de Albuquerque	5.822,00	.
26 -	Juarez Simão Albuquerque Panto	5.853,00	.
27 -	Maria Helena Mello	5.864,60	X
28 -	Ana de Paula Marinski	5.900,00	.
29 -	José Araújo	5.900,00	.
30 -	Orestes Batista Pereira	5.900,00	.
31 -	Sevaldo Ferreira da Silva	5.902,50	.
32 -	Jair Rodrigues Carvalho	5.930,00	.
33 -	Dulcindo Neves da Costa Diniz	5.970,00	.
34 -	Eliete Villanova de Senra	5.983,80	.
35 -	Serita Baracat de Azevedo	5.984,00	.
36 -	Luciano Prado de Albuquerque	5.992,00	X
37 -	Antônio Aparecido Gonçalves	6.000,00	.
38 -	Francisco Framerion Pinheiro	6.000,00	X
39 -	João Bosco da Silva	6.000,00	X
40 -	Luiz Vicente Vaz Guimarães	6.000,00	.
41 -	Lourdes Epifânia Rodrigues	6.009,00	X
42 -	Antônio Rodrigues Carvalho	6.014,00	.
43 -	Aroldo Paulo de Camargo	6.038,00	.
44 -	Auribeline de Oliveira Santos	6.040,00	X
45 -	Maria Sônia Castrillon Ibarra	6.040,00	X
46 -	Edson Monteiro da Silva	6.052,00	.
47 -	Yolanda Maria do Nascimento Ojeda	6.086,00	X
48 -	José Afonso Portocarrero	6.080,00	.
49 -	Antônio Rodrigues Ferreira	6.090,00	.
50 -	Almeindo Batista da Silva	6.100,00	.
51 -	Riguel Mariano de Oliveira	6.112,00	.
52 -	Augusto Biancardini	6.130,40	.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

(Continuação)

Nº de ordem	N O M E	Rendimento Familiar Cr	Possui residência
53 -	Odil Ferreira	6.200,00	X
54 -	Berino Palma	6.234,00	-
55 -	Edson de Sousa Miranda	6.254,00	X
56 -	Ana Rosa Alves Silva	6.271,00	X
57 -	Elvira Valentina Caldeira Silva	6.274,80	-
58 -	Luiz Alves de Moura	6.280,00	-
59 -	Carlton Orjona	6.292,00	X
60 -	Alice Evangelista Bett	6.300,00	X
61 -	Antonio Mantovanelli	6.310,00	-
62 -	Hugo Cavalcante de Oliveira Garcia	6.319,00	-
63 -	Jose dos Santos Leite	6.323,00	X
64 -	Satoshi Kuroyanagi	6.325,00	-
65 -	Leovigilda Borges Infantino	6.376,00	X
66 -	Waldyr Sebastiao Manial	6.384,00	X
67 -	Serafim Adalberto Ticianoli	6.398,00	-
68 -	Jendeario Jose Guedes	6.400,00	-
69 -	Maria Jose Yaquez Saldanha	6.406,41	-
70 -	Vicente Machado de Avila	6.408,00	-
71 -	João Bertoli Filho	6.450,00	-
72 -	Benedito Elroy Vasco de Toledo	6.453,00	-
73 -	Fernando Augusto de Lamônica Freire	6.470,00	-
74 -	Wagner de Andrade Gouveia	6.471,00	-
75 -	Clóvia Nebra de Miranda	6.472,00	-
76 -	Ivan Monteiro de Silva	6.472,00	-
77 -	Adalberto Jorge Felix	6.500,00	-
78 -	Dajamira Maria de Deus Fontes	6.500,00	-
79 -	Don Teresinha Rimoli de Almeida	6.500,00	-

RELAÇÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 5.501,00 ATÉ R\$ 6.500,00 (COM ATRASO)

6666666666

Nº de ordem	NOME	Rendimentos familiar R\$	Pagou residência
----------------	------	-----------------------------	---------------------

1 -	Benedito Santiago	6.137,00	
2 -	Gerardo José da Costa Cruz Mendes	6.213,00	
3 -	João da Conceição Gonçalves	6.434,00	

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 6.501,00 ATÉ R\$ 7.500,00

NR de ordem	NOME	Rendimento familiar R\$	Possui residência
1	Jocy Malheiros Pinto Duarte	6.504,00	*
2	Raul Ribeiro Teixeira	6.549,00	*
3	Eucário Antunes Queiroz	6.550,00	*
4	Raimundo Alves Peimoto	6.552,00	*
5	Neide da Silveira Borges Gomes	6.569,12	*
6	Jose Maria Biancardini	6.570,40	*
7	Emilze Venega Pardo	6.600,00	X
8	Fernando Marques de Figueiredo	6.600,00	*
9	Satyro Benedicto de Oliveira	6.667,00	*
10	Salom Zugair	6.697,00	X
11	Lourival Moreira da Silva	6.700,00	X
12	Tartuliano Amarilha	6.715,00	X
13	Jose Eduardo Faria	6.755,60	*
14	Angelo da Silva Pinho	6.770,00	*
15	Jose Adolfo Bazzera Pinto	6.787,00	*
16	Antonio da Silva Moraes	6.791,40	*
17	Hiroshi Okawa	6.800,00	*
18	Artaxerxes Nunes da Cunha	6.802,00	*
19	Miguel Biancardini Neto	6.820,00	*
20	Amazylas de Lana Pinto	6.879,40	*
21	Benonias Paula Souza	6.879,40	X
22	Ledir Monteiro Corrêa de Moraes	6.910,00	X
23	Elzio Virgilio Alves Corrêa	7.000,00	X
24	Eurico Gonçalves Soares	7.000,00	*
25	Kenneth Paul Reader	7.000,00	*
26	Mirtes Ferreira Leao	7.000,00	*
27	Jose Eduardo Porto	7.010,00	*
28	Messias de Oliveira Passos	7.010,00	*
29	Wanderley Corrêa Santos	7.010,00	*
30	Mansel da Costa Lopes	7.090,75	*
31	Egídio de Souza Neves	7.109,00	*
32	Joacyr de Figueiredo	7.165,00	X
33	Antonio Itaubi Corrêa da Costa	7.200,00	*
34	Osmar Rabello de Andrade	7.200,00	*
35	Paulo Nobuê Mataubara	7.200,00	*
36	Ezio Coelho das Santos	7.250,00	*
37	Alino Ferreira da Magalhães	7.298,00	X
38	Eulor Emanuel do Carmo	7.350,00	X
39	Benito França Lopes	7.375,00	*
40	Ernane Figueiredo Prêza	7.439,97	*
41	Vicente Alberto da Silva	7.455,00	*
42	Clepnica Gomes Chelz	7.470,00	*
43	Atahide Monteiro da Silva	7.500,00	X
44	Jose Augusto da Almeida	7.500,00	X

RELAÇÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 6.501,00 ATÉ R\$ 7.500,00 (COM ATRASO).

Nº da Ficha	NOME	Rendimento Familiar R\$	Postul. Residência
-------------	------	-------------------------	--------------------

1 - Rubens Cardoso
2 - Francisco José Figueiredo Monteiro da Silva
3 - Maria Corrêa da Costa

6.550,00

6.597,00

6.618,52

RELACÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE R\$ 7.501,00 EM DIANTE

Nº de ordem	N O M E	Rendimento familiar de	Possui residência
1	Paulo Eliseu Yula	7.526,00	X
2	José Edgard Nogueira	7.550,00	X
3	Maria Heloisa de Miranda	7.580,00	X
4	João Eduardo de Rezende	7.583,00	X
5	Ildeu de Souza Bertoldi	7.600,00	X
6	Luiz Carlos Guerra Victorino	7.620,00	X
7	Iracema Arruda Oliveira	7.672,00	X
8	Ubirajara Ferreira Rios	7.700,00	X
9	Antonio Clóvis Pompeu de Barros	7.706,00	X
10	Luiz Vidal de Fonseca	7.853,60	X
11	Benedito Pateira do Nascimento	7.786,57	X
12	Antonio Horta	7.900,00	X
13	Benedito Avelino Teixeira Filho	8.000,00	X
14	Geraldo Luiz Gonçalves Filho	8.000,00	X
15	Hélio Jacob	8.000,00	X
16	Rey Ademar Haddad Camolezi	8.000,00	X
17	Denize Aparecida Capile Guedes	8.010,00	X
18	Luiz Antonio Ventresqui Guedes	8.010,00	X
19	João Walter Nothman	8.020,00	X
20	Vera Lúcia Preza Borges	8.056,00	X
21	Paulo Prado Santiago	8.076,64	X
22	Sônia Regina Garcia Melo	8.100,00	X
23	Rogério Armando Nascimento	8.111,00	X
24	Edson Cardoso Carvalho	8.203,00	X
25	Jovalina Maria de Siqueira	8.219,00	X
26	Juaní Gutierrez Wuzius	8.229,00	X
27	Domingos de Matos	8.245,00	X
28	Benedito Flaviano de Souza	8.388,00	X
29	Clóvis Pires Modesto	8.424,00	X
30	Adair de Silva Leite	8.470,00	X
31	Walter Ventresqui Guedes	8.494,00	X
32	Edgard Gonçalves	8.500,00	X
33	Ubirajara Severino Carneiro	8.579,00	X
34	Moacir Perri	8.625,00	X
35	Octávio de Oliveira	8.754,00	X
36	Wysner Rodrigues	8.755,60	X
37	Cornélio de Paula Lana Filho	8.810,00	X
38	Ana Angélica Vaz Curvo	8.840,00	X
39	Francisco de Souza Miranda	8.840,00	X
40	Antônia Tenute	8.876,00	X
41	Pedro Luiz Araújo	9.000,00	X
42	Rachid J. Massed	9.068,30	X
43	Memede Viçosa de Carvalho	9.095,00	X
44	Edgar Prado Arze	9.200,00	X
45	Jonas Rocha	9.200,00	X
46	Jonas do Carmo Ferraz	9.202,80	X
47	Aristides de Silva	9.294,00	X
48	Luiz Lotuf	9.325,88	X
49	Elzita Amélia Preza Daltro	9.593,00	X
50	Antonio Rodrigues de Silva	9.681,35	X
51	Benedito Antonio Guimarães	9.880,00	X
52	João Timotheo da Costa	10.000,00	X
53	Olavo Villela de Andrade	10.000,00	X

(Continuação)

Nº de ordem	NOME	Rendimento familiar R\$	Possui Residência
54 -	Odil de Miranda Moura	10.000,00	-
55 -	Osvaldo Ferreira de Oliveira	10.000,00	-
56 -	José Gonçalves de Amorim	10.050,00	X
57 -	Edja Corrêa de Barros Souza	10.100,00	X
58 -	Acy Castañon Ferreira	10.174,00	-
59 -	Abelio Yocantins	10.200,00	-
60 -	Henry Dorian Hartman	10.230,00	-
61 -	João Manoel Alves	10.230,00	-
62 -	Michael L. Goraki	10.230,00	-
63 -	Wilson H. L. de Freitas	10.230,00	-
64 -	Oscar Arina	10.433,00	-
65 -	Pedro Valle	10.500,00	X
66 -	Manoel Antonio Rodrigues Palma	10.620,00	X
67 -	Keigoro Takano	10.765,00	X
68 -	Armando Alfredo Addor	10.800,00	-
69 -	Delormel Castor Júnior	11.153,00	X
70 -	Clorges Izabel Costa Brandão	11.307,00	-
71 -	Benjamin Duarte Monteiro	11.381,00	X
72 -	Elizabeth Almeida Saldanha	11.426,00	-
73 -	Jonas Nolasco de Souza	11.768,00	-
74 -	Nelly Maria Ramo de Almeida	11.970,00	X
75 -	Jose Amendo Barbosa Mota	12.030,40	-
76 -	Sina Freitas de Medeiros	12.260,00	-
77 -	Fábio Firminio Leite	12.400,00	-
78 -	Aldo da Conceição	12.840,00	-
79 -	João Moreira de Barros	13.731,00	X
80 -	Clóvis Pompeo de Bargo	14.875,00	-
81 -	Agripino Bonilha Filho	14.924,00	-
82 -	Mariana de Oliveira Costa e Silva	15.130,00	-
83 -	Kikuo Ninomiya Miguel	15.500,00	-
84 -	Benedito Teotino da Costa Filho	17.900,00	-
85 -	Eustáquio José Rodrigues	18.410,00	-
86 -	Ivan Gabo de Oliveira	20.710,00	-
87 -	Doralice da Silva Pereira	32.365,00	-

RELAÇÃO DAS FICHAS HABITACIONAIS PARA INTERESSADOS CUJOS RENDIMENTOS FAMILIARES
VÃO DE 7.861,00 em DIANTE (COM ATRASO).

NR da ordem	NOME	Rendimentos Familiar em	Quantia Residência.
1 -	Benedito Alves Ferreira	7.618,00	-
2 -	Isabel Oliveira e Silva	7.966,00	-

R E S U M O

RELACÃO GERAL DOS INTERESSADOS EM RESIDÊNCIA NO C. P. A.

1 - De rendimento mensal de R\$ 600,00 até R\$ 1.500,00		
a) - Interessados com fichas entregues no prazo normal.....	249	
b) - " " " " com atraso.....	<u>11</u>	
t o t a l.....		260
2 - De rendimento mensal de R\$ 1.501,00 até R\$ 2.500,00		
a) - Interessados com fichas entregues no prazo normal.....	246	
b) - " " " " com atraso.....	<u>8</u>	
t o t a l.....		254
3 - De rendimento mensal de R\$ 2.501,00 até R\$ 3.500,00		
a) - Interessados com fichas entregues no prazo normal.....	173	
b) - " " " " com atraso.....	<u>6</u>	
t o t a l.....		179
4 - De rendimento mensal de R\$ 3.501,00 até R\$ 4.500,00		
a) - Interessados com fichas entregues no prazo normal.....	142	
b) - " " " " com atraso.....	<u>7</u>	
t o t a l.....		149
5 - De rendimento mensal de R\$ 4.501,00 até R\$ 5.500,00		
a) - Interessados com fichas entregues no prazo normal.....	108	
b) - " " " " com atraso.....	<u>7</u>	
t o t a l.....		115
6 - De rendimento mensal de R\$ 5.501,00 até R\$ 6.500,00		
a) - Interessados com fichas entregues no prazo normal.....	79	
b) - " " " " com atraso.....	<u>3</u>	
t o t a l.....		82
7 - De rendimento mensal de R\$ 6.501,00 até R\$ 7.500,00		
a) - Interessados com fichas entregues no prazo normal.....	44	
b) - " " " " com atraso.....	<u>3</u>	
t o t a l.....		47

ANO 197_____

2

[illegible]

Total **860 Km**

Quindá (ME) 13 agosto 73

ALBERTO MARZINS

PRORROGAÇÃO DE EXPEDIENTESETOR Colonização-EngenhariaMES : Abril MAIO

DIA	N O M E	PERÍODO TRABALHO	Nº HORAS		RÚBRICA RESPONSÁVEL
			DIUR.	NOT.	
07	Arnaldo F. da Silva	8:00-1200	4		
07	Arnaldo F. da Silva	14:00-1900	5		
08	Arnaldo F. da Silva	8:00-1200	4		
08	Arnaldo F. da Silva	1300-1800	5		
10	Arnaldo F. da Silva	1900-0200	1	6	
11	Arnaldo F. da Silva	1800-0130	2	5,30	
	M A I O				
01	- Arnaldo F. da Silva -	800-1200	4		
01	Arnaldo F. da Silva	1300-1800	5		
01	Arnaldo F. da Silva	1900-0200	1	6	
05	Arnaldo F. da Silva	800-1200	4		
05	Arnaldo F. da Silva	1300-1800	5		
05	Arnaldo F. da Silva	1900-1200	1	4	
	T O T A L		41	21,30	

Cuiabá, 08 de maio de 1973

Chefe do Setor_____
Chefe do Setor de Pessoal

Cuiabá, 09 de maio de 1973

De : ERICH AUGUST MOSHAGE

A : Tesouraria

Assunto : Prestação de Contas (faz)

Venho por meio da presente, prestar contas da importância de Cr- 600,00 (seiscentos cruzeiros) recebida nessa Tesouraria, para fazer face as despesas - Pgto de mão de obra e aquisição de material empregados na pintura, limpezas de paredes e retoques no piso do gabinete do Chefe da Casa Civil, conforme demonstração abaixo :

<u>DATA</u>	<u>ESPECIE</u>	<u>Nº da NOTA</u>	<u>VALOR LÍQUIDO-Cr</u>
06/05/73	Recibo	-	250,12
06/05/73	Recibo	-	105,80
03/05/73	Nota Fiscal	5279	10,00
04/05/73	Nota Fiscal	2607	28,50
04/05/73	Nota Fiscal	121464	15,00
04/05/73	Nota Fiscal	6694	12,00
04/05/73	Nota Fiscal	1146	132,50
T O T A L			553,92

Adiantamento Recebido na TESOURARIA Cr- 600,00
 Valor Total DES-LOAS CANCELADAS Cr- 553,92
 Valor a ser devolvido à TESOURARIA Cr- 46,08

Sem outro particular para o momento,

Atenciosamente

Erich A. Moshage
 ERICH AUGUST MOSHAGE

GUIA DE RECOLHIMENTO

ANTONIO CLÓVIS POMPEU DE BARROS, Ass. Adm. do Setor de Colonização desta Companhia vem recolher à Tesouraria desta Cia. a importância de R\$-1.120,00 (um mil cento e vinte cruzeiros) sendo R\$-1.000,00 (um mil cruzeiros) correspondente a entrega de 07 títulos definitivos sendo 06 do Município de Pomerânia e 01 de Curitiba, e R\$-120,00 (cento e vinte cruzeiros) referente a coleta de 02 requerimentos do Município de Pomerânia, conforme discriminação abaixo:

Período : 15/04 a 25/05/73

Nº DE ORDEN	NOME DO COLONO	DISCRIMINAÇÃO				PAGAMENTOS			TOTAL
		QUADRA	LOTES	DATAS	LOCAL	QUITADO	ENTRADA	REstante	
01	JOAQUIM BATISTA MESQUITA E ESPOSA	06 e 07	99 e 188	-	R. Pomerânia	200,00	-	-	200,00
02	DEUZALINA MENEZES DA PAZ	10	171	-	R. Pomerânia	100,00	-	-	100,00
03	ANTÔNIA BENEDETA DELMONDES	07	122	-	R. Pomerânia	100,00	-	-	100,00
04	ANTÔNIO S. DELMONDES E ESPOSA	07	120 e 121	-	R. Pomerânia	200,00	-	-	200,00
05	JOÃO BATISTA FERNANDES	10	-	164, 165, 166	R. Pomerânia	100,00	-	-	100,00
06	JOÃO ENÍLIO NUNES		167	-	R. Pomerânia	100,00	-	-	100,00
07	JOÃO BATISTA CALDEIRA SOBRINHO	Única	49	-	Ponte Alta	200,00	-	-	200,00
08	AGNOR EVARISTO DIAS	L D	-	-	Lambari	-	60,00	60,00	120,00
09	Heliza Dias dos Santos	L D	-	08	Lambari	-	60,00	60,00	120,00
T O T A I S						1.000,00	120,00	120,00	1.240,00 ~

Curitiba (PR), 19 de Junho de 1973

ANTONIO CLÓVIS POMPEU DE BARROS
Ass. Adm.